

SUBORDINAÇÃO VERSUS AUTONOMIA:
DUAS FACES DO MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO CEARENSE (1955-1964)

MARIA ZEFISA NOGUEIRA SOARES MENEZES

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO,
COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA - 1984

Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Tese é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Maria Zefisa Nogueira Soares Menezes
Maria Zefisa Nogueira Soares Menezes

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15/05/84

Ozir Tesser

Ozir Tesser
Orientador

Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho

Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho

Helena Cartaxo

Helena Cartaxo

À memória de Bebete
Ao Geraldo, Larissa, Bergson e Davi

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, apesar de ser uma dissertação de Mestrado, portanto de autoria pessoal, não teria sido possível chegar a seu termo sem a colaboração e compreensão de muitas pessoas. Assim sendo, gostaria de expressar meus agradecimentos a todos aqueles, que direta ou indiretamente, contribuíram para isso:

- à Renate, na ajuda e escolha do tema de estudo e pela amizade dispensada ao longo do nosso convívio intelectual;

- à Rejane, que como orientadora, deu-me contribuições muito importantes consubstanciadas em críticas e sugestões na leitura do presente trabalho, tornando assim o texto mais acessível de compreensão e expressão e, sobretudo, pela compreensão e espírito científico demonstrado por ocasião das formalidades impostas como requisitos de titulação para Professor Orientador;

- ao Ozir, que, numa mostra de clarividência, demonstrou espírito de colaboração ímpar, no sentido de evitar situações constrangedoras impostas ante a exigências formais quanto a titulação exigida para Professor Orientador;

- à Helena Cartaxo, pelas conversas no decorrer da elaboração desta dissertação;

- à Antonieta Albuquerque, pelas contribuições ainda quando este trabalho era uma idéia a ser projetada;

- à Zefinha, pela sua disponibilidade em oferecer o melhor a todos nós que passamos pelo seu convívio diário no decorrer do curso;

- ao Sr. Nirez e Elenilton, que muito me ajudaram para que a pesquisa no jornal O Povo fosse realizada;

- à Roseane, Gorette e Inês, que participaram em diferentes fases na elaboração desta tese;

- à CAPES, e ao professor Hamilton Gondim, que possibilitaram os meios financeiros para chegar até aqui, através da concessão de bolsa de estudo;

- à CEPA, que, permitindo meu afastamento, possibilitou a disponibilidade de tempo necessário à elaboração desta dissertação;

- à Leônia, pela amizade desfrutada, que foi a ponte de contatos com os líderes da época para entrevistas;

- à Lena e Lula, pela ajuda em todos os sentidos de uma grande amizade que nos tem devotado;

- aos meus pais, especialmente à "velha", pelas suas lições de coragem e bravura;

- à coordenação do Mestrado por ter-me possibilitado as condições ambientais para a elaboração desta tese, extensivo ao seu corpo administrativo;

- aos entrevistados, pelas suas contribuições o meu muito obrigado na certeza de ter me mantido fiel aos seus relatos;

- ao "pessoal do sítio", aos colegas do Mestrado, principalmente ao pessoal da minha turma, ao Mário e Neuma Lopes, que devotaram interesse e paciência na discussão e idéias que fundamentaram este trabalho;

- ao Antonio e Nilde, pelo cuidado e zelo no trabalho de datilografia e de reprodução;

- ao "Geraldinho", minha dívida especialmente pela paciência em ler e discutir todo o texto aqui apresentado. Além disso, pelo apoio companheiro em todos os momentos, sem o qual não teria tido as condições emocionais e intelectuais de levar o presente trabalho a seu termo. A ele, meu profundo reconhecimento e agradecimento;

- ao André e Teresa Haguette e a Mrs. Janice Thurston, incentivadores maiores no começo desta jornada, nos Estados Unidos.

Enfim, o meu convencimento de que uma tese, embora trabalho e idéias pessoais, na realidade é uma tarefa construída por muitas mãos e muitas cabeças.

SUMÁRIO

	<u>Página</u>
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>1º Capítulo - SINDICATO E A POLÍTICA DO PACTO SOCIAL</u> ...	7
1.1 - <u>Controle das atividades sindicais</u>	7
1.2 - <u>Organismos paralelos à estrutura sindical oficial</u> - <u>tentativa de extrapolar ao controle do Estado</u> .	13
1.3 - <u>O sistema trabalhista brasileiro</u>	15
<u>2º Capítulo - NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DO POPULISMO E SUAS</u> <u>IMPLICAÇÕES NOS RUMOS DO MOVIMENTO SINDI-</u> <u>CAL BRASILEIRO</u>	21
2.1 - <u>Estado e camadas populares</u>	21
2.2 - <u>Industrialização e reformulação do aparelho esta-</u> <u>tal</u>	31
2.3 - <u>Desenvolvimento regional versus intervenção pla-</u> <u>nejada</u>	39
<u>3º capítulo - A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM</u> <u>ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO ESTADO DO</u> <u>CEARÁ - SEEBEC (1955-1964)</u>	44
3.1 - <u>Breve histórico do SEEBEC</u>	44
3.2 - <u>O sindicalismo de participação</u>	48
3.3 - <u>A atuação do SEEBEC de 1955 a 1959</u>	51
3.4 - <u>Do sindicalismo de Estado ao sindicalismo de par-</u> <u>ticipação - sindicalismo bancário cearense de 1959</u> <u>a 1964</u>	57
3.4.1 - <u>Lutas específicas do movimento sindical bancá-</u> <u>rio cearense: fase de mobilização em torno de</u> <u>melhores condições de vida e de trabalho</u>	64
3.4.2 - <u>Unificação do movimento sindical cearense e for-</u> <u>mação das organizações paralelas à estrutura</u> <u>sindical oficial</u>	66
3.4.3 - <u>Tendências que atuavam no movimento sindical bra-</u> <u>sileiro nos anos 60</u>	88
3.4.3.1 - <u>O Trabalhador Unido - tendência democrática do Ceará</u> .	89

3.4.3.2 - A tendência nacionalista	92
3.4.4 - Efervescência do movimento sindical bancário cearense: o ano de 1962	97
3.4.5 - Luta do movimento sindical nacionalista por sua emancipação	129
<u>NOTAS FINAIS</u>	140
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	144
<u>ANEXOS</u>	
Anexo I - Quadro I - BNDE - APLICAÇÃO DE RECURSOS ...	148
Anexo II - Quadro II - LEVANTAMENTO DAS GREVES OCORRI- DAS ENTRE 1955 a 1964 QUE ENVOLVERAM O CEA- RÁ	149
Anexo III - ÍNTEGRA DA REGULAMENTAÇÃO DO ART. 34 DA SUDENE	154
Anexo IV - MANIFESTO DIVULGADO PELO CGT APÓS A GREVE DE 5 DE JULHO DE 1962	160
ANEXO V - Manifesto publicado pelo CGT depois da gre- ve de 15 de setembro de 1962	162

ABSTRACT

The proposition of autonomous syndicalism put forth during the fifties and sixties focuses on the independence and self management of Brazilian trade unions in relation to the State.

This paper analyses the actions of the Bank Workers Trade Union with respect to both political and economic demands through 1955-1964. Also it tries to reconstruct the search for autonomy through a critical examination of trade union practices during that period, emphasizing the limits to action when paradoxically at certain points, the trade unionists were supporting government reforms although they in fact wanted to be independent from the State.

The great strength of the bank workers to make economic demands, the increasing level of their political involvement revealed through participation in general political movements supported by CGT (General Confederation of Workers) and other civil segments of society; their participation in the fight for a strong and united Trade Union Movement were the signs of the search for autonomy that we were able to identify in the analysis, especially in the period beginning in 1959 when the nationalists took over the leadership of the Bank Workers Trade Union, defeating the conservatives.

The enforced links of trade unionism with the program of reforms proposed by the government represented one of the bounds on such autonomy as it demonstrated the lack of a well defined plan capable of transforming trade unionism into an independent entity.

The plan for autonomous syndicalism headed by the nationalists both at the national and local level was characterised by ambiguity. It started from the premise that

the autonomy of the working class was equivalent to the autonomy of the nation and that both would be attained by state reforms with the state itself becoming the generator of nationalist ideology and the national pact.

INTRODUÇÃO

No atual momento de crise política que estão vivendo a sociedade e o Estado brasileiros, tem-se verificado, nos meios de comunicação, tanto falado como escrito, o retorno à questão da classe operária e do movimento sindical brasileiro. O tema entra na pauta dos debates vigentes sobre as reformas políticas como assunto do dia-a-dia, mormente após os acontecimentos vividos pela classe trabalhadora, a partir do final da década de 70.

A reforma da estrutura sindical brasileira, a questão da lei de greve, a luta pela reposição salarial ante a espiral inflacionária crescente, a liberdade e autonomia sindicais foram, dentre outros, os temas que mobilizaram os trabalhadores brasileiros nos anos 50-60 e que, no momento atual são retomados como assunto de efervescente debate no seio da Universidade Brasileira, entre aqueles que se preocupam em compreender a dinâmica das relações entre o Estado e a classe trabalhadora, através de suas entidades representativas.

A questão da autonomia do movimento sindical nos anos 50-60 estava consubstanciada, basicamente, na luta pela revogação do Decreto 9.070 e pela ampla garantia do direito de greve. A corrente sindical nacionalista pleiteava a completa independência das entidades sindicais pelo desvencilhamento da tutela do Ministério do Trabalho. A exigência da liberdade de ação entretanto não eliminava a reivindicação de que fosse mantido o Imposto Sindical, configurando assim a ambiguidade da luta pela autonomia. Isto porque o Imposto Sindical é a pedra angular do atrelamento do Sindicato do Ministério do Trabalho, possibilitando que em contrapartida à transferência de recursos seja exigida uma prestação de contas de sua aplicação que se traduz em vigilância sobre a vida sindical.

A ambiguidade faz-se presente também na tática ado-

tada pelas lideranças sindicais de lutar pela transformação da estrutura sindical vigente, utilizando essa mesma estrutura, tanto nos momentos de mobilização por melhores condições de vida e de trabalho, quanto nas articulações para criar pactos inter-sindicais e estruturar organismos do tipo CGT, aumentando, assim, seu poder de barganha junto às instâncias governamentais.

A tese de autonomia proposta pelo sindicalismo nas décadas de 50-60 centra-se na independência do sindicato em relação ao Estado.

O objetivo central deste estudo é reconstituir a busca dessa autonomia através da análise crítica da prática sindical desenvolvida no período mencionado, destacando os limites que em alguns momentos implicaram em afirmar o que se pretendia negar: a relação com o Estado.

Para registro desse movimento pendular de autonomia versus subordinação percorrido pelo sindicalismo brasileiro, elegemos o estudo do processo de mobilização ocorrido no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Ceará - SEEBEC, no período 55-64.

A idéia inicial surgiu quando estávamos fazendo o Seminário sobre Movimentos Operários na América Latina com a Prof^a Renate Rott no Curso de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento. No decorrer do mencionado seminário, em contato com a literatura sociológica sobre o movimento sindical brasileiro, constatamos a quase inexistência de estudos mais sistematizados sobre o sindicalismo cearense. A revisão bibliográfica sobre o tema revelou-nos ainda a importância que alguns sindicatos específicos assumem em determinadas conjunturas justificando que partindo de estudos de caso torne-se possível captar a dinâmica e tendências mais gerais do movimento sindical. Destacamos aqui como exemplo os seguintes trabalhos: ANNEZ TROYANO (1978), sobre o sindicato dos químicos na cidade de São Paulo; INGRID SARTI (1973) sobre o sindicato do Porto de Santos; LETÍCIA CANÊDO (1978) sobre o sindicato dos bancários de São Paulo, dentre outros. Foi especialmente na leitura desta última monografia que surgiu a

idéia de explorar a vida do sindicato dos bancários, desvendando assim aspectos da memória histórica das classes trabalhadoras do Ceará, ainda não suficientemente explorada pela literatura sociológica pertinente.

Foi ainda na etapa de pesquisa bibliográfica, e em contato com sindicalistas, que tomamos conhecimento de trabalhos pioneiros sobre o movimento operário cearense, como a tese de Antonieta Albuquerque sobre o sindicato dos ferroviários entre 1961-1964. Iniciamos por aí nossa pesquisa, na tentativa de esboçar o projeto em estudo.

Tomamos como referência inicial de estudo o ano de 1955, data em que se inicia o governo de Juscelino Kubitschek, com crises político-militares marcadas pela eleição Juscelino/Jango e pela adoção da ideologia desenvolvimentista, que se caracterizava pela ambiguidade entre o nacionalismo e a política econômica internacionalizante. Tal ambiguidade se expressa, por um lado, pela adoção do nacionalismo como ideologia, surgida dentro do próprio Estado ou em associação a ele (WEFFORT, 1978) e, por outro lado, pela institucionalização de uma política econômica internacionalizante, privilegiando o capital estrangeiro com regulamentação própria (Instrução 113 da SUMOC), em detrimento do capital nacional.

Aspecto primordial na escolha do ano de 1955 como marco inicial de estudo, prende-se a constatação de uma fase de liberdade do governo Juscelino, "onde diferentes correntes do movimento operário conseguiram com grandes lutas ganhar eleições nos sindicatos oficiais" (DELELIS, s/d:15)¹ e no caso específico, na gestão 1955-57 o surgimento de uma oposição à corrente conservadora na entidade em estudo.

Ainda como justificativa para a escolha do ano de 1955, como marco inicial da presente análise, faz-se necessário ressaltar a ampliação da intervenção direta do Estado no processo de acumulação nucleada pelo capital industrial, que

¹ Depoimento de Afonso Dilelis no debate "A Estrutura Sindical e a Questão da Lei de Greve", no dia 18 de maio de 1979, promovido pelo CEDEC e pelo Instituto de Estudos Especiais da FUC-SP no II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais.

se expressará embrionariamente no Ceará, pela criação do Banco do Nordeste do Brasil em 1952, que teve sua sede localizada em Fortaleza. A análise toma o ano de 1964 como ponto de inflexão da história do movimento sindical bancário cearense, expresso pela intervenção ministerial no Sindicato, interrompendo um ciclo de lutas em prol da autonomia sindical.

O principal objetivo do trabalho é fazer uma análise da atuação do sindicato dos bancários, tanto no plano político, como no plano reivindicativo, no período de 1955 a 1964. A partir daí, tentaremos fornecer elementos e subsídios para uma melhor compreensão do sindicalismo cearense e de suas ambiguidades na ação sindical. Este objetivo mais abrangente, desdobra-se em outros mais específicos:

1. Reconstituição histórica de uma fase da vida da entidade;
2. Estudo da atuação no sindicato dos bancários em termos de organização das lutas da categoria;
3. Análise das implicações da participação do sindicato nos movimentos políticos da época em estudo.

Para a concretização desses objetivos fizemos um levantamento histórico, tentando reconstituir a vida do sindicato através dos principais acontecimentos e lutas que marcaram a existência da entidade, contextualizando-a nas suas articulações com a história política, econômica e social do País à época do estudo.

Entre as indagações que nortearam a referida análise destacam-se:

1. Que fatores conjunturais proporcionaram a atuação do sindicato dos bancários no contexto do movimento populista brasileiro e na Política do Pacto Social?
2. Que papel é chamado a desempenhar o sindicato dos bancários estruturado nos moldes corporativista

na transformação da estrutura social no desenvolvimento brasileiro? Como entender esse papel, se os bancários e os demais segmentos da classe trabalhadora sempre recorreram ao sindicalismo de Estado para proteger suas ações e suas reivindicações?

3. Pode-se considerar o sindicalismo bancário (baseado nas dimensões de sua ação política, reivindicativa e profissional), como representativo do "sindicalismo de participação" ocorrido nos anos 60?

Na tentativa de responder estas indagações, dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo tentamos recuperar na trajetória histórica do movimento sindical brasileiro sua subordinação ao Estado pós-30 e o surgimento dos pactos intersindicais e do CGT, como alternativas de atuação das diversas correntes que militavam no movimento operário, numa tentativa de extrapolar ao controle do Estado e aos limites da própria estrutura sindical.

No segundo capítulo fizemos uma análise sumária da conjuntura nacional-populista para a compreensão do sindicalismo cearense no processo de desenvolvimento econômico-político do País. Finalmente, no terceiro capítulo, passamos à análise da dinâmica do movimento sindical cearense com base nas questões que nuclearam o processo de mobilização. Para efeito de análise distinguimos os móveis internos consubstanciados nos problemas da própria categoria como forma básica de mobilização, dos móveis externos referentes à participação nos debates e movimentos dos grandes temas políticos à época, na tentativa de pressionar o Estado nas soluções de problemas nacionais e de classe.

Apesar da importância que o tema estudado possa assumir no esforço de compreender o papel e as implicações políticas das relações entre Estado e sociedade, o presente trabalho contém algumas limitações.

De início há de se compreender duas restrições: uma de campo, pois a investigação não aborda todas as múltiplas relações Estado-sindicatos, enquanto tem apenas no Sindicato dos Bancários seu objeto de estudo; a outra é de ordem temporal, porquanto a análise não explora todo o período de existência da entidade, embora que se atrele à fase mais rica de suas lutas, até onde se pode constatar nos registros e entrevistas.

Outro fator limitante, e que diz respeito aos próprios objetivos do trabalho, é a inexistência de documentação e registro da vida sindical na sede da entidade. A falta de livros com as atas de reuniões e assembleias; dos livros de registro de seu quadro de associações; de boletins editados por ocasião das campanhas para eleição das diversas diretorias do período estudado e de outras fontes de informação, influíram negativamente na formulação de hipóteses de trabalho e na análise da atuação da entidade.

Numa tentativa de suprir em parte esta lacuna, fizemos uma pesquisa minuciosa nos jornais da cidade, mormente no "O Povo", principal fonte de informação e dados para a análise, tentando recompor a história do sindicato. Entrevistamos vários líderes do período delimitado, tentando assim complementar e enriquecer os dados jornalísticos. O fato de haver se restringido a uma visão das antigas direções sindicais, pode ter dado um viés à análise, por razões óbvias.

Estes aspectos limitativos não invalidam, contudo, os objetivos que pretendemos alcançar, mesmo porque não foi nossa pretensão esgotar o assunto, mas, pelo contrário, contribuir para que se ampliasse a linha de estudo e pesquisa sobre o movimento sindical cearense.

1º Capítulo - SINDICATO E A POLÍTICA DO PACTO SOCIAL

1.1 - Controle das atividades sindicais

Para compreender as questões em torno do sindicalismo brasileiro, faz-se necessário conhecer as relações e as articulações que se deram entre o Estado, o sindicato e o desenvolvimento do processo de industrialização.

Isto porque o movimento operário brasileiro, até então colocado à margem da vida política do país, tinha mostrado um dinamismo, autonomia e liberdade de ação, expressos na criação e animação das sociedades de auxílio mútuo, cooperativas e organizações de resistência. A mobilização dos operários se manifestava em geral, na agressividade política e na capacidade organizatória das paralisações, cujas expressões de maior vulto foram as greves de 1917 e 1919. A partir de 1930, o movimento operário foi canalizado para a esfera do aparelho estatal no regime populista e a ele estará vinculado ao longo de sua trilha daí em diante. A partir de 1930, a história operária será a história do movimento sindical, simultaneamente à história do Estado populista. Será também a história do intervencionismo estatal na regulamentação do mercado de trabalho e da perda, por parte da classe operária, de sua autonomia de organização e liberdade de ação (TROYANO, 1978:30), relegando aos sindicatos, o papel de órgão de colaboração entre as classes nas relações entre o capital e o trabalho. Essa mudança qualitativa no papel do sindicato foi enfatizada por Vargas, num discurso à Assembléia Constituinte de 1933, no qual lamentou-se da "falsa impressão de que os sindicatos são organizações para a luta de classe quando são, de fato, para a defesa e para a colaboração entre trabalho e capital com o governo" (ERICKSON, 1979:51). Assim, a partir de 30, há uma mu-

dança qualitativa no papel histórico do sindicato tanto em termos econômicos, como em termos políticos, e em função também da redefinição da classe operária como força de cooperação com o Estado em nome do bem comum. No plano econômico o sindicato deixa de ser primordialmente órgão de defesa dos interesses e reivindicações da classe na luta entre o capital e o trabalho, para ser um órgão de "cooperação entre classes". Neste sentido também sofre alteração seu papel político, pois segundo ENGELS, a conquista do poder, só será alcançada pela classe, quando antes nasça e cresça uma organização suficientemente desenvolvida da classe operária, a partir de suas próprias lutas econômicas. (ENGELS, 1978).

A autonomia de organização e liberdade de ação da classe operária viu-se assim ameaçada a partir de 1930 por uma legislação de molde corporativista que se expressou inicialmente na criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Decreto-lei nº 19.443, com a finalidade de "superintender" a "questão social" de forma pacífica. Neste ato, há o reconhecimento da existência dos operários como classe social e a necessidade, portanto, de mantê-la sob seu controle. A atuação do Estado passa de meramente repressiva a organizadora e controladora do movimento sindical no sentido de integrá-lo como órgão de colaboração. Atuando assim, o Estado está reforçando e protegendo, por um lado, as suas bases políticas, opondo-se ao livre desenvolvimento da ação política da classe operária e, por outro lado, submetendo-a à disciplina da política econômica adotada pós-30. Para atingir esses objetivos, vincula os sindicatos à máquina administrativa restringindo o seu campo de ação com uma série de prestação de serviços assistenciais aos seus associados.

Em 1931, o Estado reconhece e regulamenta os sindicatos - tanto patronais como das categorias profissionais - pelo Decreto-lei nº 19.770, de cunho nitidamente corporativista. Determinava o reconhecimento do sindicato o artigo 1º do referido decreto: "terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da República e por intermédio do Ministério do Tra-

balho, Indústria e Comércio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição às seguintes condições:

a) reunião de, pelo menos, 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 anos;

b) maioria, na totalidade dos associados, de dois terços, no mínimo, de brasileiros natos ou naturalizados;

c) exercício dos cargos de administração e de representação confiado à maioria de brasileiros natos ou naturalizados com 10 anos, no mínimo, de residência no país, só podendo ser admitidos estrangeiros em número nunca superior a um terço e com residência efetiva no Brasil, pelo menos, 20 anos;

d) mandato anual em tais cargos, sem direito à reeleição;

e) gratuidade absoluta dos serviços de administração, não podendo os diretores, como os representantes dos sindicatos, das federações e das confederações, acumular os seus cargos com os que forem remunerados por qualquer associação de classe;

f) abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, (grifo nosso), bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações". (MORAIS FILHO, 1978:220)

Satisfeitos esses requisitos seu reconhecimento era assegurado pelo artigo 2º, pelo qual nenhuma alteração poderia ser feita, após a aprovação dos estatutos, sem a devida permissão do Ministério. Desse modo, estava oficializado o início do controle ministerial sobre a classe operária e conseqüentemente o atrelamento de seu órgão de defesa - o sindicato - ao Estado. Com esse decreto é abolida também a pluralidade sindical e liquidados os remanescentes do velho sindicalismo.

Com o Decreto-lei nº 24.694, de 1934, é institucionalizado o processo de reconhecimento dos sindicatos e de sua autonomia pela adoção da pluralidade sindical. Mas, por outro lado, cerceia-a pela incorporação de vários artigos do decreto anterior, de 1931. Evaristo de Moraes Filho, questionando essa pluralidade, conceitua como "uma pluralidade mitigada, limitada, que a rigor nunca poderia ir além de três sindicatos para cada profissão idêntica, similar ou conexas". (MORAIS FILHO, 1978:242)

O Decreto-lei nº 24.694 pressiona por todos os meios possíveis, o ingresso do trabalhador em seus organismos de classe. Através de uma das suas cláusulas ou convenção coletiva de trabalho proibia aos patrões admitirem trabalhadores que não fossem sindicalizados. Esse aparente interesse governamental pela "organização da classe trabalhadora", longe de revelar autenticidade sob esse aspecto, reflete o exercício do poder coercitivo do Estado para arregimentar os trabalhadores, atrelando-os a organizações cujo controle, por lei, lhe cabia. De fato, castrava o maior poder de mobilização dos trabalhadores, cerceando sua capacidade reivindicatória e nas lutas políticas, porque subordinava os sindicatos, na lei e na prática, ao Ministério do Trabalho. Esse intervencionismo manifestava-se de diversas formas, sendo típico dessa intenção de manipulação e imposição da camisa de força do Estado à organização sindical, a existência no Departamento Nacional do Trabalho de um formulário como "estatuto-padrão", a ser observado pelas entidades que deveriam limitar-se a preenchê-lo. (MORAIS FILHO, 1978:241)

Com a representação classista, junto à Câmara dos Deputados, assegurada pela Constituição de 1934, há um surto de proliferação de sindicatos controlados segundo os preceitos do Decreto-lei nº 19.770, visando fortalecer o sistema corporativo.

Com o advento do Estado Novo, a sindicalização da classe operária é regida totalmente pelo espírito corporativista da época, sintetizado pelo Decreto-lei nº 1.402, de 1939. Consta nele a obrigatoriedade da contribuição sindi-

cal para todos os trabalhadores, independente de sua vinculação ou não ao órgão de defesa de sua categoria profissional. Tornou-se obrigatória a apresentação do orçamento ao Ministério; reforça-se a ideologia da paz social e o conceito de Estado Intervencionista. Estava assim, concretizado o quadro de um sindicalismo como parte da administração pública, destinado a exercer funções delegadas pelo poder estatal. Tal fato fica expresso na exposição de motivos que encaminha o Projeto de Lei Orgânica da sindicalização Profissional em 1939: "Com a instituição deste registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão". (TROYANO, 1978:40)

A natureza corporativa desses decretos foi inspirada pela ascensão do fascismo na conjuntura internacional, o qual não concordava com a autonomia e liberdade sindical que deixasse com a classe operária o direito de escolher a trilha que lhe parecesse mais conveniente na luta por seus direitos. A visão de Vargas encarava a questão social como fator importante de valorização do capital humano. Para tanto era necessário que o Estado adotasse medidas tutelares de cunho paternalista que neutralizassem o potencial de resistência dos trabalhadores, e de sua iniciativa de ação sindical, para que todas as conquistas aflorassem como dádivas do Estado, e não como resultado da ação organizada dos trabalhadores. Sob esse prisma, os benefícios desse período não foram mais do que uma ampliação para outras categorias profissionais "de conquistas já conseguidas por categorias mais combativas" (TROYANO, 1978:41) da fase anterior.

Ao término da 2ª Guerra Mundial a classe operária é colocada diante da redemocratização política do país com a Constituinte de 1946, que restabeleceu as liberdades políticas, mas que manteve intocado o espírito corporativista da estrutura sindical, cuja legislação foi incorporada à Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT - em 1943. As mudanças que se processam vão impulsionar em primeiro lugar o processo de industrialização, sendo necessário, portanto, manter o

controle e o domínio do movimento sindical para a articulação de uma frente nacional, que tenha os trabalhadores como ponto de apoio da burguesia industrial nascente. E em segundo lugar, confirmar a política oficial, especialmente na contenção do processo inflacionário. A dominação exercida pelo Estado é expressa ao nível ideológico pelo nacional-desenvolvimentismo.¹ Na veiculação dessa ideologia são utilizados os canais institucionais: a estrutura sindical, o PTB e a Previdência Social.

Com o processo de redemocratização há o retorno do Partido Comunista ao cenário político que marca uma etapa importante do movimento sindical brasileiro de 45 a 47, com a possibilidade do Partido vir a ser uma organização de massa, com profundos vínculos com a classe operária e seu órgão de classe - o sindicato.

SOARES, analisando a atuação do partido e a aliança de classe nos dois anos de legalidade afirma: "a justificativa da preocupação em não descartar a aliança como um setor conservador, estava na tática do partido naquele momento em âmbito nacional que consagrava como tarefa principal das forças progressistas assegurar e consolidar o processo de redemocratização em curso e garantir a entente entre o mundo socialista e o capitalista. A expressão mais drástica da tática comunista para o movimento operário foi a proposta de apertar o cinto e a conseqüente política antigreve de 1945, ou em um segundo momento (1946/1947), o apoio dos movimentos grevistas, sem no entanto estimulá-los". (SOARES, 1982:35)

WEFFORT ao analisar o movimento sindical no início dos anos 50 aponta como elemento limitador da autonomia da organização da classe operária, a sua dependência política a um poder já constituído: A "falta de autonomia das organizações sindicais (grifo nosso) é apenas um aspecto da dependência política das organizações populares em geral... em fa

¹ O nacional-desenvolvimentismo, segundo LOYOLA "Pressupõe, em primeiro lugar, a idéia de um desenvolvimento nacional extensivo, capaz de incorporar ao processo dinâmico a sociedade como um todo. Em segundo lugar, sublinha a idéia de um desenvolvimento democrático, isto é, capaz de assegurar por si próprio uma participação das massas no sistema político; por último, pressupõe que o desenvolvimento pode ser levado a termo relativamente sem conflitos, graças a ação mediadora do Estado". (LOYOLA, 1980:83)

ce do poder constituído do Estado ou das regras de jogo ditadas pelos grupos no poder". (WEFFORT, 1978a:24)

Ao enfatizar a dependência política do movimento operário nos anos 50, ele ressalta não apenas o controle sobre este, que era exercido eficientemente pela estrutura sindical corporativista vigente, mas sobretudo a mobilização controlada através de uma estrutura dual - sindicato oficial versus organizações paralelas - subordinada aos interesses ou políticas de facções de grupos dominantes que se encontravam no sistema político-institucional.

1.2 - Organismos paralelos à estrutura sindical oficial - tentativa de extrapolar ao controle do Estado?

Como saída para a atuação das esquerdas são organizados "órgãos paralelos" à estrutura sindical oficial, de molde corporativista, que permitisse uma articulação horizontal dos sindicatos das diversas categorias, pressionando para a formação da Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT.

As alianças políticas entre as diversas tendências estimulam a criação de organismos paralelos à estrutura oficial - de direita ou de esquerda - unificados em duas vertentes de orientações distintas. A corrente amarela² fortalecida em 1947 com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em oposição à Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Esta última corrente, formada pela aliança PC-PTB, assume a direção dos sindicatos mais combativos. Apesar dessa constatação essa aliança não terá em momento algum o controle de todos os sindicatos. TROYANO atribui a falta de controle político dos órgãos sindicais pelas tendências de esquerda, entre outros fatores a:

² A corrente amarela é estimulada pelo Decreto-lei nº 19.770; é a mais vinculada e identificada com o Ministério do Trabalho. A conservadora e ordeira é sempre solidária com a concepção do desenvolvimento harmônico entre o capital e o trabalho. (TROYANO, 1978:36)

"influência da estrutura sindical oficial para a manutenção dos conservadores na direção dos Sindicatos, Federações e Confederações; ao fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores que se deve, também, a uma cúpula sindical politizada, cuja ascensão ao poder, em determinados períodos, não significa a realização de um trabalho de base junto aos trabalhadores e no interior das empresas; e uma estrutura sindical vertical, que impedia uma articulação e união, de sindicatos de diferentes profissões". (TROYANO, 1978:78/79)

Com a morte de Vargas, o decênio 1954-1964 abre um novo momento do movimento sindical populista com a institucionalização da estrutura dual do movimento sindical.

Atuando assim, o movimento sindical mais se institucionaliza transformando-se "num aliado direto do Estado populista" e a participação da burguesia industrial nacional, que antes era ativa, restringe-se cada vez mais a um elemento simbólico da aliança triangular: sindicato populista-Estado populista-burguesia nacional". (WEFFORT, s.d., IV.6/IV.10)

A participação da burguesia era ativa, antes de Goulart. Com ele na Presidência restringe-se a ser um elemento simbólico da Aliança, por perceber que o capital estrangeiro representava uma ameaça menor que as "Reformas de Bases", concitadas pelos líderes sindicais e demais organizações populares. As Reformas de Bases, principalmente a agrária, representava, em última instância, uma ameaça a própria dominação de classe das diversas facções que compunham a burguesia nacional.

Para WEFFORT o sindicalismo populista cerceia a autonomia de organização da classe operária. "No plano da orientação se subordina à ideologia nacionalista e apoia uma política de reformas e colaboração de classes. No plano da organização se caracteriza por uma estrutura dualista, na qual as chamadas "organizações paralelas", formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial de corte corporativista e apendicular do Estado. E finalmente, no nível político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda por Goulart e ou-

tros populistas fiéis à tradição de Vargas. (WEFFORT, Ensaios de opinião, 7:19)

Ao analisar a subordinação do movimento sindical à orientação nacionalista do decênio, WEFFORT afirma: "assumida a orientação nacionalista de colaboração de classes, a subordinação ao Estado vai decorrer, paradoxalmente, da decadência dos "fatores de progresso" exaltados por aquela mesma ideologia. A liquidação da política de desenvolvimento nacionalista e a incapacidade da burguesia nacional em assumir o ônus econômico de uma aliança com a classe operária, passam a impor ao movimento sindical aproximar-se do Estado com o objetivo de apoiar os projetos reformistas que a ideologia imputava à burguesia mas que esta se revelava incapaz de realizar por si própria". (WEFFORT, s.d.:IV.8)

A retração da burguesia nacional na aliança não nos parece possa ser explicada pela sua incapacidade de assumir o ônus econômico que a aliança com a classe operária acarretava mas, pelo fato de que seus interesses estavam mais ligados aos do capital estrangeiro que aos de seus aliados nacionais.

1.3 - O sistema trabalhista brasileiro

O sistema trabalhista brasileiro tem como suporte três elementos estruturais: os sindicatos, a Previdência Social e a Justiça do Trabalho.

O sistema sindical

O sindicato brasileiro caracteriza-se por ser uma instituição burocrática, atrelada ao Estado, controlada pelo Ministério do Trabalho e organizado verticalmente de cima para baixo. Pela legislação sindical são deveres do sindicato como órgão de colaboração com o Estado no desenvolvimento da solidariedade social:

- a) representar, junto às autoridades competentes, os interesses dos seus membros; assim como nos acordos e nos conflitos de trabalho;
- b) administrar os serviços de assistência jurídica e médico-hospitalar;
- c) fundação e manutenção de escolas de alfabetização e formação profissional;
- d) organização e promoção de cooperativas de consumo e crédito.

Além desses deveres, para o reconhecimento de um sindicato a legislação trabalhista exige que pelo menos um terço dos trabalhadores sejam oriundos de seu território de abrangência; apresente estatutos da organização; administração de sua propriedade; regras para sua dissolução, dentre outras exigências.

A CLT dando ênfase à sua natureza corporativista, prevê uma simetria na organização vertical, tanto dos empregados como dos empregadores, em forma piramidal. Na base da pirâmide encontra-se o sindicato da categoria profissional, cuja jurisdição pode ser o território de um município, vários municípios ou uma cidade e mais raramente várias cidades. Acima encontra-se a federação e reunindo no mínimo 3 federações de uma mesma categoria tem-se a confederação que ocupa a posição hierárquica mais alta. Como a CLT não prevê a organização de uma Central Sindical que congregaria e representaria toda a classe operária o ápice da pirâmide é truncado.

A representação e defesa dos interesses dos seus associados é apenas um dos múltiplos papéis do sindicato como órgão de colaboração que deve prestar os serviços sociais que, antes de 1930, eram propiciados pelas sociedades de ajuda mútua. Para tanto a CLT transforma o sindicato em "dispensário de serviços sociais". O imposto sindical constitui nessa situação a base da receita financeira do sindicato para execução dessas funções. Como mostra ERICKSON, até 1965 o Imposto Sindical foi distribuído da seguinte forma:

Sindicato	54%
Federação	15%
Confederação	5%
Fundo Social Sindical	20%
Banco do Brasil	<u>6%</u>
	100%

O Banco do Brasil retira 6% do referido imposto para cobrir as despesas de manutenção da conta. Analisando a finalidade do Fundo Social Sindical ERICKSON afirma: "O Fundo Social Sindical era teoricamente destinado ao atendimento dos interesses gerais das organizações sindicais brasileiras e fornecer assistência social aos trabalhadores que não fossem sindicalizados, mas muitos observadores consideravam-no simplesmente um fundo para o clientelismo". (ERICKSON, 1979:60)

A federação tem como base territorial um Estado ou uma região, onde coordena os sindicatos de uma determinada categoria. Para a formação de uma federação é necessário que reúna no mínimo 5 sindicatos, desde que representem a maioria absoluta da categoria profissional. Três federações, no mínimo, formam uma confederação. Sua sede deve ser localizada na Capital da República e seu reconhecimento depois de promulgado pelo Ministério do Trabalho, é ratificado pelo Presidente da República. A CLT não permite, através desse sistema, uma articulação no sentido horizontal entre os sindicatos de categorias profissionais distintas, como também não prevê a organização de uma central sindical que reúna todos os trabalhadores independentemente. A implantação dessa estrutura organizacional hierárquica e estanque por categoria mostra claro o objetivo político desse sistema de dividir e enfraquecer o movimento operário.

A Previdência Social

O Estado brasileiro pós-30 caracterizava-se por sua expansão com o exercício de funções nas esferas econômicas e sociais anteriormente da alçada dos setores privados. Um exemplo disto foi a instituição da Previdência Social com o "objetivo

político de regular o conflito social em nome da ordem pública e segurança nacional". (MALLOY, 1976, in DADOS:113) Em termos gerais a política da previdência social está relacionada à sociedade mais ampla. Em termos específicos está ligado à relação entre o Estado e a classe operária "não apenas em termos de benefícios substanciais, mas também em termos da posição de trabalhadores representantes de organizações em relação a essa e outras áreas de políticas. A previdência social tem sido, envolvendo a interação entre Estado e trabalhadores, o poder relativo do Estado face a organização sindical". (MALLOY, 1976:111)

Desde os primórdios da política de previdência social até os dias atuais tem-se três fases na tentativa de organizar e reorganizar a administração da previdência social: 1930 a 1945; 1945 a 1964 e de 1964 até o presente. Com exceção da fase de 1945-1964, foram as tentativas elaboradas em uma conjuntura de regimes autoritários, visando redefinir as relações entre o Estado e a sociedade em geral e o Estado e a classe operária em particular.

Na primeira fase - 1930 a 1945 -, a política da Previdência Social foi parte da estratégia corporativista de incorporação da classe operária urbana ao regime político de Vargas. Nessa perspectiva, os novos benefícios eram concedidos aos trabalhadores com o objetivo de organizá-los e cooptá-los para fortalecer o regime. Ao mesmo tempo o sistema de previdência social vigente era visto como parte integrante do Estado e surgia assim no bojo de um Estado moderno e intervencionista. Não obstante essa incorporação controlada "ela permitia considerável margem para sindicatos autorizados nela estabelecerem bases fortes e, ainda negociarem com o Estado em áreas políticas substanciais". (MALLOY, 1976:112)

Além disso, o regime estabeleceu na administração dos Institutos de Previdência Social, além do Presidente, um Conselho Tríplice composto de representantes dos empregados, empregadores e governo, com direitos e votos iguais na administração. Com a adoção dessa representação classista na direção e administração, os líderes sindicais influenciavam e

controlavam a política administrativa dos institutos, aumentando seu poder político, junto as bases sindicais, dotando-os de substanciais recursos para efetivação de manobras e alianças políticas com outros grupos sociais, partidos políticos e o próprio Estado. MALLOY aponta 3 fatores para que isso ocorresse: (1) controlavam grandes somas de fundos de investimento, cujo uso poderia ser submetido a influência política; (2) habilidade para controlar a distribuição de vasta gama de benefícios para um grande número de pessoas; e (3) os institutos e caixas geravam um número crescente de empregos que poderiam ser distribuídos por razões políticas. (MALLOY, 1976:104)

No período seguinte - 1945 a 1964 - os debates sobre a Previdência social têm como tema as propostas de reforma da Previdência Social - principalmente no tocante aos pontos de uniformização e unificação da mesma, havia divergências polarizando as duas correntes. "De um lado, estavam os tecnocratas da Previdência Social, apoiados por alguns políticos e grupos trabalhistas que apoiavam a reforma em termos da universalização da cobertura, uniformização dos benefícios e da unificação administrativa. Do outro lado, estavam os trabalhadores privilegiados, empregados de Institutos, políticos e líderes trabalhistas que utilizavam os Institutos como fonte de poder político". (MALLOY, 1976:104) O pensamento dessa corrente no auge das discussões e luta de manutenção pelos institutos por categoria profissional em 1963 é expresso por um membro do Conselho Fiscal do IAPB à imprensa local, o Sr. X: "pronunciou-se favorável à criação do Ministério da Previdência Social, desde que o mesmo não venha a servir de cabide de empregos e de guarita a políticos desonestos". (O POVO, 27/1/63)

Com a promulgação da Lei nº 3.807, de 1960, uniformizou-se as contribuições e os benefícios sociais para todas as categorias profissionais. A unificação de todas as atividades operacionais da Previdência Social num único órgão - o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) - deu-se no período pós-64. Com essa unificação da Previdência foram

eliminados os Institutos de Aposentadorias e Pensões e com eles uma das maiores fontes de poder das lideranças das classes trabalhadoras na época, pois deixaram de existir os Conselhos Administrativos nos quais atuavam os líderes sindicais.

A Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho foi constituída em 1939 para solucionar os conflitos na esfera trabalhista, ou mais especificamente entre patrões e empregados, de acordo com critérios e normas da CLT. Sua organização e estrutura é regulamentada pelo Artigo 144 da Constituição da República. Constata dos seguintes órgãos: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento e Juizes de Direito.

O caráter orgânico do Estado "que sustenta que a vontade geral da sociedade é discernível e deve prevalecer sobre os interesses pessoais" está assim expresso:

"As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais do Direito, principalmente do Direito do Trabalho e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o Direito Comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público". (ERICKSON, 1979:56)

Pelas análises realizadas do papel e da estrutura da legislação sindical, da Previdência Social e da Justiça do Trabalho, conclui-se que contribuíram para reforçar o papel intervencionista do Estado pós-30 na regulamentação do mercado de trabalho e na perda, por parte da classe operária, de sua autonomia de organização e liberdade de ação pelo atrelamento de seu órgão de classe ao Estado.

2º Capítulo - NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DO POPULISMO
E SUAS IMPLICAÇÕES NOS RUMOS DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

2.1 - Estado e camadas populares

O populismo surge na história política-social brasileira a partir de 30 com a decomposição do sistema oligárquico. Com a ascensão da Aliança Liberal ao poder, sob a presidência de Getúlio Vargas, tem-se uma nova fase política-social no Brasil com as seguintes características:

- a) a expansão do processo de acumulação com base urbano-rural;
- b) a ampliação institucional das bases sociais do Estado;
- c) o deslocamento da hegemonia agrário-exportadora para a predominância de base urbano-industrial.

A partir de 1930 há a passagem de uma sociedade de base agrária-exportadora para uma sociedade urbano-industrial, o que implica uma nova composição do poder e do Estado brasileiro, a formação de uma burguesia industrial e a presença da classe operária no cenário político-social.

Essa mudança, que representou a dominação de novas formas do capital, configurou um novo contexto para a prática política das classes sociais, surgindo daí o fenômeno sócio-político que se convencionou chamar de populismo, também identificado como política de massas ou movimento nacional popular. (IANNI, 1975a:2)

Para compreender o populismo e posteriormente a sua articulação com o sindicalismo brasileiro nesse contexto, passemos a uma análise sumária do tema.

Estudando o fenômeno no âmbito da América Latina, IANNI destaca o principal ponto de apoio para o exame da questão. Segundo ele "trabalha-se com base no pressuposto de

que, os movimentos de massas, os partidos políticos e os governos populistas: a) seriam fenômenos políticos produzidos no interior do processo mais amplo de modernização das sociedades latino-americanas; ou b) seriam fenômenos menos políticos produzidos pela incapacidade das sociedades latino-americanas realizarem a democracia representativa segundo o modelo europeu ou norte-americano". (IANNI, 1975a:8)

Aspecto de maior realce nos parece a natureza ambivalente do populismo como fenômeno político. Este caráter repousa, sobretudo, no fato de o populismo, revelar intrinsecamente antagonismos de classes, quando aparentemente as relações antagônicas parecem não existir. (IANNI, 1975a:2)

CAMARGO, em sua formulação conceitual do populismo, distingue duas vertentes do fenômeno:

- 1) a vertente mobilizadora, constituída pelo movimento populista; e
- 2) a vertente auto-reguladora: a política populista.

E arremata, realçando o aspecto da dualidade antagônica: "O populismo resulta da simbiose entre um processo de mobilização política e uma política de Estado que lhe dá apoio, mas que se torna também dependente dela. O populismo seria assim o ponto de junção entre um movimento social e uma estratégia estatal visando a rearticulação das alianças políticas e, em última instância, a busca de um novo equilíbrio nos centros de poder". (CAMARGO, in DADOS, 1976:23)

Ressalta, ainda, que a "duplicidade do Estado, cúmplice de elites decadentes e aliado fortuito de movimentos populares, revela sua supremacia sobre a sociedade civil. O preço pago por esta supremacia é o permanente desequilíbrio do sistema político, que se abre à participação para resolver tensões que se processam em recinto fechado, para depois reduzi-la drasticamente, com o objetivo de solucionar os impasses criados por esta participação". (CAMARGO, 1976:23)

Não divergem desse entendimento IANNI e WEEFFORT, ambos dando destaque ao aspecto ambivalente do populismo, tendo de um lado o Estado, articulador de um novo equilíbrio político, porém sem abrir mão de seu papel como representante

dos grupos dominantes e como controlador das massas assalariadas urbanas. Do outro lado se situavam as classes populares, ocupando espaços para manifestações de suas demandas e insatisfações.

Na interpretação de WEFFORT, "O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado". (WEFFORT, 1978a:62-63)

Não menos clara é a análise de IANNI ao discorrer sobre os vínculos entre o Estado e a sociedade civil, em regimes populistas: "Uma das peculiaridades do Estado populista é a combinação **sui generis** dos sistemas de mobilização e controle das massas assalariadas urbanas - quando não também rurais - com o aparelho estatal, especificamente o poder executivo... no populismo ocorre uma combinação singular entre o Estado, o partido governamental e o sistema sindical".

..."no populismo o sistema de poder Estado-partido-sindicato apoia-se na aliança de classes, sob a égide direta ou mediatizada da burguesia. É importante fixar aqui a idéia de coalização de classes, ou forças políticas heterogêneas, que caracteriza o pacto populista" (IANNI, 1975a:126-127).

O Estado populista surge, assim, "das contradições geradas no seio da classe dominante (burguesia agropecuária, comercial, financeira e industrial) em combinação com os antagonismos entre essas facções e as outras classes sociais, na crise da economia primária exportadora". (IANNI, 1975a:127)

E é nessa etapa de crise de transformações econômico-sociais e políticas no Brasil a partir de 30 que IANNI sintetiza o populismo brasileiro sob o comando de Vargas e

suas diversas modalidades: queremismo, juscelinismo, janguismo e trabalhismo como a forma política assumida pela sociedade de massas no país. "O populismo brasileiro surge sob o comando de Vargas e os políticos a ele associados. Desde 1930, pouco a pouco, vai se estruturando esse novo movimento político. Ao lado das medidas concretas, desenvolveu-se a ideologia e a linguagem do populismo. Pouco a pouco, formaliza-se o mercado e a força de trabalho, no mundo urbano industrial em expansão. Ao mesmo tempo as massas passam a desempenhar papéis políticos reais, ainda que secundários. Assim, pode se afirmar que a entrada das massas no quadro das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas (grifo do autor). Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois, adquire outras conotações e, também, denominações: borgerismo, queremismo, juscelinismo, janguismo, trabalhismo são algumas das modulações do populismo brasileiro. No conjunto, entretanto, trata-se de uma política de massa específica de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político. ... está em relação dinâmica com a urbanização e os desenvolvimentos do setor terciário da economia brasileira... Em poucas palavras o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país". (IANNI, 1975b:206-207)

Pretendeu-se na análise acima delinear o populismo na América Latina, de um modo geral e, no caso brasileiro, de modo específico, no intuito de melhor compreender o papel e a atuação do movimento sindical bancário no Ceará face a radicalização do movimento populista no final dos anos 50 e início dos 60.

Não obstante o Populismo caracterizar a etapa da história política-social brasileira que vai de 1930 a 1964, WEFFORT distingue duas fases no movimento populista: uma de 1930 a 1945 e uma outra de 1945 a 1964, para efeito analítico. (WEFFORT, 1978a). Ao longo de cada um desses períodos encontram-se subperíodos que correspondem as diversas formas que assumiu o Populismo como expressão política das transfor

mações econômico-político-sociais e dos interesses de classes em pugna.

Sem desconhecer o mérito de outras propostas de periodização do Populismo no Brasil, julgamos que a de WEFFORT é a que melhor se ajusta aos nossos propósitos de análise das transformações do movimento sindical.

A primeira fase de Populismo: 1930-1945

O Estado que emerge de 30 como expressão do rearranjo interno entre as facções das classes dominantes tem como características específicas:

- a) uma maior centralização do poder pelo intervencionismo ampliado na esfera econômica;
- b) nova articulação do Estado com as classes sociais;
- c) controle político e social das classes sociais;
- d) repressão dos sindicatos após a organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL);
- e) expurgo dos traços liberais mantidos pela carta de 1934;³

³O artigo 120 e seu único parágrafo da Carta Constitucional de 1934 dispõe sobre a independência do sindicato perante o Estado e sobre a pluralidade sindical.

"Art. 120 - Os sindicatos e as associações serão reconhecidos de conformidade com a lei.

Parágrafo Único - A lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos". (VIANNA, 1976:193-194)

Logo após a aprovação pela Assembléia Constituinte, os sindicatos voltaram a ser controlados novamente pelo Ministério do Trabalho pela promulgação do Decreto-lei nº 24.694, de 12 de julho de 1934 que reinterpreta o art. 120 da Carta Constitucional do mesmo ano, que tratava da autonomia e da pluralidade sindicais. A letra c, do artigo 2º, reafirma o sindicato como órgão de colaboração com o Estado, "para o estudo e solução dos problemas que, direta ou indiretamente, se relacionarem com os interesses da profissão. Seus estatutos só entrariam em vigor depois de aprovados pelo Ministério do Trabalho - parágrafo 2º, do art. 8º. Estavam ainda obrigados a se abster de atividades políticas, posicionamento ideológico e religioso. O art. 23 instrumentalizava o Estado para a fiscalização e a eventual intervenção nas entidades sindicais, bastando que um associado recorresse à autoridade competente". (VIANNA, 1976: 197).

f) as dissidências entre as frações da classe dominante, cedendo lugar a uma proposta consensual em nome do corporativismo:

- a Igreja Católica;
- a facção burguesa industrial;
- a oligarquia; (VIANNA, 1976, 31-40)

g) racionalização no uso de determinadas fontes de riqueza pelo capitalismo internacional. (Código de Minas, Código de Águas em 1934). (FAUSTO, 1976:10)

Do Estado Novo (1937) até a redemocratização (1945), tem-se uma fase de transição, no bojo da qual se processam mudanças que vão impulsionar a expansão econômica do setor industrial e o surgimento de novas formas e manifestações das classes sociais. No plano ideológico, esse interregno é vivido como uma fase de expressão nacionalista, durante a qual o imperialismo é visto e denunciado como oposição ao desenvolvimento nacionalista.

SOUSA assinala os traços conjunturais nos quais se deu a transição do Estado Novo para o processo de redemocratização que se instala em 45, destacando os mecanismos de continuidade política que persistem na formação e desenvolvimento do sistema político. Menciona quatro instrumentos institucionais acionados pelos grupos dirigentes ligados ao Estado Novo na tentativa de dar continuidade ao sistema político-partidário de 30. São eles:

1) a absorção, através do PSD, das interventorias e bases municipais, e através do PTB, das clientelas urbanas sindicalizadas ou cobertas pelas instituições previdenciárias;

2) a emergência do getulismo como formação ou movimento político organizado ao nível do simbolismo pessoal, condensando e dando forma ativa a suportes de massas até então mais ou menos latentes;

3) a garantia antecipada do controle ou pelo menos de um papel decisivo por parte dos remanescentes estadonovistas sobre a primeira legislatura, através da manipulação dos instrumentos da legislação eleitoral;

4) inscrição no próprio texto constitucional de vários dispositivos asseguradores dessa mesma continuidade, notadamente os referentes à representação (o artigo 58 regulamentava a representação dos partidos na Câmara Federal em função da distribuição geográfica da população. Interferia, por conseguinte, em clivagens políticas e sociais básicas) e a centralização de poderes no Executivo. (SOUSA, 1976:134-135)

Além dos determinantes internos expressos acima deve-se levar em consideração também os determinantes do contexto internacional, entre os quais sobressaem: os reflexos dos problemas pós-guerra, ligados a hegemonia política mundial na luta entre democracia e o nazifascismo; a influência da vitória socialista de 1917, e de maneira mais abrangente, do marxismo sobre as classes sociais (tanto sobre a operária como sobre a dominante); e a alteração das relações de dominação das potências estrangeiras; mudança do pólo hegemônico do capitalismo mundial britânico para o norte-americano. SOUSA analisa assim o efeito da conjuntura externa no contexto da redemocratização brasileira: "O emperramento burocrático e as dissensões não canalizadas institucionalmente, processos característicos de sistemas autoritários, começaram a gerar uma crise institucional que se iria combinar com a oposição internacional entre as democracias liberais e o fascismo, emprestando força talvez inesperada à oposição interna que se aglutinava na futura UDN".

Criticando esse reflexo na conjuntura nacional SOUSA observa que foi "pálido, fazendo contraporem-se, não as formas militares do facismo e liberalismo internacional, mas sim versões aguadas de um e outro, conferindo à reabertura política o tom singularmente ritualístico". (SOUSA, 1976:110)

A segunda fase do populismo: 1945-1964

O populismo, principalmente a partir da redemocratização, foi, sem dúvida, manipulação das massas, porém ela nunca foi absoluta, sendo limitada pelas posições de classe no complexo jogo político, e essa complexidade política não

faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. "As relações políticas que as classes populares urbanas mantiveram com o Estado e com as demais classes nos últimos decênios da história brasileira foram relações predominantemente individuais e nelas o conteúdo de classe não se manifesta de maneira direta. Foram relações individuais de classe mas o específico dessas relações é o mascaramento de seu conteúdo de classe de tal modo que a possível significação classista aí presente não pode ser entendida sem que se passe primeiro por suas expressões individuais. É, portanto, a esse nível de relações individuais que convém estudar o populismo se se quer entender sua significação como manipulação e como política de classe. Isto é, é a partir dessa perspectiva que convém discutir o problema de saber até que ponto os interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos pelos líderes e até que ponto elas serviram passivamente de "massa de manobra" para os grupos dominantes". (WEFFORT, 1978:72)

É levando em conta os fatores conjunturais tanto no plano nacional como no internacional, que o processo de redemocratização encontra-se com a tarefa de incorporar as camadas populares ao processo político, através do controle das organizações sindicais pela tutela do Estado, como também através do sufrágio e da conquista da cidadania, pela integração das camadas populares nos planos sociais e econômicos do processo de industrialização e de urbanização.

É, pois, sob esse prisma que se deve discutir o significado das iniciativas e intervenções do Estado referentes à legislação trabalhista e sindical, à política da Previdência Social e outras medidas dirigidas à classe operária.

ROWLAND ao analisar a legislação trabalhista ressaltava como principal objetivo o controle político do Estado sobre a classe operária, a fim de evitar que possíveis conflitos de classes no setor urbano prejudicassem o frágil equilíbrio interno das classes dominantes. "Antes de 30, as cidades eram controladas pelas oligarquias. Com o seu afastamento do poder, isto já não seria possível da mesma maneira, e

era preciso encontrar outras formas de controle político. O setor urbano-industrial passou a ser um setor relativamente autônomo, desvinculado dos setores agrários, e a criação do Ministério da Indústria e Comércio adquire sentido em função desta mudança. A legislação sindical veio complementar as medidas assistenciais. Reconhecendo que, na realidade, seria difícil eliminar as causas do ressentimento e das reivindicações operárias, o governo resolveu impedir que, organizada de maneira autônoma, a classe operária pudesse vir a abalar as novas estruturas políticas. Vinculá-la ao Estado, organicamente (i.é. de forma a assegurar que não viesse ameaçar o equilíbrio político do regime), significava não só neutralizar o seu potencial desagregador como também submetê-la à disciplina coordenadora da política econômica do governo". (ROWLAND, 1974:28)

Com a legislação trabalhista e seus aparatos ideológicos, tais como a Justiça do Trabalho, o imposto sindical e a Previdência Social, um grande impulso é transmitido à acumulação, caracterizando desse modo, toda uma nova etapa no processo de desenvolvimento econômico, passando o Estado a atuar como elemento racionalizador do sistema, disciplinando a atividade econômica, intervindo na área sindical e buscando regulamentar o conflito entre os fatores de produção-trabalho e capital.

Incisivamente crítico ao "politicismo" da vertente de cientistas políticos nos estudos sobre o sindicalismo brasileiro, FRANCISCO DE OLIVEIRA observa: "a chamada legislação trabalhista tem sido estudada apenas do ponto de vista de sua estrutura formal corporativista, da organização dos trabalhadores e da sua possível tutela pelo Estado, e tem sido arriscada a hipótese de que a fixação do salário-mínimo, por exemplo, teria sido uma medida artificial, sem relação com as condições concretas da oferta e demanda de trabalho" (OLIVEIRA, 1972)

Por sua vez, ROWLAND, criticando a proposição de FRANCISCO DE OLIVEIRA, no tocante ao papel dessas leis e do salário-mínimo na aceleração do processo de acumulação, assim

se manifesta: "analisando o salário mínimo numa perspectiva de médio e longo prazo, ele nega qualquer caráter redistributivo à legislação, e afirma que, nivelando os salários pela base, ela impediu que setores da classe operária obtivessem aumentos salariais proporcionais ao aumento de produtividade, aumentando assim a taxa de exploração. Que isto tenha ocorrido a partir da década de quarenta parece certo. Para que seja válida a sua tese, entretanto, não é necessário nem negar qualquer caráter redistributivista à legislação, no início, nem supor que o governo tencionava efetuar uma desqualificação relativa da força de trabalho". (ROWLAND, 1974:33)

Restringindo a legislação trabalhista, que se consolidou em 1943, aos trabalhadores urbanos, o Estado atende às camadas populares, que começam a se firmar como fonte de legitimidade dele. Atuando assim, o Estado mantém intacta a estrutura agrária centrada na grande propriedade que, só vai ser ameaçada com a organização política dos camponeses nos anos 50.

Parafraseando WEFFORT, ROWLAND considera o Estado que surge em 30, um "Estado de Compromisso", cuja especificidade histórica está "nas suas relações com as diferentes classes sociais e é por isso que a noção de Estado de Compromisso exprime melhor, a meu ver, a sua natureza". Insiste, no entanto, que o compromisso "se dá entre as frações da classe dominante, e que as relações estabelecidas com a classe operária o foram em função da necessidade de manter este compromisso básico". (ROWLAND, 1974:36)

É nesse Estado de Compromisso que a partir de 45 fica mais evidente o enfrentamento das diferentes forças sociais que dão respaldo ao Estado e também, que esse compromisso entra em crise. Entre outras razões apresentadas para explicar essa crise incluem-se a incapacidade da economia urbano-industrial de absorver novos contingentes de migrantes e os limites da prática redistributivista. Segundo MALLOY a característica básica da redemocratização foi "a anomalia de que enquanto o Estado crescia em termos formais, ele tornava cada vez mais fraco e incapaz de tomar sérias iniciati-

vas em diversas áreas da política. Um efeito do período de Vargas foi uma estrutura de Estado internamente desarticulada: Vargas pode ter cooptado grupos como o sindical, mas esses grupos, por sua vez, capturaram partes específicas do aparato estatal de forma tal a bloquear quem não os favorecessem. O resultado foi um crescente mobilismo político, uma atuação errática e uma crescente inflação". (MALLOY, 1976:113)

As considerações feitas mostram que a adoção das medidas protetoras aos trabalhadores urbanos possibilitou ao Estado ter o apoio da massa de assalariados urbanos, que respondeu de maneira positiva ao apelo populista no sentido de obter vantagens econômicas imediatas, como também uma maior participação a nível de decisões políticas. Claro fica, que por traz dessa política de manipulação existia a necessidade de adequação de tais medidas às exigências de expansão do modelo de industrialização, baseado no processo de substituição de importações.

2.2 - Industrialização e reformulação do aparelho estatal

A partir de 1930 são implementadas as condições favoráveis ao surto de desenvolvimento industrial, baseado no processo de substituição de importações.

O papel do Estado no processo que resulta na hegemonia da estrutura urbano-industrial é crucial, na expressão de FRANCISCO DE OLIVEIRA. Segundo ele "a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho estatal e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia inclinava-se para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação". (OLIVEIRA, 1972:9-10)

A nova fase de industrialização, que se abre em 30, distingue-se da anterior, na qual pode-se falar de "surto industrializantes descontínuos", pela conjugação de 3 fatores. Em primeiro lugar, a industrialização passa a se nortear numa acumulação interna. Segundo TAVARES "quando da grande depressão, o país já dispunha de um mercado interno bastante amplo e com uma estrutura industrial que se bem incipiente, possuía já uma relativa diversificação. Isso se devia á natureza do setor exportador, que exercia um poderoso efeito difusor. Assim, dentro do próprio modelo primário-exportador teve lugar um processo de urbanização acompanhado da implantação de uma infra-estrutura de serviços básicos e do desenvolvimento de uma série de indústrias "tradicionais", tais como as de alimentos, bebidas, mobiliário, roupas, etc." (TAVARES, 1977:59)

Em segundo lugar, a industrialização terá como mentor o Estado que emerge e amplia suas funções como regulador dos fatores de produção e atua também como investidor, como bem explica FRANCISCO DE OLIVEIRA "regulando o preço do trabalho, ..., investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo do capital, investindo na produção..., o Estado (grifo nosso) opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema". (OLIVEIRA, 1972:14)

Em terceiro lugar, a redefinição do papel da agricultura em articulação com o novo processo de acumulação interno, mantendo, não obstante, intacta a estrutura agrária de produção e o poder político das oligarquias, com a exclusão das massas rurais dos benefícios do processo de industrialização, transformando-as em mão-de-obra disponível ao processo referido.⁴

Para atender às novas necessidades conjunturais e aos problemas surgidos ao longo do processo político-social

⁴ Sobre este aspecto, ver mais detalhadamente nos trabalhos de FRANCISCO DE OLIVEIRA, op. cit., e Elegia para uma Re(li)gião.

o Estado intervém através da política de investimentos básicos e infra-estruturais, criando uma série de órgãos estatais e para-estatais, entre os quais destacam-se:

O Conselho Nacional do Café e o Instituto do Cacau na Bahia, em 1931;

O Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933;

O Conselho Federal do Comércio Exterior e o Plano Geral de Aviação Nacional, em 1934;

O Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937;

O Conselho Nacional do Petróleo e o Instituto Nacional do Mate, em 1938;

O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, em 1939;

A Comissão Nacional de Motores, a Companhia Siderúrgica Nacional e o Instituto Nacional do Pinho, em 1941;

A Companhia Nacional de Alcalis, a Fundação Brasil Central e a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, em 1943.

Em 1945 a Superintendência da Moeda e Crédito - SUMOC. (IANNI, 1977:33)

A descrição acima reflete o crescimento das atividades econômicas do Estado com a preocupação de defender os setores sensíveis às oscilações "bruscas da renda e o emprego provocadas por distúrbios surgidos na esfera da produção ou da comercialização" (IANNI, 1975:32) oriundos da conjuntura tanto nacional como internacional. Atuando assim como regulador da produção e defensor desses setores, o Estado atendia às necessidades da acumulação tanto no plano econômico como no político-social. Além disso, deslocava paulatinamente seus interesses para transformar o setor industrial no setor de ponta do novo modo de acumulação e concomitantemente ampliar a hegemonia⁵ da burguesia industrial na economia brasileira.

⁵ O conceito de hegemonia aqui empregado é baseado em VIANNA:

"Para o estudo da formação social brasileira, a propriedade do uso do conceito de hegemonia reside precisamente na circunstância da burguesia não poder realizar sua vocação de classe num mercado de trabalho livre, e de não dispor do controle político

Com o processo de redemocratização, em 1945, há uma inflexão na política econômica governamental, a qual se traduz numa política "livre-cambista", cujos princípios recusavam as medidas de uma política econômica nacionalista com a adoção de diretrizes que iriam consubstanciar a política de desenvolvimento do capitalismo dependente. Esta, por sua vez, tinha duas vertentes de atuação: a política de comércio exterior, que se constituía nos mecanismos cambiais, e, a outra, a política de investimentos.

Delinea-se através da análise da política econômica pós-45, diversas fases características. Na primeira que vai de 1948 a 1950, as decisões de política econômica são definidas a partir do comportamento do setor externo, visando contornar os desequilíbrios externos e internos. "O principal instrumento econômico utilizado foi mais uma vez o cambial: a adoção da taxa de paridade cruzeiro-dólar, apesar da elevação interna dos preços, controle rígido das importações e ausência de mecanismos oficiais de captação da renda fiscal nas transações com o exterior. O setor cafeeiro apoia essa política, primeiro porque há uma recuperação, a partir de 1948/49 do preço do café e segundo porque existia o temor de que a liberação da taxa de câmbio estimulasse o aumento da produção interna do café, acentuando assim o processo inflacionário que se havia intensificado a partir de 1940". (COHN, 1976:) Em 1945, o Estado com sua política intervencionista de programas federais para o Nordeste cria dois órgãos de desenvolvimento de recursos: a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Analisando a atuação das referidas instituições no Nordeste COHN afirma: ... "no que diz respeito à CHESF, sua experiência foi positiva, no sentido de fazer vislumbrar a possibilidade de um aproveitamento racional de recursos e, conseqüentemente, de uma intervenção mais eficaz

ideológico das demais classes e camadas sociais. Por conseguinte, poderá admitir o pluralismo liberal em política - com o limite que impôs em 1947, quando ilegalizou o PC - mas desde que mantenha o mercado de trabalho e os sindicatos alinhados em e por instituições corporativas ou semicorporativas". (VIANNA, 1976:253)

do Governo na região. Tal fato ganha significado maior quando se toma a atividade da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), cuja direção logrou manter-se distanciada do jogo político regional, o que contrasta grandemente com a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF) que, na prática, seguiu o que ele mesmo denominou de "uma política de pequenos serviços" e com o DNOCS, totalmente invadido e permeado pelo "politicismo" local". (COHN, 1976:61)⁶

Na segunda fase que se estende de 1951 a 1954, são assentadas as bases de uma "política desenvolvimentista"; as diretrizes de política econômica são dirigidas para uma transformação da estrutura econômica, visando o controle dos setores básicos de produção e a eliminação de pontos de estrangulamento - tanto externo como interno - da economia nacional. Desse modo, há, através da "mistificação ideológica" do Estado, uma tentativa de identificar a proposta de desenvolvimento dessa fase com a proposta de "emancipação nacional", como bem enfatiza WEFFORT: "Diferentemente do populismo, expressão típica da ascensão das massas e de sua incorporação ao regime, o nacionalismo foi sua expressão global e emerge, portanto, diretamente ao nível do Estado. Ele corresponde, neste período que se inicia com o segundo Governo Vargas, a grupos políticos, tecnocráticos e militares situados no aparelho do Estado ou diretamente associados a ele e que tratam de definir uma estratégia para o Estado em face dos problemas criados ou enfrentados pelo desenvolvimento industrial e urbano do País. A ideologia nasce, pois, dentro do estado ou em associação com ele... "como realidade do sistema capitalista brasileiro; expressão da "democracia de todo o povo" e, ao mesmo tempo, expressão do poder burguês!" (WEFFORT, 1978:40-42) As medidas da política de investimento visando o reaparelhamento financeiro governamental compreende, entre outras, nesta fase:

⁶ Ver também a esse respeito S.H. ROBOCK. - Desenvolvimento Econômico Regional: o Nordeste brasileiro. Rio, Ed. Fundo de Cultura, 1963, pp. 94-100.

- inversões públicas no sistema de transportes rodoviário e no prosseguimento das obras da hidro-elétrica de Paulo Afonso;
- criação do BNDE⁷, do BNB em 1952; uma reforma cambial (Instrução 70 da SUMOC)⁸, em 1953 e a criação da PETROBRÁS em 1954.

De 1954 a 1955 temos o que LESSA chama de "Fase de transição". A política expansionista dos anos precedentes somada a fatores de natureza estrutural havia elevado rapidamente a taxa de inflação, e as medidas posteriores de política econômica, assumidas no início do decênio, não foram de molde a desencorajar este processo. A fase que se sucede até 1956, constitui, em seu conjunto, "um tateio de política econômica para retornar a seu padrão convencional, preocupada com a estabilidade, via contenção de demanda global". (LESSA, 1975:13)

A etapa que se inicia com o governo de Juscelino Kubitschek é marcada pelo Plano de Metas. A política econômica do Plano pode ser caracterizada em 4 pontos fundamentais: o primeiro consiste no tratamento favorável a entrada de capital estrangeiro; o segundo repousa na ampliação da intervenção direta do setor público na acumulação interna de capital, o terceiro consiste na canalização dos recursos privados para os setores vistos como estratégicos no Plano e; finalmente, o último consiste no tratamento dado ao problema da estabilidade

⁷ O BNDE agência financeira estatal criada com fundos provenientes do imposto de renda, com o objetivo de apoiar a diversificação industrial.

Para melhor conhecimento de sua atuação na aplicação de recursos nos diversos setores econômicos, veja quadro nº 1, em anexo.

⁸ As principais implicações da Instrução 70 no processo de industrialização foram: a) consolidação da reserva de mercado para as produções incluídas nas categorias com taxas de câmbio mais elevadas; b) concessão de subsídios (implícitos nas categorias com tipos de câmbio mais baixos) para a internação de bens de capital e insumos requeridos pelo desenvolvimento industrial; e c) possibilidade de que o Estado, através das operações de compra e venda de divisas, voltasse a participar financeiramente das rendas de intercâmbio. LESSA, Carlos - "Quinze anos de política econômica." Campinas, UNICAMP (Cadernos, 4), 1975, p. 11.

sócio-econômica. (LESSA, 1975:31)

A penetração do capital estrangeiro na economia foi grandemente facilitada pela Instrução 113 da SUMOC, que favorecia as empresas estrangeiras interessadas em investir no país, através da concessão de benefícios cambiais na transferência de maquinaria industrial, embora que já estivessem funcionando aqui indústrias nacionais similares. Com essa medida, além de outras já tomadas ao longo do processo, privilegia-se o capital estrangeiro em detrimento do nacional.⁹

Identifica-se como resultante da política econômica do Plano de Metas: a implantação da indústria automobilística e das indústrias de base e de bens duráveis, a identificação do processo de desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro como sendo a do capitalismo "associado" e "dependente". Simultaneamente pode-se inferir dois traços básicos inerentes ao processo de industrialização até o fim da década de 50: o de que ele se deu através de uma concentração de renda, como também do poder e da propriedade e, em segundo lugar, que essa concentração se deu inclusive no plano regional". (COHN, 1976:39)

Além dos traços acima descritos do processo de transformação da sociedade brasileira, faz-se mister ressaltar o caráter destas mudanças nos planos social e político pelas disparidades entre os grupos sociais, como acentua CARVALHO: "numa sociedade onde o surto industrial era reduzido e onde nem todas as regiões apresentavam o mesmo grau de transformação capitalista, o desenvolvimento industrial tendeu a concentrar-se mais na produção de bens intermediários, do que nos ramos voltados para atender às necessidades da maior parte da população. O modelo de industrialização, escolhido e determinado pelo contexto histórico em que foi gerado, orientou-se para atender a demanda de produtos procurados pelos grupos de alta e média renda" (CARVALHO, 1978:41), excluindo

⁹ Ver a respeito LESSA, Carlos - op. cit., p. 32 e BASBAUM, Leôncio - História Sincera da República - de 1930 a 1960, 3ª vol., São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 219.

assim a classe operária e os setores médios de baixa renda das "benesses" do processo de desenvolvimento econômico.

No período que compreende o triênio 1961 a 1964, é dada uma nova orientação à política econômica, na busca de compatibilizar a sustentação da taxa de crescimento econômico, via substituição de importação, com a contenção do processo inflacionário¹⁰. Aliada a essa tentativa, há de ressaltar também como pano de fundo do contexto nacional, a crise político-social que repercutia direta ou indiretamente na espiral do processo inflacionário. A crise traduzia-se no reclamo generalizado pelas "Reformas de Base".¹¹

Esses fatores interdependentes, aliados às precárias condições político-institucionais da época, conferem à política econômica um caráter fugidio e impreciso na expressão de LESSA. Analisando as diretrizes a longo prazo da política econômica ele conclui "podemos visualizar como dificuldade no triênio uma tendência à diversificação dos objetivos propostos ao desenvolvimento da economia. Seja devido ao clamor pelas "reformas de base", seja devido às novas exigências de uma estrutura econômica mais diversificada, ao lado da preocupação principal com a complementação do sistema industrial, acumularam-se no triênio medidas parciais e pouco eficazes, orientadas para o desenvolvimento regional, a modificação do setor agropecuário, para o fomento das exportações industriais, etc., que traduzem, forçando a expressão, de forma incipiente e não integrada, a presença de

¹⁰ LESSA apresenta uma série de índices de preços que agudizam o processo inflacionário a partir de 1960. As estimativas preliminares do IBGE dão conta de que o deflator implícito da série do PBI, que em 1960 acusara uma variação de 25%, passa a apresentar os seguintes acréscimos: 37% em 1961, 51% em 1962 e 73% em 1963. O índice geral de preços publicado pela Conjuntura Econômica apresenta variações similares, sendo que as variações mais acentuadas a partir de 1960 são para os itens de construção e combustíveis. A aceleração dos preços dos gêneros alimentícios começou em 1959 e enquanto 1960 representou um ano de desaceleração para as variações experimentadas nos demais setores, o de alimentos manteve, sensivelmente, a mesma taxa e nos dois últimos anos voltou a sofrer incrementos consideráveis. O índice do custo de vida, que tinha experimentado uma brusca elevação em 1959 (52%), apresenta uma desaceleração em 1960, com acréscimo de apenas 24%. A partir de 1961 volta também a acelerar-se, tendo-se registrado em 1963 uma taxa de expansão de 81%.

¹¹ Sobre as "Reformas de Base" veja página 133 do presente trabalho.

novas linhas de expansão para a economia". (LESSA, 1975:69)

Essas notas sobre o modelo de industrialização sob a "égide" intervencionista do Estado objetivam mostrar que esse processo só foi viável devido às próprias transformações do papel e da estrutura do Estado brasileiro ao longo do período analisado. Cabe agora rever rapidamente como se deram as transformações a nível regional (Nordeste), particularmente no Ceará, nos aspectos relativos a planejamento e desenvolvimento econômico.

2.3 - Desenvolvimento regional versus intervenção planejada

A intervenção do Estado com sua política de programas federais para o Nordeste data de 1909, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas - IFOCS, na perspectiva de uma solução de natureza hidráulica para os problemas da seca. Em 1945 a IFOCS se transforma em DNOCS. Além de atuar na realização de obras para minimizar os efeitos das estiagens, o DNOCS desenvolveu um extenso programa de transporte e comunicação, cujo resultado foi a integração demográfica e econômica da região. Não obstante esse desempenho, o referido órgão não conseguiu sobrepor-se à mentalidade política dominante na região e à ideologia clientelística da seca, sendo, portanto, manipulado como instrumento de poder político pelas oligarquias nordestinas.¹²

Em 1948, o Estado, dando continuidade à política de programas federais para a região, cria dois órgãos de desenvolvimento de recursos: a Comissão do Vale do São (Francisco (CVSF) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). A primeira, tal como ocorreu com o DNOCS, foi permeada pela

¹² Maiores críticas sobre a atuação desses órgãos constam de ROBOCK, Stefan M. - Desenvolvimento Econômico Regional. Rio, Ed. Fundo de Cultura, 1963, cap. 4; e COHN, Amélia, op. cit. pp. 57-62.

estrutura política da região, baseada no clientelismo, o que comprometeu definitivamente a Comissão. Diferentemente, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco conseguiu impor-se como órgão técnico e sobreviver, conseqüentemente, ao jogo político-partidário vigente.

A atuação desarticulada e isolada desses três órgãos, como instrumentos de programas federais para a região, sem nenhuma vinculação entre eles, resultou, na visão de COHN, "numa irracionalidade na aplicação das verbas, à superposição de serviços e áreas" (COHN, 1976:61), sob o comando de cada órgão atuando isoladamente, dificultando, assim, o controle do Governo federal sobre eles. A atuação do Governo federal até então, restringe-se a medidas para minimizar os efeitos da seca. Atuando dessa forma, o governo reproduzia a estrutura econômica e social existente, estrutura da qual se beneficiavam as oligarquias locais que controlavam a máquina político-administrativa vigente na região.¹³

Com o sancionamento da Lei nº 1649, de 19 de julho de 1952, foi constituído o Banco do Nordeste do Brasil, como um órgão de execução de programas de assistência técnica e financeira à região, mais precisamente ao Polígono das Secas, conforme previsto no art. 198 da Constituição Federal de 1946, que teria como sua principal fonte de renda as subvenções governamentais. O Polígono das Secas é definido pelos contornos de uma poligonal imaginária que se estende do Maranhão ao norte de Minas Gerais. O aludido artigo 198 da Carta Magna, por sua vez, dispõe sobre o amparo às populações atingidas pelas secas, no Nordeste. (BNB - Origens 1, 1958)

Com a implantação do Banco do Nordeste do Brasil há uma redefinição da ótica governamental de abordar os problemas do Nordeste. Estes não mais eram vistos como circunscritos apenas às crises de grandes estiagens, mas passaram a

¹³ Sobre a reprodução das oligarquias nordestinas ver COHN, Amélia - Crise regional e planejamento; e OLIVEIRA, Francisco de - Elegia para uma Re(li)gião.

ser definidos principalmente pela escassez de recursos da economia regional, principalmente a agrária.

Essa mudança na forma de encarar os problemas regionais foi enfatizada por Rômulo Almeida em entrevista realizada no período em que respondia pela presidência do Banco do Nordeste. Indagado sobre os objetivos do órgão ele ressaltou o estabelecimento de "um programa de assistência técnica e financeira capaz de possibilitar maior eficiência nas operações do Banco e eventualmente nas de outras instituições de crédito", permitindo ainda "a intensificação racional da produção agro-pecuária e a melhoria das condições econômico-sociais da vida rural".¹⁴

Em 1956 é criado o GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, com o objetivo de diagnosticar "o problema que representa o Nordeste no quadro do desenvolvimento econômico nacional". (FURTADO, 1959:7) O Grupo propõe um plano de ação consubstanciado em torno de quatro diretrizes básicas:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada;
- c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas, no sentido de elevar sua produtividade e torná-las mais resistentes aos impactos das secas;
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas no "hinterland" maranhense, em condições

¹⁴ Entrevista de Rômulo Almeida concedida a Roberto Bezerra de Menezes para o jornal "O POVO", de Fortaleza, em 18 de janeiro de 1954, por ocasião da Assembléia Geral de constituição do BNB e eleição de sua primeira diretoria, realizadas no Palácio do Comércio.

de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida. (FURTADO, 1959:12)

COHN analisa a criação da SUDENE como expressão da crise política dos anos 50. (COHN, 1976:111-124) Incisivamente critica o diagnóstico do GTDN por seu caráter mais político do que técnico-econômico, no qual sobressaem-se os pontos estratégicos das diretrizes políticas do plano de ação federal. Argumenta que o documento em toda a sua extensão não faz menção "à possível contribuição do desenvolvimento nacional global: seu campo de análise é estritamente o Nordeste e os reflexos sobre a região das políticas econômicas nacionais adotadas. Não obstante, a política de desenvolvimento econômico regional proposta" se conjugava com "a política de desenvolvimento nacional então adotada, e o que é mais importante, vai ao encontro das diretrizes políticas nacionais. E é exatamente nessa medida que o diagnóstico do GTDN, com seu plano de ação, representa uma solução econômica para um problema que, no período estudado, se configurava como eminentemente político e social". (COHN, 1976:124)

A criação da SUDENE pela Lei nº 3692, de 15 de dezembro de 1959, foi o marco histórico da "intervenção planejada" do Estado orientada para o desenvolvimento regional, no contexto de uma orientação mais ampla que tinha em vista a "homogeneização monopolística do espaço nacional". (OLIVEIRA, 1977)

Com o funcionamento da SUDENE a partir de março de 1960 um grande impulso é dado à política de industrialização regional. Para FRANCISCO DE OLIVEIRA, é somente com a criação da SUDENE que se pode falar de um intervencionismo planejado, contrapondo-se, assim, ao consenso generalizado de entender o Banco do Nordeste como precursor da SUDENE na esfera do planejamento regional. Para o autor, a atuação do BNB nos seus primeiros dez anos de existência ficou restrita aos recursos orçamentários para financiamento das atividades agropecuárias a curto prazo, na área do Polígono das Secas. Tal

postura de ação foi, inclusive, referendada por Rômulo de Almeida na entrevista mencionada anteriormente. Segundo ainda FRANCISCO DE OLIVEIRA, é com o funcionamento da SUDENE que o BNB passa a atuar como órgão de planejamento, sob os auspícios dos Planos Diretores daquela autarquia, e que marcará a presença do órgão creditício no financiamento industrial de longo prazo. (OLIVEIRA, 1978:95)

Capítulo 3 - A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ - SEEBEC (1955-1964)

3.1 - Breve histórico do SEEBEC

O sindicato dos bancários, antecessor do atual Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Ceará - SEEBEC - foi fundado oficialmente, em 21 de fevereiro de 1933, no "Clube Iracema", sediado, então, no Edifício "Ceará", sendo seu primeiro presidente o Sr. Ciro Mendes - funcionário do Banco do Brasil - já falecido.

Segundo o entrevistado A¹⁵ cabe ao bancário Antonio Ferreira Braga a primazia de ter sido o mentor da criação da entidade classista, através de um convite assinado pelo referido bancário no jornal "O Povo", no final do ano de 1932, concitando todos os bancários a se fazerem presentes a uma reunião que teria como objetivo iniciar os trabalhos para a fundação do sindicato da classe.

O sindicato em estudo foi fundado sob os auspícios do Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931 que regulamenta, desde então, todos os sindicatos - tanto patronais como das categorias profissionais - como órgão de colaboração entre classes nas relações entre o capital e o trabalho e de subordinação aos interesses nacionais do bem-estar social. "O sindicato dos Bancários é um sindicato de verdade, isto é, organiza-se de conformidade com lei federal de sindicalização das classes, tornando-se, portanto, um órgão consultivo reconhecido pelo governo da República e poderá gozar das vantagens que a lei outorga aos sindicatos regulares". (O POVO,

¹⁵ Entrevista realizada em junho de 1983 com um dos líderes fundadores da entidade. Os nomes dos entrevistados, a pedido, não serão mencionados. Nas referências aos diversos entrevistados, participantes do movimento sindical cearense na época sob estudo, utilizar-se-á letras maiúsculas, no intuito de não identificá-los.

15.02.1933). Não obstante a constatação de organizar-se em as sociedades sob a tutela do Estado, por mais paradoxal que seja à situação, participar de tais entidades era arriscar-se a não ser benquisto pela sociedade da época. "Tomar parte em agremiações sindicais era naquela época relativamente perigoso; não inspiravam elas a necessária confiança no seio da sociedade de então, e eram tomadas como núcleos incentivadores de lutas e desordens entre as classes".¹⁶

A primeira diretoria foi eleita em 9 de maio de 1933 e no dia 15 do mesmo mês assumiu a gestão. Participaram da referida diretoria os seguintes membros:

Presidente	-	Ciro Mendes
Vice-Presidente	-	Paulo Benevides
1º Secretário	-	Raimundo Maia Gondim
2º Secretário	-	Fernando Brito Bastos
1º Tesoureiro	-	Clovis Teófilo Rabelo
2º Tesoureiro	-	Francisco Júlio Peixoto de Alencar
Bibliotecário	-	Renato Barbosa Menezes

Alguns desses diretores tomaram parte da Comissão que elaborou os estatutos. Por ocasião de sua fundação a entidade contava apenas com 105 sócios fundadores, contrapondo-se bastante com o momento atual, quando conta com 6.428 associados em seus quadros.¹⁷

O sindicato funcionou primeiramente no prédio da antiga Escola de Comércio Fenix Caixeiral. Posteriormente sua sede foi transferida para a Rua Barão do Rio Branco, nº 686, palco de encontro para as deliberações das principais mobilizações e lutas sindicais cearenses dos anos 50 e início dos anos 60.

Com a vitória da luta pelo aumento salarial do ano,

¹⁶ Discurso proferido pelo líder A. em 21.2.1953 por ocasião do 20º aniversário da fundação do Sindicato dos Bancários e de posse de uma nova diretoria. Material cedido gentilmente pelo entrevistado A, por ocasião da referida entrevista, em junho de 1983.

¹⁷ Informação obtida por ocasião de uma das visitas realizadas à sede do sindicato, em março de 1983.

no final de outubro de 1962 foi proposta a criação de um fundo especial para aquisição ou construção da sede própria da entidade. Nesse sentido, a campanha seria iniciada pela doação de 10% do valor referente ao aumento pleiteado pelos bancários¹⁸, para o mencionado fundo. No início de março 1964, o sindicato, através de sua presidência, requer da justiça a entrega do imóvel adquirido na Rua 24 de Maio, para o funcionamento daquele órgão, como também da futura sede da federação Norte-Nordeste dos bancários, que funcionava até então em Recife. (O POVO, 17.3.54:9)¹⁹

Em 1965 a sede do sindicato é transferida para a Rua 24 de Maio, nº 722, onde até o momento é sediado o Sindicato.

Em entendimentos mantidos ainda em 1933 com o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, por intermédio deste, foi encaminhado ao Ministério do Trabalho o seu pedido de reconhecimento. (O POVO, 15.02.1933). Apesar de ter sido feito logo no ano de sua fundação, o sindicato somente foi reconhecido pelos poderes públicos em 4 de julho de 1941²⁰, enquanto que o registro da carta sindical data de 3 de outubro do mesmo ano de seu reconhecimento.

Durante o Estado Novo (ditadura estadonovista de 1937 a 1945) "o sindicato dos bancários sofreu intervenção do Ministro do Trabalho com uma Junta Governativa presidida pelo Sr. Hermes de Alencar Benevides, substituído depois pelo Sr. José da Penha Borges". (O POVO, 20.3.63)²¹.

¹⁸ Informações extraídas da "Coluna Sindical" do então bancário Misael Queiroz, no jornal "O POVO", de 21.11.62, p. 5. Mencionada coluna atuou durante o interregno fev./61 a dez./63, quando, em seu lugar, surgiu outra denominada "Trabalho e Previdência", sem ser assinada. A seção Coluna Sindical foi pioneira para assuntos sindicais na imprensa Norte e Nordeste. (O POVO, 20.2.63, por ocasião do segundo aniversário do aparecimento da Coluna Sindical naquele jornal).

¹⁹ Sobre o assunto ver pág. 137 do presente trabalho.

²⁰ Conforme registro no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 5ª Delegacia Regional - Ceará, Livro "Registro dos Sindicatos":
Processo DNT 7938/41;
Nome: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, no Estado do Ceará;
Base Territorial: Estado do Ceará;
Data do reconhecimento: 4 de julho de 1941.

²¹ A informação que o Sindicato dos Bancários sofreu intervenção do Ministério do Trabalho com uma junta governativa foi colhida do jornal "O POVO". As razões da intervenção não foram comentadas no referido jornal e não nos foi possível conhecê-las dado a inexistência de atos de reuniões ou de qualquer documento sobre a história do Sindicato.

Com o processo de redemocratização (iniciado em 1945), o sindicato volta a ser dirigido por líderes eleitos por seus associados, tendo passado por sua presidência, desde então, e até 1964, os seguintes líderes: Luiz Gonzaga de Souza, Milton Frota Queiroz (várias gestões), Walter Carvalho Cirino, Zoraído Correia de Oliveira, João Cardoso (duas gestões) e José de Moura Beleza. Este último foi empossado pela primeira vez em 1957, para o mandato 1957-1959, sendo reeleito por mais três gestões consecutivas. A última gestão foi interrompida em abril de 1964, quando o então presidente foi destituído de seu cargo e o sindicato sofreu outra vez a intervenção de uma Junta Governativa, presidida pelo Sr. Francisco de Assis Bezerra, que tomou posse no dia 9 de abril de 1964. (O POVO, 11-12.4.64).

É no período de afirmação das lutas sindicais (23 de outubro de 1958) que se deu a aprovação dos estatutos do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará, conforme as normas oficiais estabelecidas pela Portaria Ministerial nº 126, de 28 de junho de 1958.

Em 9 de abril de 1964 o Sindicato sofreu intervenção da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. Num primeiro período a intervenção se estendeu até 1967, quando, por uma breve atenuação da repressão do regime militar, foram permitidas eleições sindicais. A chapa que fazia oposição ao interventor foi eleita.

Em 1968, com o recrudescimento da repressão, no caso particular dirigida aos bancários, então em organização e mobilização em mais uma campanha salarial, o sindicato sofre nova intervenção, assumindo a direção da entidade mais um dirigente espúrio, preposto das forças de repressão. Esse novo período intervencionista se prolonga até 1970.

Nesse ano (1970) assume a direção do órgão sindical inicialmente como interventor o Sr. José Leite Jucá, sendo em 1971 eleito para três mandatos consecutivos. (UNITÁRIO, 19.02.78:5). Nestas gestões a atuação do sindicato caracteriza-se pela ampliação de seu campo de prestação de serviços sociais, com a inauguração dos serviços médico-odontológicos

da atual séde, em 30 de abril de 1971, como também no campo de promoção social, com a criação do Centro Cearense de Desportos Bancários - CCDB, em 1972. (UNITÁRIO, 19.2.78:5)

Em 1979, após intensa campanha política entre as duas chapas concorrentes, o Sr. José Leite Jucá, ao tentar mais uma reeleição, foi derrotado pela chapa encabeçada pela Sra. Maria da Natividade Pinho Belém Rocha, que atualmente cumpre mais um mandato, reeleita que foi em segundo escrutínio, nas últimas eleições realizadas em 1982.

Esta digressão sobre a história do sindicato foi uma tentativa de um lado, de recuperar a memória histórica da entidade através de dados colhidos em entrevistas com sindicalistas e pesquisas realizadas nos arquivos dos jornais "O Povo" e o "Unitário". Por outro lado, essa recuperação objetivou uma compreensão mais rica da atuação dessa entidade no período estudado, quando abre-se uma perspectiva de atuação política mais ampla, onde pudessem ser definidos e discutidos não apenas os problemas específicos da categoria, como campanhas salariais, acordos trabalhistas, melhores condições de trabalho, jornada de trabalho, etc., mas também aqueles problemas referentes ao próprio momento histórico da vida nacional no tocante à educação, à exploração do subsolo, reformulação da política cambial, à estrutura agrária vigente, à participação dos capitais estrangeiros na economia com substanciado nas "Reformas de Base".

3.2 - O sindicalismo de participação

Para analisar o movimento sindical bancário cearense na conjuntura do processo de redemocratização do país esboçamos nos capítulos anteriores o contexto nacional no qual o sindicalismo bancário cearense realizou sua trajetória.

A atuação do movimento sindical brasileiro no âmbito da conjuntura dos anos 50 e início dos 60 tem como características principais:

- subordinação à ideologia nacionalista que atingiu seu ponto máximo no reclamo generalizado pelas "reformas de base";
- participação em "organizações paralelas" à estrutura sindical oficial, de orientação de esquerda ou de direita, que dinamizou e ampliou as bases de atuação do sindicalismo oficial, extrapolando, assim, o exercício das meras funções administrativo-assistenciais, mas ampliando seu raio de ação na conjuntura e "assumindo funções políticas ainda que definidas pelos interesses do Estado" (MARTINS, 1979:79);
- participação do sindicato no jogo político, limitada pela aliança de classes celebrada com a intervenção de Goulart e dos comunistas, que prosseguiu até o fim do regime populista.

A aliança política entre PC-PTB a nível nacional, forma a corrente sindical responsável pelas mais importantes movimentações e conquistas dos trabalhadores, e o conseqüente aumento do seu poder reivindicatório e de barganha nos anos 50-64.

A esquerda e a liderança sindical nacionalista, com o objetivo de extrapolar o controle ministerial e ampliar as margens de participação no jogo político, criam organizações paralelas tais como o PUI - Pacto de Unidade Intersindical -, o Forum de Debates, o PUA - Pacto de Unidade e Ação e, posteriormente tenta institucionalizar a Confederação Geral dos Trabalhadores. Para TROYANO, "ao passar por cima das barreiras legais impeditivas, visavam também o estabelecimento de uma infra-estrutura organizacional para o movimento operário que servisse de modelo alternativo à estrutura sindical consolidada após 1930. Portanto, sua tática visava, em última análise, o rompimento da estrutura oficial, com a criação de uma situação "de fato" que provocaria, inevitavelmente, uma mudança na organização da classe operária.

Sua ambigüidade residia, contudo, no fato de contar

com a estrutura sindical existente, ao mesmo tempo que lutava contra ela, retardando o possível processo de reformulação da estrutura sindical corporativa". (TROYANO, 1978:79-80)

Apesar da permanência da organização sindical subjugada ao poder público pelo seu tutelamento ao Ministério do Trabalho, a conjuntura política dos anos 50 é mais aberta, tornando possível uma "clivagem" entre a estrutura sindical e a ação política da liderança sindical nacionalista, que superarão os limites institucionais determinados pelo sistema consolidado em 1945.

As medidas nacionalizantes adotadas por Vargas em seu segundo governo (PETROBRÁS, projeto da ELETROBRÁS, regulamentação da lei de remessa de lucros), embora representassem um grande salto para o Brasil, por si só não significavam a independência nacional. Enquanto isso, o processo de pauperização das massas trabalhadoras era ascendente, em razão da concentração de renda nas classes dominantes e seus aliados externos, e da alta do custo de vida, ao qual o valor nominal dos salários não podia fazer face.

Como partícipe no jogo político da época e diretamente vinculado ao Estado, o movimento sindical nacionalista apresenta-se de forma hegemônica para todo o país na segunda metade dos anos 50, nas lutas pela nacionalização da economia e pelas transformações das relações sociais como fator de sua emancipação. Observa-se, assim, um raio de ação que extrapola as reivindicações trabalhistas e passa a pressionar o Estado por transformações em sua política econômico-social e por outras concessões no sistema político institucional.

O caráter nacionalista da ação sindical na segunda metade dos anos 50 resulta, pois, da sua ligação estreita ao projeto de desenvolvimento proposto por Vargas. Reencontra-se à ideologia nacionalista, nas bandeiras de luta que unificam o movimento sindical no período, apresentadas como forma de libertar simultaneamente a Nação e o Povo: nacionalização da economia e Reformas de Base.

A análise sobre a atuação do sindicato dos bancários no período de 1955 a 1964 não será realizada tomando o refe-

rido intervalo como um todo homogêneo. Guardadas as devidas proporções do reflexo da conjuntura política da época no movimento sindical, é possível fazer um corte ao longo dos nove anos de estudo, em função da postura ideológica das lideranças sindicais que atuaram no sindicato dos bancários. Assim, a presença de novos quadros integrando a diretoria no biênio 1957-1959 - os quais continuarão a atuar até o final do período em estudo - será tomada como marco divisor de dois subperíodos: o primeiro de 1955 a 1959 e o outro de 1959 a março de 1964.

3.3 - A atuação do SEEBEC de 1955 a 1959

As determinações da CLT e o envolvimento das diretorias na solução de acordos e conflitos trabalhistas referentes à categoria, são fatores que contribuem para a manutenção da corrente conservadora que atua desde o início dos anos 50 na direção do sindicato. Caracterizava-se esta corrente pela preocupação com a harmonia entre o capital e o trabalho; com a conservação da ordem e do bem-estar social. Essa postura é identificada nos discursos e depoimentos de líderes sindicais em momentos de mobilizações de ordem festiva:

"Nestes vinte anos de existência, o nosso Sindicato tem procurado sempre seguir a linha reita de uma perfeita compenetração nos legítimos ideais sindicalistas, sem desviar-se um passo, sequer, para o campo atraente do sectarismo político (grifo nosso), caminho que tem estiolado muitas entidades e ressequido muitas iniciativas"...

"Desde os seus primórdios teve o nosso Sindicato por escopo uma constante aproximação entre bancários e banqueiros, empregados e empregadores, com o objetivo sindicalista da formação de uma plena concórdia sócio-política-econômica entre o trabalho, capital e Estado, que deverá nos levar ao mais perfeito

bem-estar social".²²

É também enfatizada em pronunciamentos públicos nos jornais da cidade, em períodos de campanha por aumentos salariais, tal como ocorreu na Campanha Salarial de 1954.

"Se os bancários do Sul do país, tomaram a resolução de ir à greve, foi coisa de última hora, pois, até hoje, não recebemos, aqui no Ceará, nenhuma comunicação a respeito. Posso informar, no entanto, que o Ministro do Trabalho delegou ao Ministério da Fazenda poderes para que esse intervenha junto aos bancos particulares, os únicos estabelecimentos que ainda não haviam concordado em conceder o aumento pretendido. Creio, porém, que tudo marchará a contento, não se chegando ao ponto extremo da deflagração de uma greve". (grifo nosso) (O POVO, 13.1.54)

No ano de 1954 surge um movimento local liderado pelo pessoal do Banco do Brasil - fora, portanto, do raio de ação da diretoria do sindicato - contra o decreto que propunha uma alteração do sistema de contribuição para os Institutos de Aposentadoria então vigente baseado em um teto de desconto fixo, que há vários anos era de dois mil cruzeiros.

Surgiu então um decreto do Executivo acabando com a taxa fixa e propondo a contribuição dos segurados de acordo com seus vencimentos mensais, incluindo as gratificações. O movimento encetado pelos bancários do Banco do Brasil continha uma contraproposta de um novo teto fixo para as contribuições, no valor de quatro mil cruzeiros. (O Povo, 31.5.54)

Numa análise mais minuciosa da composição das diversas diretorias de 1949-1955 constata-se a permanência das mesmas lideranças na direção do sindicato, ou seja, há uma rotatividade de cargos diretivos entre os mesmos membros que compõem as diversas gestões. Ou, então, de prepostos desses líderes indicados para os cargos diretivos por ocasião de afastamento de membros efetivos da diretoria.

²² Discurso proferido pelo líder A, em 21.2.53. Material cedido por ocasião da entrevista em abril de 1983.

A permanência dessa corrente em várias gestões consecutivas caracterizava-se na escolha, ainda pelos mesmos sindicalistas, de "pessoas de confiança" para exercer os postos diretivos. A explicação para tal fato, segundo informações dos entrevistados, era a concentração dessas lideranças trabalhando em uma mesma agência empregatícia local.²³

Além desses aspectos acima abordados, sobressaem outros, como: a baixa representatividade do sindicato junto à categoria, expressa pelo pequeno número de sindicalizados e pelo seu raio de atuação junto aos funcionários de bancos particulares "que era quem precisava dos serviços prestados pelo sindicato" (pronunciamento de um dos dirigentes).

Outro fator explicativo da manutenção dessa facção conservadora, seria a própria estrutura sindical oficial, como já observou TROYANO: "Entre os fatores que explicam essa falta de controle político, pode-se ressaltar a influência da estrutura sindical oficial para a manutenção dos conservadores na direção dos sindicatos"... (TROYANO, 1978:78)

Neste predomínio da corrente conservadora, e no auge de uma conjuntura política de crise com a morte de Vargas e das eleições presidenciais, a gestão 1955-1957 caracteriza-se pela acomodação e marasmo. Sua atuação se restringirá aos acordos e dissídios coletivos; aos trâmites burocráticos com a Delegacia Regional do Trabalho como mediadora entre bancários e banqueiros; e na mobilização pelos aumentos salariais da categoria. Enquanto isto, como pauta de mobilizações de outras categorias de trabalhadores na cidade e em outros Estados, há a luta contra a carestia, as reivindicações pelo aumento de salário mínimo e as questões da Previdência Social.

O ano de 1954 será o marco histórico do surgimento de uma oposição²⁴ incipiente à corrente conservadora, expres

²³ Tivemos oportunidade de constatar tal fato, por ter trabalhado no referido banco no período de 1965 a 1970. A maioria da liderança ocupava, no período, cargos na gerência das diversas divisões da empresa, ou da alta direção, o que os identificava mais com os banqueiros que com os bancários.

²⁴ A oposição torna-se hegemônica na direção do sindicato a partir do biênio 1959-1961, quando os conservadores são aliçados dos centros do poder da entidade. A atuação da oposição seguirá as diretrizes da corrente nacionalista que é analisada no tópico 3.4 do presente trabalho.

sa pelo movimento encabeçado pelo pessoal do Banco do Brasil contra o decreto do Executivo alterando as normas existentes sobre as contribuições dos segurados para os Institutos de Previdência. Este acontecimento marcará a presença de uma oposição que, já se apresenta como grupo de pressão, galgando posições na composição da diretoria para o biênio 1957-1959.

Os principais cargos da diretoria são ocupados pela liderança oposicionista, constituída por funcionários de outros estabelecimentos bancários diferentes daquele que empregava os dirigentes até então. Nesse sentido, já não há mais o monopólio dos conservadores na direção do sindicato, porém a oposição é ainda muito fraca e sem condições de se opor abertamente aos membros das direções anteriores, que compõem a diretoria, na tentativa de conquistar o aparelho sindical. Observa-se, na disputa pelo poder estabelecida entre as correntes, uma divisão de áreas de influência de atuação: os conservadores terão sua base de apoio junto aos empregados em estabelecimentos particulares, enquanto que a oposição seu apoio estará respaldado nos funcionários dos bancos oficiais, como o Banco do Brasil e o recém-inaugurado Banco do Nordeste. Essa luta que ocorreu em um momento de ascensão do movimento sindical e popular a nível nacional, não apenas dinamizou a vida da entidade mas, na expressão de um dos dirigentes, propiciou o surgimento de uma oposição sindical:

"a partir de 57, quando começamos pela primeira vez a participar do sindicato, um funcionário do Banco do Brasil se candidatou à presidência com o apoio dos colegas que já começavam a sentir essa necessidade de movimentar a vida sindical. E isso foi um trabalho feito no Brasil inteiro"... (Entrevistado C)

A ocupação dos cargos mais altos na gestão 1957-1959, por parte da oposição, não é suficiente, contudo, para se afirmar que a oposição tenha o controle da entidade. A diretoria ainda apresenta uma composição heterogênea, com a predominância dos conservadores nas suplências e no Conselho Fiscal. A própria conjuntura do momento, entretanto, favore-

cia o ascenso paulatino da corrente oposicionista no movimento sindical bancário, o que não era, portanto, uma especificidade da categoria. Esse foi um momento de transição de liderança no Sindicato dos Bancários, de perda da predominância dos conservadores e a emergência de uma outra na conquista da direção do órgão pelos "nacionalistas".

Na busca de um ponto de equilíbrio nos centros do poder a oposição tem início um trabalho de conscientização e de mobilização junto às bases, concitando-as a participar da vida no sindicato, ora lutando por seus direitos, ora pressionando os órgãos públicos para exercerem as funções de sua competência, tais como exigir que o Instituto prestasse uma boa assistência médica-hospitalar, e não esperar que o sindicato preenchesse esse vazio.

"Mas quando assumimos o movimento sindical em 57, o sindicato só tinha uma assistência dentária através de um dentista que nós tivemos que manter porque ele tinha mais de 20 anos de serviço. Então nós mantivemos esse dentista até ele se aposentar, mas sempre por conta do sindicato assistencialista. O sindicato não é para dar assistência médica, nem odontológica, é para dar assistência jurídica em defesa dos interesses do trabalhador que não pode manter uma luta com o patrão. Quanto ao resto, a obrigação é do Instituto da Previdência. Para isso é que o operário paga. A nossa obrigação era exigir que o Instituto cumprisse a obrigação dele, não do sindicato, e nós conseguimos isso". (Entrevistado C)

Os reflexos da ação arregimentadora da oposição começou a transparecer no comportamento da base, no apoio dado ao então presidente ao condenar o empreguismo no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários - IAPB.

"Centenas de bancários de Fortaleza, num expressivo movimento de unidade de classe, emprestaram a sua integral solidariedade ao presidente do Sindicato dos Bancários, em face da atitude dessa entidade, de condenação à distribuição de empregos na delegacia do Instituto em Fortale-

za, iniciativa do PTB, com objetivo de caráter político.

Em Nota Oficial publicada na Imprensa de hoje, os bancários repelem os ataques dirigidos ao presidente, em represália a atitude por este adotada..." (O POVO, 13.6.1958)

A luta não se restringia só à esfera trabalhista, mas a todos os outros aspectos da vida do trabalhador, tentando assim aliar uma ação reivindicativa a uma luta política, dando dinamismo a ação da liderança oposicionista.

"... não conseguimos mobilizar nenhuma classe trabalhadora em nenhum lugar do Brasil, como não se consegue, ainda hoje, mobilizar trabalhador em função de uma luta política... Na própria campanha política que fizemos... na greve de solidariedade a Jango - julho de 1962 - tivemos de arranjar uma maneira de juntar isso a uma campanha que tocasse mais diretamente ao trabalhador: campanha salarial; melhoria de horário de trabalho..."

... E a classe bancária começou a se arregimentar no Brasil quando o funcionalismo do Banco do Brasil começou a sentir aquele paternalismo que existia no Banco do Brasil... (Entrevistado C)

À proporção em que a atuação do Sindicato aproxima-se das diretrizes de atuação dos setores mais combativos do movimento sindical do final dos anos 50, as divergências internas da direção do sindicato se agudizam, e a composição política na direção da entidade vigente para o biênio 57-59 se desfaz com o alijamento da corrente dos conservadores na eleição para novo mandato, no biênio 1959-1961.

Com os resultados das eleições de 1959, os conservadores perdem a liderança da categoria, marcando assim uma clivagem na vida do sindicato, que está consubstanciada na depuração da corrente dos conservadores e na hegemonia da corrente nacionalista (até então oposicionista), na diretoria do sindicato, até março de 64. O dinamismo e poder dessa liderança introduziu novos componentes na atuação sindical

da categoria, tornando-se assim o mentor das principais mobilizações dos bancários no período que será analisado a seguir.

3.4 - Do sindicalismo de Estado ao sindicalismo de participação - sindicalismo bancário cearense de 1959 a 1964.

O final do governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pelo aguçamento das tensões sociais, pontilhado pelos movimentos populares e sindicais contra a espiral inflacionária,²⁵ que se refletia no constante aumento do custo de vida, notadamente nos gêneros de primeira necessidade. Em todo o país registrou-se mobilizações contra o constante aumento do custo de vida, ressaltando-se os protestos contra o alto preço da carne que ultrapassaria de 100% o seu preço máximo estabelecido por lei. A alta do custo de vida foi um dos fatores que contribuíram para o sucesso das mobilizações populares ocorridas no governo Goulart, segundo estudiosos do período.²⁶

²⁵ De 1961 a 1964 os percentuais são:

Ano	Inflação
1961	39,9%
1962	50,6%
1963	76,6%
1964	82,2%

As taxas de crescimento da economia, ao contrário, decaem abruptamente:

Ano	Taxa de crescimento
1961	7,7%
1962	5,5%
1963	2,1%

Sobre o índice do custo de vida, ver nota de rodapé nº 8, p. 36, do presente trabalho.

Dados extraídos de (SOUZA, 1979:136).

²⁶ Ver, dentre outros autores que defendem tal ponto de vista, ERICKSON, que, ao analisar as greves do período de Goulart, aponta como um dos fatores explicativos do sucesso das mesmas, além da eficácia dos piquetes e da disposição dos militares em face a cada greve, o fator econômico. Veja também, Leôncio Martins Rodrigues IN Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, p. 53, e Jorge Miglioli IN Como são feitas as greves no Brasil.

Líderes sindicais de Fortaleza num memorial dirigido a COAP - Comissão de Abastecimento e Preços - solicitaram a revisão do tabelamento da carne verde e de outros gêneros "cujos preços consideraram elevados em flagrante contraste com as possibilidades financeiras da quase totalidade da população operária da capital cearense". (O POVO, 5.6.59)

Em São Paulo, no final do mesmo ano, os metalúrgicos deflagraram uma greve geral contra os altos preços dos gêneros alimentícios (FUCHTNER, 1980:176). O movimento foi condenado por Kubitschek e Jânio Quadros - então governador do Estado de São Paulo - que reprime violentamente a mobilização. Por outro lado, a parede contava com o apoio de Goulart, conforme registrou a imprensa local à época: "A comissão executiva nacional do PTB, em nota distribuída à imprensa, dá apoio incondicional às declarações feitas pelo vice-presidente João Goulart, em favor da greve dos trabalhadores paulistas. O presidente Juscelino expediu, pela Agência Nacional, uma declaração verberando o citado movimento e ressaltando o seu caráter tendencioso e subversivo. Reafirmou, o Presidente da República, a observação levantada há dias pelo ministro Armando Falcão, quando taxou o movimento paredista de "ilegal". (O POVO, 2.12.59)

O agravamento das tensões sociais no Nordeste, com a radicalização do movimento camponês, o debate em torno da criação da SUDENE, e o impulso que a partir do final do governo de Kubitschek toma a questão agrária, encabeçando as reformas sociais²⁷, dão ao movimento sindical campo amplo de atuação nos anos iniciais da década de 60. Na área política registra-se o engajamento ao Movimento de Renovação Sindical - MRS - de apoio à candidatura Jânio-Jango para as eleições presidenciais de 1960, denominado por Maria Vitória Benevides (BENEVIDES, 1976:87-101) como irrupção janista²⁸.

²⁷ Sobre este tema abordaremos no tópico Luta pelas Reformas de Base, onde serão discutidas todas as propostas.

²⁸ Sobre o Movimento Renovador Sindical veja análise no tópico 3.4.3 - Tendências que atuavam no movimento sindical brasileiro nos anos 60, do presente trabalho, pp. 88-89 e nota de rodapé nº 35, p. 73.

No Ceará os esforços da liderança sindical no engajamento às mobilizações de apoio à candidatura Jânio-Jango não foram tão visíveis nos resultados eleitorais: Marechal Lott venceu Jânio com 7.836 votos, apesar de Goulart, como vice, ter obtido maioria na capital e no interior do Estado. Os resultados finais das eleições presidenciais demonstraram a predominância do eleitorado pelo PSD/PTB, não obstante a simpatia popular pela campanha a favor do candidato da UDN - Jânio Quadros. (SOUZA, 1979:129)

Na pesquisa realizada não detectou-se nenhuma influência do Movimento Renovador Sindical (MRS) junto à categoria bancária na luta político-partidária da época.

É nesse quadro de ascensão do movimento operário e popular na conjuntura nacional-populista nos anos 60 que se amplia o raio de atuação da liderança sindical nacionalista, pressionando o Estado por melhores condições de vida e por outras concessões de natureza política, no sistema de poder decisório. Exercitam essas pressões através das posições conquistadas no aparelho sindical oficial e nas direções dos sindicatos mais combativos:

"À medida que há a união do trabalhador gera um poder. Um poder político e o governo passa a respeitar". (Entrevistado C)

Desse modo, essa situação conjuntural favorece uma politização e dinamismo da corrente nacionalista no sindicalismo bancário cearense, que refletirá na mobilização da categoria em termos de grupo de pressão. Assim, a hegemonia da corrente nacionalista na direção sindical, em 1959, pautava sua atuação com características distintas daquelas ostentadas pelo sindicalismo bancário cearense nos anos 50. Essa postura será identificada pela elevada capacidade de reivindicação da categoria no início dos anos 60: pela politização da ação reivindicativa e pelo engajamento na luta pela unificação do movimento sindical, tanto a nível local, como regional e nacional; pela ação política em favor das reformas sociais e pela criação de um órgão de cúpula na-

cional que reunisse todas as categorias profissionais integrantes das classes trabalhadoras do país.

A elevada capacidade de reivindicação da categoria bancária nos anos 60 é evidenciada, em primeiro lugar, pela decisão da direção sindical de recorrer ao recurso da greve, como mecanismo de pressão mais eficiente dos assalariados para atingir seus objetivos e defender seus interesses. Em segundo lugar pela elevada taxa de sindicalização da categoria, que a partir da década de 50 girava em torno de 50%²⁹ em contraposição, a taxa de filiação de outras categorias não tinha superado, pelo menos até a década de 70, a casa dos 20 ou 25%. (SAES, s.d.:40)

A politização da ação reivindicativa dos bancários é ainda configurada pelo seu engajamento na luta pelas Reformas de Bases que, a partir de 1962, ganha impulso como uma das exigências de apoio a Jango na luta pelo retorno ao regime presidencialista.

"O plebiscito aqui em Fortaleza foi feito pelo Pacto. Toda a mobilização do povo em favor do presidencialismo, foi feita pelos sindicatos através do Pacto Sindical. Os partidos políticos não participaram". (Entrevistado C)

Outros indicadores da elevação do nível de envolvimento político-sindical dos bancários cearenses, em particular, se refletia:

- a) nas mobilizações pela conquista de melhores condições de vida e de trabalho para a categoria, através da luta, no início de 60, pelo contrato coletivo de trabalho;
- b) na luta contra a criação do Serviço de Assistência

²⁹ Veja sobre este aspecto as informações contidas no tópico 3.1. deste trabalho, sobre o número de sindicalizados da categoria no final da década de 70.

e Seguro Social dos Empregados do Banco do Brasil - SASSEBB -, que dividiria a categoria;

- c) na campanha, ainda na fase de luta dos nacionalistas para assumir a direção do sindicato, pelo cumprimento integral da legislação trabalhista por parte dos banqueiros;
- d) em movimento pela participação de representantes classistas na direção e administração dos órgãos previdenciários.

Adicionalmente, cada reivindicação da categoria, mais do que constituir um fim em si mesma, isolando as ações, denotava a preocupação de fortalecimento dos movimentos das classes trabalhadoras. Com efeito, as reivindicações aparecem aliadas a lutas e mobilizações de outras categorias, ou mesmo associadas a movimentos de cunho mais político em cada conjuntura concreta, como um instrumento de luta pela unificação e organização do movimento sindical.

"Nós temos sindicatos que nem sequer se reúnem. A construção civil, por exemplo, talvez 10% dos trabalhadores da construção civil, são sindicalizados. As assembleias eram feitas às escondidas, para os outros não saberem, pra não concorrerem. O dos comerciários tinha um presidente que nunca trabalhou, nunca fez nada, cansamos de receber comissões do pessoal do comércio que vinha nos pedir pra defender seus interesses. Não confiavam no sindicato deles". (Entrevistado C)

"Nós não podíamos ir pra luta, mas orientávamos o outro grupo a participar da luta lá dentro para constituir chapa e derrubar os pelegos e derrubamos quase todos eles. Quase todos os pelegos nós derrubamos através disso. Quando procuravam o sindicato que já estavam numa mobilização séria, nós orientávamos como deveriam fazer. De acordo com a lei dos associados, convocar a assembleia do sindicato. Nem que o presidente não quisesse, ele tinha que ter a época de eleição para registrar

chapa. Talvez 95% dos sindicatos, derrubamos os pelegos aqui no Ceará". (Entrevistado E)

Some-se a isso as tentativas, em diversas ocasiões, de transformar uma ação de solidariedade em um movimento geral e de interesse da categoria, desencadeando ações coletivas, tais como a participação no Comitê Cearense na greve de paridade entre servidores civis e militares, em 1960, e a greve pela equiparação salarial dos funcionários do Banco do Nordeste aos funcionários do Banco do Brasil.

A nível local e regional de organização da categoria destaca-se a mobilização para a organização da federação regional³⁰, segundo as diretrizes da legislação trabalhista. Extrapolando os limites institucionais e o controle do Ministério do Trabalho o sindicato dos bancários engaja-se em 1961 na luta pela formação de organizações paralelas à estrutura sindical oficial, como o PUI, chegando o Presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará a dirigir essa entidade nos dois anos iniciais de sua existência. Sobre a criação do Pacto veja o depoimento abaixo, de um dos seus fundadores:

"Surgiu o Pacto baseado nos resultados das experiências do de São Paulo, de Pernambuco e de vários outros estados. A maneira de união dos Sindicatos de cada região, que a tendência normal seria depois a união nacional do Comando dos Trabalhadores e conseqüentemente a Confederação Nacional". (Entrevistado C)

O sindicato participa da Aliança Operária-Estudantil-Camponesa que atuava nos movimentos populares a nível estadual, tal como na mobilização em defesa dos usuários de transportes coletivos, que pressionavam contra o aumento das passagens de transportes coletivos, em maio de 1961. Integra ainda a comissão que colabora para a realização do Congresso Estadual dos Camponeses Cearenses em novembro de 1961.

³⁰ Sobre a criação da Federação regional ver p. 137 do presente trabalho.

"Fizemos uma aliança com a UEE - União Estadual dos Estudantes - e uma aliança com os agricultores através da Federação dos Trabalhadores agrícolas. E então nós fizemos um acordo que iríamos operar em conjunto. Uma união que nós fizemos das três entidades e passamos a operar juntos, superior ao Pacto Sindical, envolvendo trabalhadores, estudantes e agricultores. A gente ia contornando as coisas porque a lei não permitia, nós vivemos num país em que estudante não pode discutir problemas de operário, operário urbano não pode discutir problema de operário agrícola. E nós fomos vencendo essas barreiras através desses expedientes". (Entrevistado C)

No âmbito nacional participa na luta pela transformação do Comando Geral dos Trabalhadores, surgido por ocasião das greves políticas de 1962, um órgão de cúpula máxima dos trabalhadores brasileiros que seria a Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT. Esse processo de organização e unificação do movimento sindical será violentamente interrompido pela crise política que a partir de meados de 1963 atinge o movimento sindical brasileiro e que terá seu ápice com o golpe e a subsequente repressão ao movimento sindical e outras correntes de esquerda, culminando com a intervenção em vários sindicatos, entre eles o SEEBEC. A propósito, o testemunho de um dos líderes bancários à época é eloquente:

"Quando já estávamos num nível de politização, que já estava num ponto de conseguir uma greve política geral, veio o golpe de março de 64 e foi exatamente devido o medo que eles tiveram da politização do trabalhador brasileiro". (Entrevistado C)

3.4.1 - Lutas específicas do movimento sindical bancário cearense: fase de mobilização em torno de melhores condições de vida e de trabalho

Em maio de 1960 teve início uma campanha nacional deflagrada pela CONTEÇ - Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito-, pelo Contrato Coletivo de Trabalho para os bancários e categorias afins.

A proposta do Contrato Coletivo continha as seguintes reivindicações:

- a) fixação de um salário mínimo profissional para todo o país, levando em conta as características regionais;
- b) acréscimo de 7% a cada ano de serviço prestado pelo bancário (salário móvel):
- c) extinção do trabalho aos sábados;
- d) reajuste salarial pelo índice de variação do custo de vida.

A campanha pelo contrato coletivo de trabalho tinha em vista a unificação e fortalecimento da categoria, pois com ele se extinguiria o contrato individual do trabalho, que dividia os bancários à proporção que cada um tratava de defender seus interesses particulares. Com o contrato coletivo haveria o fortalecimento da categoria no confronto com os empregadores, pois "cada um de nós estará guardado sob o contrato coletivo".³¹ A reivindicação de redução da jornada de trabalho - semana inglesa -, significava além de melhores condições de vida e trabalho, a possibilidade para aqueles que estudavam de dispor de um final de semana mais prolongado para realizar suas tarefas intelectuais. Além disso

³¹ Citação da entrevista realizada com E.

as medidas propostas contribuiriam para ampliar a oferta de emprego numa sociedade tão marcada pelas desigualdades sociais e pelos grandes contingentes daqueles situados no nível de subsistência.

Há uma intensificação dessa Campanha junto aos bancários, através da elaboração de um memorial com mais de mil assinaturas solicitando a presença dos banqueiros na reunião a ser convocada pelo Ministro do Trabalho para a assinatura do contrato. (O POVO, 27.6.1960)

Fortalecendo os vínculos de unificação e organização do movimento sindical a nível local, o sindicato, em novembro de 60, participa do Comitê Cearense a favor da paridade entre civis e militares. O movimento foi iniciado pelos portuários e estivadores em todo o país, reivindicando o nivelamento financeiro dos empregados das empresas submetidas ao controle estatal e que eram pagos com a escala de vencimento dos servidores civis. (ERICKSON, 1979:144) Com a decretação da parede, o movimento foi-se ampliando com a adesão de outras categorias de funcionários públicos.³²

"... conscientizar o bancário que até a solidariedade, não a solidariedade efetiva de uma greve bancária em favor de um aumento dos ferroviários, isso não se conseguia. Mas se consegue através de outros meios de participação, de contribuição para manter uma luta enquanto os companheiros estavam em greve". (Entrevistado E)

Neste ínterim há uma campanha a nível regional a favor da SUDENE e a formação de uma Comissão Paritária Nacional, instituída pelo Ministério do Trabalho, incumbida de estudar a reivindicação do contrato coletivo de trabalho, uma retomada da luta pela conquista desse direito. (POVO, 18.11.60). Além dessas mobilizações, os bancários participam do movimento pela contenção do custo de vida; elabora-

³² Para uma análise minuciosa desta greve ver ERICKSON, 1979, capítulo V, sobre as greves políticas no período de colaboração entre militares e trabalhadores.

ção e divulgação, por parte de um grupo de funcionários do Banco do Nordeste, do documento: "Da necessidade e possibilidade de equiparação BNB/BB". A partir dessa data, o sindicato engaja-se com o pessoal do BNB na luta pela equiparação salarial dos funcionários do Banco do Nordeste ao pessoal do Banco do Brasil.

3.4.2 - Unificação do movimento sindical cearense e formação das organizações paralelas à estrutura sindical oficial

A partir de 1961, há uma ampliação do raio de atuação do movimento sindical trabalhista na luta pela sua unificação e pelo engajamento na formação das organizações paralelas. Neste processo de luta há uma maior politização das ações, que não se restringem mais somente a papéis reivindicatórios da categoria. Empenham-se os sindicalistas na formação de entidades que escapam ao controle do Ministério do Trabalho e no engajamento em mobilizações populares que fogem às situações estritamente profissionais. Essa tendência representará um paulatino afastamento dos tradicionais papéis, especificamente reivindicativos, que definiram a atuação das direções sindicais bancárias nos anos 50.

Em São Paulo, em fevereiro de 1961, há o I Encontro Nacional Sindical, convocado pelo Conselho Intersindical de São Paulo, com o objetivo de discutir e definir as metas do movimento sindical, as quais deveriam ser consubstanciadas em um documento a ser entregue ao Presidente da República. Participaram do conclave cerca de 200 delegados sindicais, representando 12 estados (O POVO, 22.2.61) e do memorial constavam os seguintes itens:

- I) Liberdade e autonomia sindicais: em que pleiteiam a revogação do Decreto 9.070 e ampla garantia para o exercício do direito de greve, bem como completa independência dos órgãos sindicais quanto à tutela do

Ministro do Trabalho. Foi aprovado, neste item, a necessidade da manutenção do Imposto Sindical, com a abolição da Comissão do Imposto Sindical.

- II) Barateamento do custo de vida, através da interferência do governo nos frigoríficos, moinhos de trigo, laboratórios farmacêuticos, empresas distribuidoras de derivados de petróleo e em todos os monopólios internos ou externos. Proteção especial à produção, através de financiamentos a longo prazo aos pequenos produtores;
- III) Reforma da Justiça do Trabalho, livrando-a da burocracia que emperra seus serviços, em todos os escalões;
- IV) Aprimoramento e dinamização do Ministério do Trabalho, pondo fim ao peleguismo e à Comissão do Imposto Sindical (CIS);
- V) Extinção do Imposto de Renda sobre ordenados e vencimentos, até o total de cinco vezes o maior salário mínimo vigente no País, e aumento da incidência do tributo sobre aqueles que realmente têm renda;
- VI) Previdência Social: cumprimento da Lei Orgânica, que deverá ser preservada e estabelecimento do monopólio do seguro de acidentes do trabalho pelos IAPs;
- VII) Reforma Agrária atendendo as tradições, costumes e particularidades de cada região. Desapropriação de terras por interesse social de acordo com o artigo 141, § 16, da Constituição Federal, então vigente;
- VIII) Política externa: limitação e disciplinamento da remessa de lucros para o exterior; relações diplomá

ticas, culturais e comerciais com todos os países do mundo, adotando o Brasil, em todas as reuniões internacionais e na ONU, o princípio de autodeterminação dos povos.

Simultaneamente à participação no conclave da intersindical a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Crédito (CONTEC) inicia uma campanha contra o projeto que tramitava no Congresso Federal, para garantir a manutenção do regime da jornada diária de 6 horas para a categoria bancária. O referido regime estava contido no artigo 224 da CLT e só poderia ser alterado por deliberação do Congresso. A campanha teve início contra o projeto do deputado Norberto Schmidt, na Câmara Federal, que propunha o regime de 8 horas, em dois turnos: "Os banqueiros têm em mãos um parecer de uma autoridade jurídica do País - tentando provar que o regime de 6 horas para os bancários é um privilégio que contraria a Constituição Federal e entra em choque com as demais categorias de trabalhadores que cumprem o regime de 8 horas". (O POVO, 27.2.61)

Em abril de 61 a categoria realiza a primeira Convenção dos bancários cearenses para discussão do temário e eleição da delegação que representará a categoria na II Convenção Nacional dos Bancários na Guanabara. No conclave estadual os temas abordados dizem respeito às mobilizações e organização da categoria, em torno do contrato coletivo de trabalho e da defesa do regime de 6 horas contínuas.

Na II Convenção Nacional, realizada no Rio, são debatidos os temas aprovados nas resoluções das convenções estaduais. Foi aprovado um programa de reivindicações, para cuja luta seria mobilizada a categoria em todo o território nacional, devendo ser fortalecida a luta pelo contrato coletivo de trabalho, ressaltando-se como prioritária a mobilização pela conquista imediata de um abono de emergência. Eis na íntegra o programa de reivindicações aprovado na última sessão da referida convenção e publicado no jornal O POVO, em 15 de maio de 1961.

Programa de reivindicações:

- "a) tendo em vista o encarecimento do custo de vida, resultante, fundamentalmente, das últimas medidas adotadas pelo Governo, pleitear imediatamente, em todo o território nacional, um "abono de emergência", independente da revisão normal dos salários, ao término do acordo vigente;
- b) havendo condições e oportunidade, nesta campanha ou no reajustamento salarial, poderão ser levantados mais pontos constantes no Contrato Coletivo de Trabalho;
- c) a próxima campanha salarial deverá ser desenvolvida simultaneamente em todos os Estados, caracterizando-as, numa unidade de ação;
- d) no decorrer dessas campanhas, caso venham a surgir condições para a unificação da luta em caráter nacional, visando a essa unificação.

Resoluções específicas sobre os seguintes problemas:

- 1) lutar pela manutenção do regime de 6 horas contínuas para a classe bancária, inclusive solicitando o apoio de todos os demais trabalhadores, através do II Encontro Nacional Sindical a realizar-se em Belo Horizonte;
- 2) lutar pela extinção do trabalho aos sábados;
- 3) pugnar pela estabilidade dos bancários aos dois anos de serviço;
- 4) lutar pela extensão, aos comissionados, da lei de 6 horas e regulamentação adicional."

Nota-se que além das reivindicações nitidamente econômicas há uma preocupação pelo fortalecimento e unificação em âmbito nacional da categoria bancária, através da ênfase à luta pela obtenção do contrato coletivo de trabalho. Além disso há a proposta de unificar o período da campanha salarial em todo o País, pois havia desencontro com relação à época de reajuste nos sindicatos por regiões e estados. Com a unificação da reivindicação salarial a nível nacional de toda a categoria, à mesma época, e nas mesmas condições, haveria o fortalecimento e um poder de pressão bem maior da categoria, tal como a que ocorreu em outubro de 1961 com a decretação da greve de âmbito nacional pela CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Crédito. Essa greve foi a primeira de âmbito nacional, depois da ocorrida em princípios de 1946. (BASTOS, 1962:14:111)³³

Com este movimento há uma extrapolação de significado do local para o âmbito nacional, fortalecendo, assim os vínculos entre a CONTEC e o sindicato através da mobilização conjunta de todos os sindicatos representativos da categoria bancária. Isso não obstante a constatação de que as diretrizes eram de âmbito nacional, embora os acordos tivessem sua validade no plano estadual.

Além das reivindicações de natureza econômica, há uma ampliação e preocupação com outras de cunho político-social, tais como pugnar pela manutenção da jornada de 6 horas e a extinção do trabalho aos sábados. Como ampliação desse espaço acrescenta-se a resolução de lutar pela estabilidade do bancário aos dois anos de serviço.

Com esta reivindicação levanta-se dois aspectos importantes em relação à categoria. O primeiro diz respeito à rotatividade dos bancários, principalmente nos bancos parti

³³ Sobre um paralelo entre as duas greves ver TOCARY, Assis Bastos, num trabalho publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 14, 1962, e Décio Saes IN Trabalhadores, Sindicatos e Política, sem data.

culares, onde aqueles são mais suscetíveis de sofrerem pressões e represálias por parte dos banqueiros, segundo depoimento de entrevistados. Outro aspecto que se questiona com o instituto da estabilidade³⁴, é o direito de greve do trabalhador, porque com a estabilidade de dois anos ficaria regulada, por acordo ou por lei, a incidência das punições expressa por demissões - provocadas pela recusa coletiva ao trabalho, por ocasião da parede.

Em maio de 1961 o sindicato, através de sua diretoria, participa do II Encontro Nacional Sindical, promovido pelas Comissões Permanentes das Organizações Sindicais (CPOS), em Belo Horizonte, com o objetivo de dar um balanço dos resultados do I Encontro e traçar novas diretrizes para a tomada de posição do movimento sindical de orientação nacionalista, face a conjuntura nacional. Estas foram consubstanciadas num programa de reivindicações conhecido como "Carta de Princípios de Minas Gerais", que abrangia os seguintes itens:

1. Política salarial:

- propugnar pela atualização dos atuais níveis de salário-mínimo, que foram considerados superados, diante da elevação do custo de vida;
- instituição do salário profissional e do abono de Natal (13º mês de salário), projeto de lei nº 4.090 em andamento na Câmara dos Deputados, de autoria do senador Sérgio Marinho.

2. Escala móvel de salário - pede a parada de tramitação na Câmara de qualquer projeto sobre o tema, a fim de possibilitar aos trabalhadores a discussão sobre o as-

³⁴ O direito à estabilidade para a categoria bancária aos dois anos de serviço foi reconhecido pelo governo após a greve de 1934 e consistia na indenização de dois ordenados por ano de serviço. Com a decretação da CLT em março de 1943 o tempo de serviço exigido para a declaração da estabilidade passou de dois para dez anos (CANEDO, 1978:111). Então em 1961 há assim, uma retomada de luta daquela conquista, perdida pela categoria com a promulgação da CLT. Só em 1966 foi definitivamente desmantelado o instituto da estabilidade com a criação do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

- sunto;
3. Regulamentação do direito de greve em conformidade com o projeto Aurélio Viana e com as emendas apresentadas pelos sindicatos;
 4. Lei antitruste, contendo os seguintes pontos:
 - a) definição clara do que é "abuso do poder econômico";
 - b) definição do que é "lucro normal" e "lucro arbitrário ou excessivo";
 - c) definição dos "métodos de concorrência desleal";
 - d) definição do que é "monopólio".
 - e) supressão das ações ao portador;
 - f) padronização das escrituras das empresas;
 - g) direito de fiscalização em qualquer tempo;
 - h) órgão executor de elevado gabarito moral e técnico que inspire confiança ao povo, ao comércio e à indústria;
 - i) normas processuais sumárias que evitem a escamoteação dos infratores da Lei;
 5. Lei de limitação da remessa de lucros para o exterior;
 6. Lei de reforma agrária ou estatuto agrário;
 7. Prorrogação da Lei do Inquilinato;
 8. Leis de complementação da Instrução 204, a fim de torná-la realmente um instrumento de combate à exploração e ao desperdício."

As diretrizes propugnadas na "Carta de Princípios" reforçam a tomada de posição dos sindicatos de orientação

nacionalista³⁵, não apenas no tocante à problemática da classe trabalhadora, mas, igualmente, nos aspectos que dizem respeito à política salarial do governo, a uma política externa independente e à política sindical, o que iria influenciar no curso de desenvolvimento da ação sindical, na luta pela independência nacional e pela sua emancipação nas relações de forças do jogo político.

Simultaneamente às mobilizações mais amplas com base nas diretrizes traçadas pela Carta, o Sindicato dos bancários se engaja na Campanha pela elevação do nível do salário-mínimo local; nas manifestações de protesto pelo arquivamento, por determinação do Presidente da República, do projeto que estudava a viabilidade do salário-móvel e na luta contra a carestia de vida e melhoramento dos transportes coletivos, liderados pela Aliança-Operário-Estudantil.

Seguindo também as deliberações da IIª Convenção Nacional dos Bancários, o sindicato lança a campanha pelo "abono de emergência" para os bancários. Sendo negado pelo

³⁵ Neste encontro há uma cisão, quando é colocada em discussão a proposta de criação de uma central sindical. Os "pelegos" representados pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria - CNTI; Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio - CNTC e Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Terrestres - CNTTT protestaram contra esse objetivo "porque receavam perder o poder através da nova organização superior". Eram apoiados por líderes dos sindicatos católicos que atuaram no Movimento Renovador Sindical (MRS) e no Movimento de Orientação Sindicalista (MOS). Sob a liderança do pessoal das Confederações, os dois grupos abandonaram o Encontro. (FUCHTNER, 1980: 200). As lideranças dos sindicatos de orientação nacionalista continuaram até o final do conclave que foi encerrado pelo vice-presidente João Goulart num discurso no qual acusou os presidentes das confederações acima mencionadas de dividirem o movimento sindical "Deocleciano de Holanda Cavalcanti (o mesmo que caloteou o Fundo Sindical em oito milhões de cruzeiros), Ari Campista, Lindolfo de Azevedo Pequeno e Ângelo Parmigioni, estão executando uma política reacionária porque são simples assalariados de grupos econômicos e potências estrangeiras". (O POVO, 24.5.61). FUCHTNER também narra esse fato como um dos aspectos do fortalecimento dos laços entre João Goulart e os sindicatos de orientação nacionalista, até meados de 1963, quando há um afrouxamento desses liames por conta da pressão militar.

Sindicato dos Bancos o pedido acima, a liderança bancária passa a entendimentos diretos com as administrações dos bancos e cooperativas, no sentido de conseguir delas o referido pleito. (O POVO, 5.7.61)

Neste ínterim há eleições para a diretoria da SEEBEC. Reeleito pela terceira vez consecutiva, sem registro de chapa oposicionista, assume a presidência da entidade para o biênio 1961-1963, José de Moura Beleza.

O sindicato, ainda nesse período, participa também das negociações entre funcionários e diretoria do Banco do Nordeste sobre a pleiteada equiparação salarial, determinada pelo então Presidente Jânio Quadros. Simultaneamente é lançada a Campanha Salarial de acordo com as orientações da CONTEC. Para dar um respaldo bem fundamentado à luta, o sindicato realiza um estudo sobre a elevação do custo de vida e a situação econômico-financeira dos estabelecimentos bancários da capital. (O POVO, 3.8.61) Pela aplicação do novo método para fundamentar a reivindicação salarial "depreende-se que a entidade sindical dos bancários está, realmente, disposta a uma campanha muito mais séria e enérgica para conquistar um aumento capaz de fazer face à elevação constante do custo de vida". (O POVO, 26.8.61)

Extrapolando seu raio de abrangência para as lutas mais gerais do sindicalismo nacionalista, o sindicato dos bancários se engaja com outras entidades, através da Aliança Operário-Estudantil-Camponesa, nas discussões de preparação para a participação de trabalhadores no VIII Encontro de Governadores em Natal, no mês de setembro, que terá o terceiro ponto do temário do referido conclave, sobre os problemas trabalhistas e previdenciários, assim subdivididos: Política Social, Sindicalismo, Previdência, Salários e Casa Popular, "Os sindicatos de trabalhadores do Ceará estão ultimando sua agenda de reivindicações, em bases inteiramente diferentes das costumeiramente adotadas. Assim é que, ao invés de se limitarem aos pedidos meramente assistenciais... vão apresentar os grandes problemas de infraestrutura no Estado... Assim é que a imediata desapropria-

ção das terras frescas próximas aos cursos d'água e nas baías dos açudes públicos com sua distribuição entre os camponeses pobres, é uma das medidas que os trabalhadores cearenses vão pleitear junto ao presidente Jânio Quadros na reunião de Natal". (O POVO, 4.8.61)

Em 25 de agosto de 1961. Jânio Quadros renuncia, inesperadamente, à Presidência da República.

Há, portanto, a ressaltar, como pano de fundo da conjuntura nacional, as crises político-sociais por que passava o país, com a renúncia de Jânio à Presidência da República e a tentativa dos três ministros militares de impedir a posse de Jango no comando do país, por considerá-lo nocivo aos interesses da Nação e, portanto, sob a alegativa de defesa da "segurança nacional". "Os três ministros militares participaram ao Congresso que consideravam insustentável um Governo Goulart, por motivo de "segurança nacional". O Congresso recusa-se todavia a violar a Constituição e insistiu no fato que Goulart deveria ser empossado como Presidente logo que retornasse ao Brasil". (FUCHTNER, 1980:184) Contornando a situação, Goulart aceitou retornar ao País e assumir a Presidência, sob um regime parlamentarista³⁶, que limitava os seus poderes.

Nesse quadro de crise política que envolveu o país, há manifestações de apoio e solidariedade ao Presidente. Registra-se também, greves de oposição à possível pressão militar que teria motivado a renúncia de Jânio e, depois, à tentativa concreta dos militares de impor uma ditadura de direita no País. (MIGLIOLI, 1963:116). De âmbito local, além das concentrações, atos públicos e a "Passeata da Legalidade"³⁷, os sindicalistas de orientação nacionalis-

³⁶ A 2 de setembro, foi a Constituição alterada instituindo-se o parlamentarismo, como forma de governo, por 233 contra 550 votos. (BASBAUM, 1971:24)

³⁷ Sobre a "Passeata da Legalidade" saiu a seguinte nota na coluna sindical (O POVO, 14.9.61): "Realizou-se, ontem, passeata promovida pela Aliança Operário-Estudantil de Fortaleza. Os trabalhadores tomaram parte ativa nessa manifestação de rua, onde foram vivados os nomes do presidente João Goulart, do marechal Teixeira Lott, do general Machado Lopes, do governador Leonel Brizola e a Constituição, a Liberdade e a Democracia brasileiros".

ta em uma das tradicionais reuniões no Sindicato dos Bancários tomam as seguintes deliberações:

1. apoio dos sindicatos operários ao Presidente João Goulart, ao 1º Ministro Tancredo Neves e ao Ministro do Trabalho Franco Montoro, manifestando suas esperanças de que o novo governo atente para as reivindicações dos trabalhadores e do povo, a saber:
 - a) continuação da política externa do ex-presidente Jânio Quadros;
 - b) medidas efetivas para a aprovação e execução da lei antitruste;
 - c) revisão da política econômico-financeira do governo anterior;
 - d) política salarial em favor das classes menos favorecidas;
 - e) efetivação de reformas de estrutura, tais como a reforma agrária e outras pretendidas pelo governo Jânio Quadros.

2. apoio e participação na Passeata da Legalidade a ser promovida pelos estudantes e trabalhadores de Fortaleza.

3. Comparecimento à posse do Dr. Amadeu Arrais na Delegacia Regional do Trabalho. (O POVO, 12.9.61)

É neste contexto de convulsão política que se fortificam os vínculos dos sindicalistas de orientação nacionalista com o recém empossado Delegado Regional do Trabalho, Dr. Amadeu Arrais, que encontra a Delegacia do Trabalho do Ceará em situação caótica: "não há pessoal suficiente e nem recursos materiais. Por outro lado, elementos (bastante conhecidos) politiquieiros querem entravar a atuação do novo Delegado". (O POVO, 14.9.61)

Procurando respaldo para seu desempenho, face a situação apresentada, o Dr. Amadeu Arrais, através de uma con

vocação oficial, convida os dirigentes sindicais para discutir o seu plano de trabalho. "O Dr. Amadeu Arrais, Delegado Regional do Trabalho, na louvável intenção de prestigiar as entidades sindicais dos trabalhadores, vai promover, hoje, à tarde (16 horas) na sede daquela Delegacia, uma reunião com os dirigentes e associações classistas de Fortaleza, a fim de apresentar-lhes o plano de trabalho que preparou para sua administração". (O POVO, 20.9.61)

"O encontro realizado ontem à tarde na Delegacia Regional do Trabalho... marcou uma nova era na história sindical cearense, tendo em vista o programa de trabalho³⁸ apresentado e discutido naquela ocasião". (O POVO, 21.9.61)

Por ocasião da Assembléia de posse da diretoria do Sindicato dos Ferroviários, dentre os vários discursos pronunciados pelo evento, constou o do presidente do Sindicato dos Bancários, fazendo menções à conjuntura nacional que estavam vivendo, e sobre o então Delegado do Trabalho. "O presidente do Sindicato dos Bancários e do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Gráficas de Fortaleza, se expressaram alertando aos trabalhadores contra os "inimigos da classe sindical" e a estarem atentos aos inimigos do país". Enfocando num sentido prático de educação política da luta: "cuidado para não se embriagarem com os louros da vitória e esfriem nas suas lutas em prol da classe. Condenou os prepotentes, e fez menção honrosa ao Delegado Trabalho (Amadeu Arrais). Disse da atitude ou ato de sabotagem, quando da posse do citado delegado". (SOUZA, 1979:147)

³⁸ O Programa apresentado estava consubstanciado nos seguintes pontos:

1. Campanha de sindicalização total dos trabalhadores;
2. Organização e fundação de associações de classe e sua transformação em sindicatos;
3. Movimento de envergadura em favor do ensino primário gratuito e garantido aos filhos dos operários sindicalizados;
4. Moralização e eficiência dos serviços de fiscalização das leis trabalhistas;
5. Maior eficiência da seção de orientação e assistência sindical.

Foi proposta também pelo próprio Delegado a criação de "uma comissão formada por cinco representantes de categorias diversas, cuja finalidade será a de assessorar o dirigente da DRT a fim de fazer cumprir o referido Plano de Ação". (O POVO, 21.9.61)

A efervescência política do momento e o engajamento dos trabalhadores nesse processo, pressionando por leis em formulação e pela reformulação de outras, de acordo com o programa de defesa e independência nacional, proporcionou as condições para a eclosão da greve dos bancários em outubro de 1961, deflagrada pelos sindicatos segundo as orientações da CONTEC e que foi de âmbito nacional.

Greve dos bancários em outubro de 1961

Seguindo as diretrizes da CONTEC aprovadas na II Convenção Nacional dos Bancários, na Campanha Salarial de 61, a liderança sindical desenvolveu esforços para que as mobilizações ocorressem simultaneamente em todos os Estados, visando a unificar a categoria, à época da revisão salarial para todos os bancários, cumprindo assim o programa de lutas anteriormente aprovado.

"Havia essas greves nacionais, nós nunca - referindo-se as greves de 61 a 64 - fazíamos greves isoladas, então essa orientação, quando vinha as reivindicações, já eram discutidas na Confederação Nacional dos bancários, já vinha a orientação". (Entrevista com G).

Conforme os depoimentos obtidos, as reivindicações salariais baseavam-se em estudos realizados sobre o aumento do custo de vida nacional, cujas discrepâncias, a nível interestadual, eram tidas como mínimas.

Em função disso, há uma assembléia no final de setembro, convocada pelo SEEBEC, onde é apresentada pela diretoria uma proposta idêntica à dos bancários cariocas. A proposição era dividida em três itens, a saber:

- 1) aumento de 50% para os que percebiam até Cr\$ 10 mil;
- 2) acréscimo de 25% para os que percebiam acima de Cr\$ 10 mil;
- 3) acréscimo de Cr\$ 200 por cada ano de serviço do bancário.

A Coluna Sindical, comenta os resultados da aludida assembléia na qual foi aprovada a proposta mencionada: "Referida proposta foi aclamadíssima pelos presentes, merecendo apoio unânime. Vários oradores tiveram oportunidade de externar seus pontos de vista, conclamando a classe à unidade e à luta pela conquista do reajustamento com base na proposta da Diretoria, enquanto outros procuraram demonstrar a disparidade do custo de vida com os salários bancários, fenômeno que está exigindo medidas eficazes da classe patronal e do próprio governo, respondendo por este estado de coisas". (O POVO, 23.9.61)

Segundo o resultado dos estudos realizados pela liderança bancária, o aumento do custo de vida entre outubro de 1960 e agosto de 1961 havia sido de 38%, sem incluir, portanto, o mês de setembro, que elevou aquele índice. Atendendo a solicitação dos banqueiros locais, o Sindicato dos Bancários envia à entidade patronal um ofício contendo as informações acima, que respaldaram a campanha deflagrada pelos bancários cearenses. (O POVO, 12.10.61)

No dia 17 do citado mês, os bancários cariocas recusam a proposta feita pelos banqueiros - aumento de 30% - e deflagram greve geral a partir de zero hora do dia 18 contra a intransigência dos banqueiros em não concederem os 50% pleiteados pela categoria. Simultaneamente, aderem ao movimento paredista os bancários de Niterói, seguidos pelo pessoal do Paraná, São Paulo, Pernambuco, Salvador e Aracaju. (Veja QUADRO II, em anexo)

Neste ínterim, o Sindicato dos Bancos do Ceará responde negativamente à proposta pugnada. Em contrapartida, oferecem, como no caso do Rio, 30% de aumento sem mínimo e sem máximo. Em Assembléia Geral é discutida a contra-proposta patronal e decidida a decretação de greve a partir de zero hora do dia 20, em sinal de solidariedade aos companheiros do Sul e de protesto contra a negativa dos bancos em conceder o aumento salarial pleiteado. (O POVO, 20.10.61)

Nas mobilizações preparatórias o sindicato, através de comissões, entra em contato com toda a categoria, mobili

zando-a para a participação no evento. Nesse sentido faz reuniões com o funcionalismo do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil para dar reforço ao movimento.

"Sustentar uma greve só com o pessoal de bancos particulares, naquela época, era muito difícil. E essa era a razão daquela reunião do sindicato com o pessoal do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil". (Entrevistado D)

Comentando sobre o fato a Coluna Sindical diz: "foi aprovado por unanimidade a participação integral desses dois estabelecimentos à greve a ser deflagrada a zero hora de amanhã". (O POVO, 19.10.61)

Outras providências são tomadas para o êxito e organização do movimento, tais como: a formação de comissões de greve; de um comando geral da greve instalado na sede da entidade, de onde emitiam ordens para os grevistas; e de piquetes para evitar a atuação de possíveis furadores de greve. Além dessas medidas³⁹ decretam uma passeata pelo centro da cidade, conduzindo faixas e cartazes com alusões e

³⁹ Em nota oficial de esclarecimento à população o SEEBEC publicou os seguintes dados sobre a distribuição de salários dos empregados em bancos que operavam na praça de Fortaleza, à época, exclusive o Banco do Brasil:

Bancos	Até Cr\$ 6.000	De Cr\$ 6.000 a Cr\$ 10.000	De Cr\$ 10.000 a Cr\$ 15.000	Acima de Cr\$ 15.000
A	11	71	16	15
B	34	29	17	4
C	12	28	16	31
D	38	24	1	3
E	2	10	6	3
F	1	3	9	5
G	40	19	5	6
H	8	35	7	16
I	13	11	2	0
J	31	12	1	1
K	1	139	234	136
L	3	7	6	8
M	15	13	10	3
N	<u>9</u>	<u>23</u>	<u>8</u>	<u>4</u>
	218	424	338	235

TOTAL: 1.215

A nota vinha com o seguinte texto: "tendo em vista o estado de miséria em que vive a nossa classe, conforme se verifica no quadro acima, permanecemos reivindicando uma percentagem de aumento maior para os que percebem salário menor, com o que não concordam os senhores banqueiros" (O POVO, 24.10.61:5). Omitimos, propositadamente, o nome dos bancos.

justificativas sobre a greve decretada. "Entre os cartazes conduzidos pelos grevistas a reportagem de O POVO anotou os seguintes": "Os bancos ganham milhões, nós ganhamos tostões"; "Queremos 50%". Havia, de par com estes, os que diziam respeito às reivindicações, outros que verberavam o procedimento de alguns "fura-greves". No trajeto da passeata, os bancários receberam a solidariedade de vários sindicatos operários e entidades estudantis". (O POVO, 21.10.61)

Nesse ínterim, foi apresentada pelos banqueiros uma nova proposta, cujas bases foram as seguintes:

1. aumento de 40% para os que percebem até Cr\$ 10.000,00;
2. aumento de 20% sobre o excedente daquele valor;
3. aumento mínimo de Cr\$ 4.000,00 para a Capital e Cr\$ 3.000,00 para o interior do Estado;
4. pagamento de Cr\$ 1.000,00 por quinquênio;
5. não punição de qualquer grevista;
6. pagamento integral dos dias de greve.

A categoria discute e rejeita a proposta acima e se dispõe a continuar o movimento paredista "até que sejam pagos os salários pleiteados, e acabadas todas as exigências, tais como a não punição para os grevistas e o pagamento dos dias de parede". (O POVO, 25.10.61)

Ampliando o seu raio de ação, a greve conta com o apoio e solidariedade de outras categorias, tais como os motoristas de praça, os têxteis, os gráficos, os jornalistas, etc., com paralisações de 15 a 30 minutos em sinal de solidariedade aos bancários. Os estudantes, por sua vez, participam de várias manifestações de rua no mesmo sentido. (O POVO, 23.10.61)

Enquanto isso, os jornais locais assinalam as crescentes dificuldades em que se encontravam a indústria, o comércio e outros setores da vida do Estado, em decorrência do fechamento dos estabelecimentos bancários face a greve decretada pela categoria. O Presidente do sindicato dos banqueiros faz declarações sobre a situação que atingia

toda a economia do país há mais de uma semana: "Os bancos não podem reabrir com o Banco do Brasil fechado. Nem mesmo podem funcionar as agências do Banco do Brasil com a sua matriz do Rio de Janeiro, de portas fechadas. É um caso nacional, cuja solução final vem do Sul". (O POVO, 25.10.61)

No dia 26, o Sindicato dos Banqueiros, por intermédio de seu advogado suscita do Tribunal Regional do Trabalho - TRT, o dissídio coletivo. Com esta decisão, o processo sai das áreas em litígio para a área de competência do Estado, onde serão examinados os itens reivindicativos que não possuem conteúdo salarial. Essa tomada de decisão dos banqueiros é comentada como sendo "mais um obstáculo aos entendimentos que vinham sendo mantidos entre as partes em litígio. Agora, entregue aos cuidados do TRT, o processo de solução vai submeter-se aos prazos estabelecidos pela lei". (O POVO, 26.10.61)

No dia seguinte, desfazendo as previsões noticiadas, é homologado no TRT o acordo entre banqueiros e bancários locais, atendendo aos interesses das partes em litígio. O acordo que pôs fim ao movimento paredista foi o seguinte:

- "1. Aos empregados que, em conseqüência do último acordo percebiam dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), ou menos, fica assegurado um aumento salarial fixo de cinquenta por cento (50%).
2. Para os empregados que recebiam, também em conseqüência do último acordo, acima de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), o aumento será de quarenta e cinco por cento (45%) sobre o salário base para os que percebiam até quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00), não se aplicando, na hipótese da cláusula segunda, a percentagem da cláusula primeira, e, para os que percebiam acima de quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00) terão um aumento de quarenta e cinco por cento (45%) até o limite de quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00) e mais um adicional de trinta por cento (30%) sobre a

parcela excedente de quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00).

3. Nenhum aumento será inferior a Cr\$ 4.000,00 para a Capital do Estado e Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) para o interior do Estado.
4. Os menores sujeitos ao aprendizado metódico, em relação aos cargos ocupados, terão direito ao aumento nas mesmas percentagens incidente sobre metade dos limites acima estabelecidos.
5. Terão direito ao aumento ora concedido todos os empregados admitidos durante a vigência do acordo anterior.
6. Serão compensados todos os aumentos concedidos na vigência do acordo anterior, espontâneos ou não, exceto os concedidos pelo Governo Federal, a bancos ditos oficiais.
7. O presente acordo terá a vigência e prazo de doze (12) meses, a contar de primeiro (1º) de outubro do corrente ano e até trinta (30) de setembro de 1962 (mil novecentos e sessenta e dois).
8. Ficam revigoradas as quinta, sexta, sétima e nona cláusulas do acordo anterior, terminado a 30 (trinta) de setembro do corrente ano, e o pagamento das diferenças será a partir de primeiro do corrente mês.
9. Firmado o presente acordo, fica cessada a greve, não havendo punição aos grevistas por motivo da paralisação, nem desconto dos dias que faltaram ao trabalho." (O POVO, 27.10.61)

O Delegado do Trabalho após a homologação do acordo

comentou ao ser entrevistado: "Não compreendo os motivos que levaram os banqueiros a esperar tanto tempo com prejuízos para si e para a economia, para finalmente aceitarem as bases de reivindicações dos bancários". (POVO, 28.10.61)

Observa-se, pela análise feita, a preocupação da direção sindical com medidas que assegurassem o êxito do movimento paredista. Em primeiro lugar, ressalta-se a preocupação de respaldar a reivindicação através de estudos. Como foi demonstrado acima, o pedido estava baseado em dados colhidos em fontes idôneas sobre o custo de vida. Nesse sentido, a greve realizada repôs apenas para a categoria o nível de salário real correspondente ao salário existente no período anterior. Segundo Jorge Miglioli, "na medida em que os trabalhadores conseguem manter o nível de salário real, as condições de trabalho vigente, a organização sindical, garantem as vitórias anteriores, são, portanto, consideradas greves de caráter conservativo". (MIGLIOLI, 1963:61). No caso analisado, no tocante às condições de vida, a greve teve esse caráter conservativo.

Por outro lado, analisando outros itens do acordo que pôs fim a greve, vê-se que a categoria ganhou em relação às mobilizações anteriores um maior avanço na sua organização, através da coesão e participação de todos os bancos, isto é, tanto os bancos particulares como os bancos oficiais (conforme item 6 do acordo firmado estes teriam aumentos concedidos pelo Governo Federal), unindo mais a classe.

Outros aspectos também ressaltam esse avanço, na fase antecedente e durante o desenrolar da greve.

Antecedendo a deflagração do movimento grevista tiveram curso:

- a organização de comissões de greve, para preparar o movimento;
- em reuniões semelhantes, a formação de grupo de piquetes;
- a convocação e realização de assembléia geral, que, contando com o apoio dos bancários das insti

tuições oficiais, decidiu pela realização da greve, por unanimidade.

No decorrer da greve organizou-se o Comando Geral da Greve, de onde eram transmitidas as palavras de ordem. Foram realizadas passeatas de esclarecimentos ao povo dos motivos do movimento, sua organização, função das comissões e piquetes.

Estes últimos, de caráter mais persuasivo do que repressivo, conforme depoimento de um dos dirigentes do movimento: "Os bancários não proibiam nem mesmo que colegas entrem nos bancos. Todavia estavam dispostos a repelir qualquer forma de coação, como ocorrera no Banco Hipotecário, cujo gerente de revólver à ilharga, tentara convencer, ostensivamente, os empregados a voltarem ao trabalho". (O POVO, 21.10.61)

"Então E, era melhor porque ele tinha um poder de persuasão muito grande, ele procurou vender nossa mercadoria, isto é, nossa reivindicação dizendo que era justa". (Entrevista com G)

Além desses aspectos destacados, vale ressaltar como demonstrativo do poder de barganha e de pressão da categoria na greve, a disposição de continuar o movimento até que fossem assegurados por acordo as reivindicações pleiteadas e aceitas todas as exigências no tocante à não punição dos grevistas e o pagamento dos dias em que a categoria estava de greve. Com estas exigências, há um reforço do poder de pressão da categoria, extrapolando as amarras impostas pela legislação de greve, não obstante a ameaça concretizada pelos banqueiros, ao suscitarem ao Tribunal Regional do Trabalho o dissídio coletivo, por considerar a greve ilegal⁴⁰.

⁴⁰ Pelo Decreto 9.070, de 15 de março de 1946 "não são permitidas as greves nos serviços de água, energia, fontes de energia, iluminação, gás, esgotos, comunicação, transportes, carga e descarga, nos estabelecimentos de venda de utilidades ou gêneros essenciais à vida das populações, nos matadouros, na lavoura e na pecuária, nos colégios, escolas, bancos, farmácias, drogarias, hospitais, serviços funerários, nas indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional". (MIGLIOLI, 1963:86). Como se vê, a quase todos os setores era negado o direito de greve o que foi considerado posteriormente pela Constituição Federal, que foi promulgada após o Decreto 9.070. No entanto foi com base naquele Decreto, que os banqueiros fundamentaram o pedido de dissídio coletivo.

Para SOUZA a greve dos bancários "serviu para elevar o nível de organização da ação sindical em Fortaleza por que muito contribuiu para a efetiva formação do Pacto de Unidade Intersindical, que se vai constituir na maior "organização paralela" do movimento sindical em Fortaleza". (SOUZA, 1979:145)

À mesma época da greve, realiza-se no Rio de Janeiro o III Encontro Nacional Sindical, promovido pela Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara. Devido à ocorrência do movimento paredista o SEEBEC não participa do referido conclave. Nele são abordados os problemas concernentes à política salarial; ao direito de greve com a proposta de revogação do Decreto 9.070 e à situação nacional após a implantação do regime parlamentarista.

No tocante à política salarial, destaca-se o pleito pelo Contrato Coletivo de Trabalho; o abono de Natal (13º mês de salário) e férias de trinta dias para todos os trabalhadores brasileiros.

A partir da greve de 61, o Sindicato manteve em circulação um boletim diário, contendo notícias gerais da classe trabalhadora e mais especificamente da categoria bancária, com o objetivo de politizar e unificar os bancários em torno das lutas por seus direitos. Sobre esse trabalho versam os depoimentos abaixo:

"Tínhamos um boletim diário produzido não pela diretoria do sindicato, mas produzido pela base, pelas comissões de base. Cada banco tinha uma comissão e esse pessoal era levado a trabalhar dentro do sindicato. Então o boletim apenas a gente publicava para dar autenticidade". (Entrevista com F)

"Em vez de um jornal que ainda hoje tem circulação esporádica, nós tínhamos um boletim. Aquele boletim circulava diariamente. Os bancários do Banco do Brasil e de todos os bancos procuravam esse boletim. Se não chegava eles telefonavam (referindo-se aos bancários): cadê o boletim de hoje que não veio? Às vezes saía um assunto sério no fim da tarde. Então

qualquer um de nós elaborava e distribuía. Naquele tempo não tinha essa quantidade de banco, Fortaleza era desse tamanho e a comunicação era fácil". (Entrevista com C)

Visando esses objetivos o sindicato engajou-se com a Comissão de Equiparação (COMAQ) do pessoal do Banco do Nordeste na distribuição de um boletim periódico conclamando os funcionários daquele estabelecimento bancário à luta pela conquista de sua equiparação salarial aos funcionários do Banco do Brasil. (O POVO, 14.11.61)

Em novembro de 1961, o sindicato ampliando seu raio de atuação na luta pela organização e unificação dos trabalhadores cearenses participa da comissão organizadora do I Congresso Estadual de Camponeses, promovido pela Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará - FALTAC, realizado em Fortaleza nos dias 8 a 12 do aludido mês. O referido conclave teve como objetivo a discussão dos problemas camponeses e serviria de base para a realização do Congresso Nacional dos Camponeses marcado para a segunda quinzena de novembro, ao qual compareceria numerosa delegação de trabalhadores agrícolas do Ceará. (O POVO, 7.11.61)

Convocado pela Aliança Operário-Estudantil-Camponesa o SEEBEC, mobiliza-se pela anulação, na Câmara Federal, do projeto do senador Argemiro de Figueiredo (Paraíba) contra o Plano Piloto da SUDENE. O movimento foi encetado pelas entidades de trabalhadores do Recife com uma paralisação total de 30 minutos na capital pernambucana, de protesto contra o referido projeto. (O POVO, 23.12.61)

O movimento sindical bancário cearense, conforme o exposto acima, seguia, em linhas gerais, as diretrizes traçadas pelos Encontros Estaduais e Nacionais, tanto da categoria como dos sindicalistas de orientação nacionalista. Paulatinamente ampliam seu raio de ação sindical pelo engajamento nas lutas por melhores condições de vida e de trabalho, expressa nas campanhas salariais, nos movimentos de protesto e de contenção do custo de vida, e por melhoria nos transportes coletivos.

Extrapolando essas lutas de caráter econômico e mais imediatistas, gradativamente os problemas nacionais vão ganhando espaço nos debates e nas mobilizações da categoria. São discutidos à medida que vão surgindo na conjuntura política do País à época. Assim, não obedeciam a um programa pré-estabelecido, segundo uma ideologia de classe, mas atrelavam-se ao desenrolar dos acontecimentos nacionais.

Seguindo as diretrizes da ideologia nacionalista as mobilizações da categoria encabeçadas pela liderança sindical extrapolam as reivindicações nitidamente trabalhistas e tentam participar do jogo político através das alianças e pactos de classe, pressionando o Estado por transformações em sua política econômica-social, tanto interna como externa. Como exemplo dessas organizações tem-se a Aliança Operário-Estudantil-Camponesa e o Pacto de Unidade Sindical, que até fins de 61 era também chamado de Movimento Sindical Cearense. O Pacto será institucionalizado como entidade civil em meados de 62, por ocasião das comemorações do 1º de maio daquele ano, quando é empossada sua segunda diretoria.

3.4.3 - Tendências que atuavam no movimento sindical brasileiro nos anos 60

HANS FUCHTNER estudando as diversas correntes que atuavam no movimento sindical brasileiro a partir da década de 60 apresenta duas tendências principais: os democratas e os nacionalistas.

A tendência democrática era ligada aos pelegos e sindicatos católicos, cujo principal grupo era o Movimento Sindical Democrático - MSD, fundado em maio de 1961, em São Paulo. Nessa época, dos 338 sindicatos existentes nesse Estado, 89 eram filiados ao MSD. "Em julho de 1961, o MSD realizou seu primeiro encontro extra-estadual em São Paulo, do qual participaram delegados de doze Estados. Em agosto de

1962 realizou-se seu segundo encontro no Rio." (FUCHTNER, 1980:201)

O MSD defendia um Brasil "cristão-democrático" e atuava junto aos círculos operários católicos. "Sua ideologia era sobretudo fundamentada no anticomunismo. Embora se considerasse, como os outros "movimentos renovadores", apolítico, o fato é que sua posição e sua estratégia eram apoiados pelo governador conservador de São Paulo, Carvalho Pinto (1959-1963) e Carlos Lacerda". (FUCHTNER; 1980-201).

Tinha como alicerce para atuar nos sindicatos a Resistência Democrática de Trabalhadores Livres (REDETRAL), no Rio; a Frente Democrática Nacionalista, no Paraná; o Movimento Renovador Sindical, de âmbito nacional; e o Trabalhador Unido, no Ceará. Esses grupos foram criados por representantes de interesses estrangeiros que tentavam intervir no movimento sindical: "A criação desses movimentos resultava da velha tentativa da CIA - Agência Central de Inteligência dos Estados - para influir nas atividades sindicais do País". (BANDEIRA, 1978:69). Eram financiados pelo IBAD⁴¹, que tentara interferir nas eleições estaduais em 1962, via a Ação Democrática Popular (ADEP). "Em 1962 com a criação da Ação Democrática Popular (ADEP), o IBAD interveio abertamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos reacionários, que assumiam o compromisso ideológico de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária, bem como a política externa independente do governo brasileiro" (BANDEIRA, 1978:68)

3.4.3.1 - O Trabalhador Unido - Tendência Democrática no Ceará

O Trabalhador Unido (TU) seguindo as diretrizes do MSD na defesa de um Brasil cristão-democrático, atuava no movimento sindical cearense junto aos círculos operários

⁴¹ IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

católicos. Estes eram coordenados pelo Padre Arimatéia Diniz.

O TU, fundamentando sua ideologia no anticomunismo, atua com objetivo de combate à infiltração dos comunistas nos meios operários: "Fonte ligada ao Trabalhador Unido revelou que aquela entidade... está seriamente preocupada com a infiltração comunista nos sindicatos de Fortaleza, dedicando especial atenção ao fato, para dentro dos meios possíveis enfrentar o perigo". (SOUZA, 1979:76)

Concitando os trabalhadores a defender as reformas sociais cristãs e a paz social com base na Encíclica *mater et Magister* opõe-se às diretrizes defendidas pelo Pacto, de tendência nacionalista, que propugnava pelas Reformas de Bases.

Segundo SOUZA, o TU teve muita influência entre os ferroviários. Aliado aos setores dominantes retrógrados locais, busca infiltrar-se nos órgãos oficiais, mormente aqueles ligados ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, onde os sindicalistas nacionalistas tinham grande influência e gozavam de determinado prestígio. Exemplos desse comportamento opositor ao Pacto e da luta pela direção local das mobilizações sindicais foram detectados na pesquisa realizada em órgãos da imprensa local.

Por ocasião da greve política de 15 de setembro de 1962, enquanto o Pacto, por orientação do Comando Geral dos Trabalhadores, deflagrava greve geral no Estado, o TU recomendava aos trabalhadores a ida ao trabalho: "Ao que tudo indica, a greve no Ceará não atingirá a amplitude que lhe querem imprimir os líderes, em virtude da dissidência entre as entidades que congregam os sindicatos e os círculos operários de Fortaleza... Dividem-se as opiniões dos trabalhadores entre o Pacto Sindical, que lidera a greve, e o Trabalhador Unido, empenhado em evitar qualquer movimento que venha prejudicar o andamento das atividades obreiras do Estado". (O POVO, 15.9.62)

Na luta pela conquista dos órgãos públicos e combate à influência do Pacto teve-se a disputa pela indicação

de pessoas para ocupar o cargo de Delegado Regional do Trabalho, por ocasião do afastamento do Dr. Amadeu Arrais daquela instituição. Para atingir seu objetivo, o TU alia-se ao diretório municipal do PTB. "O Trabalhador Unido, entidade que congrega os círculos operários e sindicatos, dirigiu telegramas às principais autoridades federais, vetando o nome do advogado William Sá para a Delegacia Regional do Trabalho, sob a alegação de que o mesmo é comunista... o que, de certo, será obstáculo à pretensão do Pacto de União Sindical, que indica o nome do Dr. William Sá". (O POVO, 5.2.63)

Ao nível mais geral de luta pelo domínio do movimento sindical destaca-se a oposição do TU ao Pacto, quando em 1963 este se articula para pressionar o Governo Federal para transformar o Comando Geral dos trabalhadores em um órgão de cúpula nacional - a Confederação Geral dos Trabalhadores. Sob a palavra de alerta do Movimento Renovador Sindical o TU publica um manifesto intitulado "Alerta aos Trabalhadores", no qual opõe-se à criação da aludida entidade. Eis alguns trechos, onde fica clara a postura do TU em relação à reivindicação pleiteada e as supostas ligações. "... o que se pretende, no Brasil, é a instituição de um organismo político à moda peronista ou comunista, como a CGT argentina e a Federação Sindical Mundial. O atual chamado "Comando Geral dos Trabalhadores", que seria posteriormente transformado na Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, para aproveitamento da sigla CGT, não passa de um organismo político de que se tem servido o Sr. João Goulart, principalmente na campanha pela implantação do Presidencialismo no país". (O POVO, 22.4.63)

Contraopondo-se à experiência latino-americana, exalta a experiência sindical norte-americana. "Argumenta-se que em muitos países tais organizações existem, como é o caso da AFL-CIO norte-americana, duas organizações que terminaram por fundir-se em uma só: a "American Federation of Labour" e o "Congresso das Organizações Industriais", que hoje comanda todo o movimento trabalhista naquele país". (O POVO, 22.4.63)

3.4.3.2 - A Tendência Nacionalista

A tendência nacionalista, que atuou junto aos sindicatos mais combativos no final dos anos 50 até 64, caracterizava-se pela:

- luta pela independência nacional. Para tanto alia-se com a burguesia nacional e com o Estado através de Pactos e Alianças;
- defesa do controle da remessa de lucros para o exterior;
- defesa das reformas de base⁴²;
- luta a favor:
 1. das liberdades democráticas e sindicais, em que pugnam pela revogação do Decreto 9.070, e
 2. da independência dos órgãos sindicais quanto ao seu atrelamento ao Ministério do Trabalho;
- unificação do movimento sindical através da transformação do CGT em uma Confederação Geral dos Trabalhadores;
- institucionalização das "organizações paralelas" à estrutura sindical oficial.

FUCHTNER ao analisar a corrente nacionalista enfatiza que "o objetivo de todos os nacionalistas era a independência nacional. Os próprios comunistas não se colocavam a questão do capitalismo no Brasil. Estavam dispostos a adiar por tempo indeterminado a solução dos problemas das contradições entre a burguesia e o proletariado, a fim de liderar lado a lado com a burguesia nacional uma revolução anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática. Porque acreditavam existir no campo uma sociedade feudal, pensaram ser possível realizar-se uma reforma agrária sem ter de colocar em questão o capitalismo no Brasil". (FUCHTNER, 1980:203).

⁴² Ver programa reivindicativo da greve de 5 de julho de 1962, em que se propõe todas as reformas de cunho nacionalista, também denominadas de "Reformas de Base".

As entidades de orientação nacionalista difundiam-se em todo o país e tinham representação em quase todos os Estados. Atuavam junto aos sindicatos e outros tipos de entidades, visando mobilizar de forma horizontal os trabalhadores, isto é, unindo as diferentes categorias profissionais em torno de bandeiras de lutas comuns. Objetivavam também ampliar as margens de uma atuação mais autônoma do movimento sindical. Com essa diretriz dinamizaram a própria estrutura sindical oficial, já que atuavam dentro dos sindicatos e lutavam por transformar as associações profissionais existentes em sindicatos. Arregimentavam, além de organizações de base como os sindicatos, os principais organismos de cúpula existentes, como a CNTTMFA, CONTEC, CNTI e CONTAG. Segundo FUCHTNER essas entidades apoiavam o CGT. Além dessas, havia ainda a CNTTT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - e a CNTC - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, totalizando os seis organismos de cúpula existentes até 1964⁴³.

A tabela abaixo lista as principais entidades nacionalistas. Não obstante a informação de congregarem 346 sindicatos, a influência dos nacionalistas era bem maior do que a tabela revela, pois, segundo registro de Argelina Cheibub Figueiredo, 383 sindicatos sofreram intervenção entre 1964-1965. (FIGUEIREDO, 1978:140)

⁴³ A CONTAG foi reconhecida em 1963, poucos meses antes do golpe de março de 1964. As siglas citadas referem-se às seguintes Confederações:

CNTTMFA - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos;

CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito;

CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria;

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;

CNTTT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres;

CNTC - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio.

Estados	Entidades Nacionalistas	Nº de Sindicatos que congregavam
Amazonas	Pacto Sindical	31
Maranhão	Pacto de Unidade Sindical	25
Piauí	Conselho Sindical	31
Ceará	Pacto de Unidade Sindical	22*
R.G. do Norte	Pacto de Unidade	sem indicações
Parafba	Conselho Sindical de C. Grande	15
Pernambuco	Conselho Sindical	24
Sergipe	Conselho Sindical	10
Bahia	Pacto de Unidade	27
Espírito Santo	Pacto Sindical	12
Rio de Janeiro	Conselho Sindical	45
Guanabara	CPOS - Comissões Permanentes das Organizações Sindicais	48
São Paulo	Conselho Sindical	56
Minas Gerais	CPOS - Comissões Permanentes das Organizações Sindicais	-**

Fonte: FUCHTNER, 1980:24)

* Sobre este dado veja nota de rodapé nº 45, p. 96.

** Tem-se conhecimento da existência da entidade através do II Encontro Sindical Nacional, em maio de 1961, em Belo Horizonte. Porém não se sabe o número de sindicatos que a entidade congregava.

O Pacto de Unidade Sindical

Conforme SOUZA, em maio de 1961 forma-se a Aliança-Operário-Estudantil-Camponesa em defesa dos usuários de transportes coletivos com o objetivo de impedir o aumento das passagens de ônibus. (SOUZA, 1979:134).

A Aliança é fortalecida pelos seguintes acontecimentos, dentre outros fatores:

- atuação conforme as diretrizes traçadas no II Encontro Nacional Sindical em Minas Gerais⁴⁴;
- discussões de preparação para a participação de trabalhadores no VIII Encontro de Governadores em Natal;

⁴⁴ Sobre este Encontro ver subtópico 3.4.2.

- manifestações de apoio e de solidariedade ao Presidente João Goulart;
- movimentos de contenção do custo de vida; e
- participação na greve dos bancários em outubro de 1961.

Com a greve dos bancários, há uma elevação do nível de organização e unificação do movimento sindical cearense de orientação nacionalista, através do apoio e da solidariedade registrados por diversas categorias de trabalhadores. Nessa mobilização, ações isoladas transformam-se em um movimento coletivo fazendo articular e representar os interesses dos bancários junto às instituições trabalhistas responsáveis pelas resoluções de conflitos na área empregatícia. A partir desse acontecimento, as referências feitas ao Movimento Sindical Cearense, passam a ser cognominadas mais constantemente como as do Pacto de Unidade Sindical.

Outro fator que aglutinou forças e fortaleceu o Pacto foi o apoio dado por este ao Dr. Amadeu Arrais, contra a campanha política para sua substituição na Delegacia Regional do Trabalho. O Pacto manteve-se vigilante a essa investida política, desde os atos de sabotagem, quando da posse do citado delegado em setembro de 1961, até março de 63, quando este exonerou-se do cargo para ocupar uma cadeira de deputado estadual na Assembléia Legislativa. (O POVO, 31.3.63). No momento em que deixou o cargo, assumiu a vaga outro delegado e não o indicado pelo Trabalhador Unido - TU e o PTB local (Jefferson Quesado). Assim, o Pacto sai vitorioso nessa luta.

Uma das medidas de apoio tomada pelo Pacto diante das constantes pressões políticas que vinha sofrendo o delegado do trabalho, foi a divulgação da postura dos trabalhadores, a nível nacional, sobre o fato: "O Pacto transmitiu novos telegramas às autoridades do Governo Federal, inclusive ao ministro Franco Montoro, dando-lhes conhecimento da posição vigilante dos trabalhadores cearenses contra a medida pleiteada pelos políticos que aproveitariam a viagem

daquele titular aos Estados Unidos para a substituição do Dr. Amadeu Arrais pelo Dr. Jeferson Quesado". (O POVO, 8.2.62)

Ainda nesse mês o Pacto fez um convite público, em forma de réplica, a um deputado petebista para participar de uma das reuniões da entidade, a fim de inteirar-se de seus objetivos e conhecer o número de seus filiados, que, na época, girava em torno de trinta e dois sindicatos no Ceará⁴⁵. Na aludida reunião seria discutido o anteprojeto de regimento interno da entidade e a substituição a ser proposta do nome do Pacto de Unidade Sindical para Conselho Permanente de Orientação das Entidades Sindicais e similares do Ceará (O POVO, 12.2.63). Sobre este último item não chegaram a uma conclusão e o nome da entidade continuou o mesmo.

Em abril de 1962 há eleição para a renovação da diretoria do Pacto. Não foi registrada nenhuma chapa de oposição.

O programa das comemorações do 1º de maio de 62 foi elaborado pelo Pacto juntamente com a Delegacia Regional do Trabalho⁴⁶. Na concentração realizada na Praça José de Alencar, vários líderes sindicais discursaram enfatizando a luta pelo projeto que estabelecia o 13º mês de salário (abono de Natal); a luta pela contenção do custo de vida; respeito efetivo às liberdades sindicais e democráticas e outros pontos referentes a reformas nacionalistas (O POVO, 2.5.62).

⁴⁵ Não se tem o número exato de sindicatos filiados ao Pacto. O jornal O POVO, a principal fonte jornalística da pesquisa, fornece os seguintes dados: Em 12.2.62 - fala em 32 sindicatos. Por ocasião do apoio do Pacto à greve dos estudantes pela participação de 1/3 no Colegiado da Universidade, em 13.6.62, o jornal noticia que o Pacto congrega mais de 40 sindicatos. Em fevereiro de 1963, divulga que 46 sindicatos são filiados ao Pacto. (O POVO, 14.2.63)

⁴⁶ A conjugação de esforços dos sindicatos com a Delegacia para a comemoração do 1º de maio, não constitui uma característica do sindicalismo local, mas nacional, numa conjuntura de crise, em que as esquerdas e os sindicatos vinculados à ideologia nacionalista, atuavam com o objetivo de fortalecer e ampliar, as bases de pressão por um Estado Nacionalista. Para tanto, acionavam uma campanha pelas reformas de base, que vai se constituir no programa de reivindicações do CGT por ocasião das greves políticas de 1962, que serão analisadas no tópico 3.4.3 do presente trabalho.

Encerrando as comemorações foi dada posse à nova diretoria do Pacto de Unidade Sindical.

Estava assim, em 1962, institucionalizado o Pacto como uma entidade civil, com regimento interno e com registro em um dos cartórios locais. Além dos sindicatos o Pacto também congregava outros tipos de entidades, tais como a dos estudantes - Centro Estudantal Cearense - e associações de trabalhadores e de bairros como a dos Moradores de Jacarecanga (O POVO, 27.6.62), buscando assim unificar os movimentos populares com o sindical em um processo mais amplo de mobilização dos diversos setores da sociedade civil que se articulava naquele momento a nível nacional, para pressionar o Estado por demandas e mudanças sociais através das reformas nacionalistas.

3.4.4 - Efervescência do movimento sindical bancário cearense: o ano de 1962.

A consolidação do movimento sindical bancário ocorrida no período 1959/61, culminando com o destacado papel desempenhado pelos líderes bancários na institucionalização do Pacto de Unidade Sindical em meados de 1962, deságua na intensificação das lutas no decorrer deste último ano, segundo a cronologia abaixo:

- 12.5.62 a 5.6.62 - Greve pela equiparação salarial dos funcionários do Banco do Nordeste aos do Banco do Brasil.
- 5.7.62 - Greve política; formação de um Conselho Nacionalista.
- 15.9.62 - Greve política; data para realização do Plebiscito.
- 25.9.62 - Início da Campanha Salarial de 1962.
- 7.12.62 - Eleições Estaduais.

Greve de Equiparação dos funcionários do Banco do Nordeste aos do Banco do Brasil

Desde 1959 os funcionários do Banco do Nordeste vinham se mobilizando pela equiparação salarial aos funcionários do Banco do Brasil.

A Campanha inicia com a elaboração de um documento por uma comissão de funcionários do BNB sobre o assunto, intitulado: Da necessidade e possibilidade da equiparação BNB/BB. Como o próprio título indica é um dossiê no qual é apresentado um arrazoado sobre as necessidades e possibilidades da equiparação.

Com a hegemonia da corrente nacionalista na direção do sindicato, a partir de 1959, a campanha dos funcionários do BNB é integrada como uma das bandeiras de luta da entidade.

Em janeiro de 1961 há uma mesa redonda em Recife para discutir a equiparação. Numa assembléia geral dos funcionários do BNB é escolhida uma comissão para representar o funcionalismo. Decidiram também pelo seguinte posicionamento em relação à pleiteada reivindicação:

1. um abono provisório de 30% enquanto não fosse efetivada a equiparação;
2. a necessidade de uma reestruturação do Quadro de Pessoal;
3. participação dos funcionários nas reuniões de cúpula da administração do Banco. (O POVO, 27.1.61)

Em maio de 1961, o Presidente do Banco do Nordeste nomeia, por determinação do Presidente Jânio Quadros, uma comissão para estudar a equiparação de vencimentos entre os dois estabelecimentos. A mesma foi constituída por funcionários nomeados pela diretoria do Banco. Chamava-se COPES - Comitê de Assuntos de Pessoal. Sobre a decisão saiu o seguinte comentário na Coluna Sindical: "Trata-se de uma medida

que obteve repercussão favorável no seio do funcionalismo do BNB, não só pela sua presteza mas também pela escolha dos membros desse Comitê". (O POVO, 16.5.61)

À mesma época, a imprensa local publica despacho presidencial, sobre o BNB, que, em um de seus itens, aborda a equiparação nos seguintes termos: "equiparar os servidores do Banco do Nordeste aos do Banco do Brasil, fazendo-a em dois tempos: a primeira, a partir de 1º de julho do corrente ano e a segunda, a partir de janeiro de 1962". (O POVO, 9.5.61)

Deveria assim, dado o parecer presidencial sobre o assunto, ser encaminhada a reivindicação segundo os trâmites oficiais.

Até o final de julho do aludido ano (1961), não tinha sido efetivada a primeira etapa da propalada equiparação. O funcionalismo passa a pressionar, reivindicando que seja cumprida a determinação presidencial. Simultaneamente argumenta que os 30% anunciados pelo então presidente do BNB não correspondiam à 1ª etapa. Aduziam ainda que, com o aumento recebido pelo pessoal do Banco do Brasil, acentua-se ainda mais a disparidade entre os vencimentos. "O funcionalismo do Banco do Nordeste está ainda sem entender como se processará a decantada equiparação ao pessoal do Banco do Brasil, já que o simples aumento de 30%, anunciado pelo Sr. Antonio Alencar Araripe, não corresponde à primeira etapa prometida e determinada pelo presidente Jânio Quadros, particularmente agora quando o Banco do Brasil concedeu 20% de aumento e a disparidade de vencimentos ficou muito mais acentuada". (O POVO, 6.7.61)

O aumento do pessoal do Banco do Brasil, acima citado, fazia parte do "abono de emergência" pleiteado para toda a categoria a nível nacional, como uma das resoluções da II Convenção Nacional dos Bancários, face ao crescente aumento do custo de vida. Enquanto isso, para o pessoal do Banco do Nordeste, só promessa.

Após algumas pressões, em agosto é aprovado um aumento de 30% sobre os vencimentos, a título da primeira eta

pa da equiparação. Além do aumento, foram sancionados, também, alguns pontos sobre a reestruturação do Quadro de Pessoal, tais como o enquadramento da carreira de auxiliar e novos cargos para diversas ocupações constantes do Quadro.

Em novembro de 61, passadas as crises político-militar que assolavam o país, e terminada a greve pelo aumento salarial para a categoria, foi retomada a Campanha pela equiparação. Foram reorganizadas as comissões e elaborado um programa de atividades para dar continuidade à luta, e, de acordo com uma das decisões tomadas, foi reiniciada a circulação de um periódico conclamando os funcionários a se mobilizarem na defesa da campanha, conforme já mencionamos.

Em março de 1962, despertando maior interesse do funcionalismo, realiza-se uma convenção dos funcionários do BNB para discussão da segunda fase da equiparação, cuja primeira etapa já tinha sido concretizada em agosto de 1961. Por outro lado, o prazo estipulado pelo ex-presidente Jânio Quadros para sua complementação tinha expirado em janeiro de 1962.

No desenrolar da Campanha registrou-se a existência de duas comissões que se desentenderam quanto ao encaminhamento da segunda fase da reivindicação. A primeira foi nomeada no início de 61 pela direção do Banco - COPES. A outra surgiu no desenvolvimento da luta, quando da organização do conclave acima citado, chamava-se COMEQ (Comissão de Equiparação).

O motivo dos desentendimentos dizia respeito ao processamento da efetuação da segunda etapa da equiparação. Havia duas propostas:

"Dentro do COPES, a metade dos seus membros advogava um aumento geral de 30%, enquanto a outra metade queria simplesmente a equiparação, que não atingia os chamados técnicos em desenvolvimento econômico e que já ganhavam salários altos, geralmente acima de Cr\$ 50.000,00. A despesa com o aumento geral de 30% subia a mais de Cr\$ 10 milhões, enquanto que com a equiparação não chegava a casa dos Cr\$ 8

milhões, correspondendo, em média, a um aumento de 27%". (O POVO, 15.3.62)

Dentro do Comitê - COPES - havia divergências sobre o encaminhamento da questão. Este era constituído, de 8 membros, sendo que, quatro de seus membros estavam com a proposta de 30% e os três restantes (o oitavo membro não quis participar nessa comissão) defendiam a equiparação pura e simples. Aguardava-se o regresso, do presidente do BNB, para o equacionamento do problema. (O POVO, 15.3.62)

A causa apontada pela direção do Banco para o não atendimento à proposta reivindicada era fundamentada na inexistência de verbas que o montante do pleito requeria "cerca de Cr\$ 260 milhões anuais somente com a equiparação de vencimentos e quinquênios, montante considerado insuportável para o BNB, pelo menos até que receba os recursos tão decantados e não cumpridos, quer pelo Governo Federal, quer pelas Autarquias". (O POVO, 5.4.62)

O sindicato através de sua diretoria e membros da Comissão de Equiparação entra em contato com autoridades fazendárias e administrativas do País sobre o problema de concessão de créditos ao Banco do Nordeste, a fim de capacitar a instituição a solucionar o problema da equiparação. Apresentavam como proposta de solução a liberação de recursos para o Nordeste pelo Governo Federal constantes do depósito no BNB de 50% do Imposto de Renda, devido pelos industriais, conforme o Projeto Piloto da SUDENE, o que permitia não somente a equiparação, como equilibraria as finanças do Banco. A proposta de greve foi marcada para o dia 12, após a notícia da suspensão da Assembléia Geral da direção do BNB para o dia 11 de maio de 1962.

Funcionários do BNB, com o apoio do Sindicato formaram comissões visitando os estabelecimentos de crédito da capital (bancos e cooperativas) solicitando o apoio dos demais bancários ao movimento da equiparação, preparando assim o movimento grevista. "Listas de adesão foram distribuídas e estão correndo as secções dos estabelecimentos de cré

dito, recebendo assinaturas dos bancários e auxílios financeiros para aquela campanha". (O POVO, 10.5.62)

Outra estratégia adotada foi a realização de visitas pela própria diretoria do sindicato às diversas agências⁴⁷ e Departamentos do Banco do Nordeste, tanto no interior como na capital em esclarecimento sobre a necessidade de união de todo o funcionalismo ao movimento da equiparação.

"Quando cheguei, assumi a presidência da Comissão de Equiparação, mais ou menos no dia 20 de abril e no dia 12 de maio veio a greve. Então eu encontrei um prato feito - isto é, as bases organizadas, prontas para serem disparadas. E impulsionei, visitei as agências onde não tinha ainda aquela organização como o Piauí e João Pessoa como tinha Recife e Bahia. Recebi a coisa preparada, acabamos de preparar articulando com a liderança sindical. Eu tive uma liderança de impulsionar. Depois quem liderou a greve foram a Confederação, Federação e Sindicato". (Entrevista com L)

Por determinação do Ministro da Fazenda foi suspensa a assembléia da direção do BNB anunciada para o dia 11 do citado mês, para discussão dos problemas em que estava envolvido o órgão oficial com o seu funcionalismo. (OPOVO, 11.5.62)

Diante das notícias negativas arroladas sobre as tentativas de solução do problema decide o funcionalismo do Banco do Nordeste em Assembléia Geral, no dia 11 de maio de 62, pela decretação da greve a partir de zero hora do dia seguinte à reunião. Além dos bancários, comparecem líderes sindicais de outras entidades locais, que se pronunciavam sobre a justiça da campanha dos funcionários do BNB. Entre os oradores, o do Sindicato dos Bancários ressalta que o movimento alcançou novo nível "assumindo outras responsabili-

⁴⁷ Por ocasião da greve o BNB contava com 1.833 funcionários distribuídos nas suas 43 agências e Direção Geral. (O POVO, 12.5.62)

dades ligadas à região, tais como a liberdade econômica e social do Nordeste e com a decretação imediata do regulamento em torno do artigo 34 do Plano Piloto da SUDENE"⁴⁸. (O povo, 12.5.62)

Todos os oradores foram unânimes em reconhecer a necessidade de uma mobilização mais séria a fim de conseguir "maior atenção aos problemas da região nordestina". (O POVO, 12.5.62)

Contando com o apoio e a solidariedade de várias categorias, são ultimadas as condições para a organização e êxito da parede, tais como formação de várias comissões com finalidades distintas. Uma comissão especial elaboraria cartazes e faixas alusivas ao movimento; outra ficou responsável pelos piquetes para "somente deixar ingressar na sede do BNB o presidente e os diretores do estabelecimento, enquanto persistir o movimento". (O POVO, 12.5.62)

Além de impedir a ação dos "fura-greve" os piquetes foram organizados para "garantir uma perfeita ordem no movimento paredista contra provocações ou mal-entendidos!" (O POVO, 12.5.62)

Em adição às comissões acima aludidas, organizou-se o Comando Central da Greve, de onde eram emitidas as palavras de ordem sobre os trabalhos em andamento.

Outra decisão sob orientação da CONTEC foi a de o sindicato dos bancários não tomar qualquer iniciativa de entendimentos, em âmbito estadual, dado a transferência de responsabilidade, pelo presidente do BNB, para a alçada do governo federal. Assim, toda a pressão seria "lançada para o governo federal, considerado o único que pode solucionar o assunto". (O POVO, 12.5.62)

No quinto dia consecutivo de parede é constatado, em assembléia geral de atividades, que a quase totalidade

⁴⁸ O artigo 34 do Plano Piloto da SUDENE versava sobre a dedução de 50% do Imposto de Renda de pessoa jurídica de capital nacional para aplicação em um ou mais projetos industriais considerados pela SUDENE de interesse para o desenvolvimento da região nordestina. (Veja, em anexo, a íntegra da regulamentação do artigo 34 da SUDENE). (O POVO, 13.6.62)

das agências do Polígono estavam paralisadas, exceto as de Nova Russas (Ce), Salgueiro (Pe) e Porteirinha (MG). Encerrada a reunião, houve uma passeata pelas ruas da cidade, até o antigo Abrigo Central onde vários líderes falaram "concitando os benebeans a novas demonstrações de sua unidade e firmeza. O trajeto foi acompanhado por faixas de vários sindicatos e entidades como a da FALTAC "FALTAC apóia os grevistas" e "FALTAC saúda os grevistas". (O POVO, 16.5.62)

No dia 21 do mesmo mês, os funcionários do BNB em assembléia discutem uma proposta conciliatória apresentada pelo Presidente do Banco, de cujo texto constavam as seguintes cláusulas:

1. reajustar os níveis salariais de seus funcionários até o máximo correspondente da respectiva categoria profissional na região, considerando o tempo de serviço do empregado e sua classificação funcional;

2. incorporar aos salários de seu pessoal o abono de 20% concedido a partir de março de 62;

3. somente em relação aos níveis salariais que tenham ultrapassado ao teto de que trata o item 1º, o BNB com pensar^á no próximo acordo salarial de apenas uma parte excedente os 20% aludidos no item 2;

4. aos funcionários que completarem 15 anos de efetivo exercício no estabelecimento será concedida uma licença prêmio de três meses na forma que for regulamentada, excluindo o tempo de serviço prestado em qualquer outra instituição".

A proposta foi recusada por unanimidade, por não atender a reivindicação pleiteada e por fugir aos fins propostos.

Em outra ocasião no Tribunal do Trabalho, uma comissão de representantes dos funcionários do Banco apresentam uma contra-proposta, constante de vários itens, onde ressalta como principal a equiparação líquida dos vencimentos e da não punição por motivo da greve. Sem o cumprimento dessas cláusulas, estavam dispostos a rejeitar qualquer acor-

do. Por outro lado, o Presidente do Banco recusou-se a tomar qualquer atitude afirmando que "todas essas demarches hão de ser submetidas à apreciação do Governo Federal". (O POVO, 22.5.62).

Nessas alturas o movimento paredista tinha atingido toda a região do Polígono das Secas.

Reforçando o comando geral da greve veio a Fortaleza o presidente da Federação dos Bancários do Norte e Nordeste e o vice-presidente da CONTEC acompanhado do advogado do órgão de cúpula no Rio, para participar dos entendimentos das partes em litígio.

Simultaneamente o sindicato ameaça alastrar o movimento aos demais estabelecimentos bancários da cidade, contando inclusive com a solidariedade efetiva do pessoal do Banco do Brasil para encabeçar o movimento "o que acarretaria quase imediatamente o fechamento de outros bancos. (O POVO, 26.5.62).

No dia 5 de junho quando a greve atingia o seu 25º dia, foi assinado o acordo entre a Direção do Banco e os diversos presidentes de Sindicatos dos Bancários do Norte e Nordeste, pondo fim, assim, ao movimento paredista. Em comemoração à vitória, realizou-se uma assembléia onde foi lido o acordo, seguindo-se uma passeata pelo centro da cidade, em virtude do êxito do movimento.

Do acordo firmado constavam os seguintes itens:

1. a proporção que os lucros apurados em cada semestre o permitirem, o Banco do Nordeste reajustará os níveis de vencimentos dos seus empregados, até o máximo correspondente aos proventos anuais da respectiva categoria profissional na região, considerado o tempo de serviço de empregado, e a sua classificação profissional;

2. O BNB incorpora, desde logo, aos salários do seu pessoal o abono de 20% concedido a partir de março de 1962, não sendo referido aumento sujeito à compensação nos futuros aumentos normativos, salvo os casos em que exceder aos níveis máximos da categoria profissional da região, considerado também o tempo de serviço do empregado e a sua clas-

sificação profissional;

3. ao empregado que completar 10 anos de efetivo exercício no estabelecimento, será concedida uma licença prêmio de 3 meses, excluindo-se o tempo de serviço prestado a qualquer outra instituição, seja a que título for;

4. o BNB concederá aos seus empregados uma quota quinzenal por tempo efetivo de serviço no Banco, nas seguintes bases: Cr\$ 2.000,00 até Cr\$ 25.000,00 de salário e Cr\$ 3.000,00 para os empregados que percebem salários superiores a 25 mil cruzeiros. O disposto nesta cláusula vigorará a partir de 1º de julho do corrente ano e não será contado o tempo de serviço prestado a qualquer outra instituição, seja a que título for;

5. seja qual for o tempo de serviço, ficam isentas de qualquer penalidade disciplinar ou demissão, por parte do BNB, os seus empregados que, a qualquer título, e por qualquer meio, participaram do movimento grevista, a partir da assinatura desse instrumento, ressalvadas as ocorrências das hipóteses expressamente previstas pelo Art. 482 e suas letras 501 e 508, todas da Consolidação das Leis do Trabalho, e

6. não haverá desconto salarial em virtude da greve, devendo o Banco pagar integralmente a remuneração de todos os seus empregados". (O POVO, 5.6.62)

Além dos aspectos econômicos acima aludidos, fez parte do acordo, conforme os itens 5 e 6, a não punição dos grevistas e o recebimento integral dos salários. Para os líderes do movimento, a greve foi vitoriosa em parte, porque o acordo não foi cumprido a contento pela direção do Banco. Apontam como vitória principal, que mostrou o poder de pressão da categoria, a regulamentação do artigo 34 do Plano Piloto da SUDENE, dias após ser decretado o fim da greve.

Analisando a atuação do sindicato no movimento da equiparação destaca-se a preocupação da entidade em legitimar-se cada vez mais pelo estreitamento de suas relações com a base. Essa postura fica clara na decisão tomada desde de 1959 de o movimento da equiparação ser integrado como uma

de suas bandeiras de luta. Esta tendência foi reforçada por ocasião das visitas da direção do sindicato com o pessoal da Comissão de Equiparação (COMEQ) aos estabelecimentos de crédito, como também as diversas agências e departamentos do BNB, esclarecendo e concitando a categoria a apoiar e participar em solidariedade ao movimento dos benebeans. Ampliando o raio de expansão do movimento o sindicato, no desenvolvimento da greve realiza passeatas, comícios e piquetes contando com o apoio de outras categorias para o êxito dessas atividades.

Ressalte-se também o estreitamento dos vínculos entre os vários níveis da estrutura sindical oficial, marcada pelo verticalismo imposto pela CLT em busca da unidade da categoria e da democratização dessa estrutura. A CONTEC juntamente com a federação regional coordena o movimento paralista, ora definindo as diretrizes de ação, ora orientando a atuação do sindicato. É assim que amplia seu raio de ação instruindo a entidade de base a não tomar qualquer iniciativa local de entendimentos, face a resolução inicial do presidente do Banco, de transferir a responsabilidade dos entendimentos para as instâncias federais. O estreitamento dos laços do órgão de cúpula com a base foi revigorado por ocasião da vinda da direção da CONTEC para participar, no desenrolar da greve, dos entendimentos entre benebeans e direção do Banco. Sobre o aspecto abordado veja o depoimento abaixo.

"A estrutura sindical do Brasil era a estrutura do Estado Novo, a estrutura fascista em que o presidente do sindicato e das federações tem todos os poderes na mão. O resto praticamente era ficção. E isso era uma estratégia do Estado Novo porque era muito mais fácil você manobrar um, que manobrar vários... Nós entendíamos que a estrutura sindical era propícia aos pelegos. Era uma estrutura de manipulação. Então a nossa preocupação era de democratizar, unir a categoria levando o pessoal de base para participar das reuniões e deliberações. Então a gente tentava esse trabalho de democratização, tínhamos muita gente de Bancos lá dentro". (Entrevista com H)

Não nos detivemos em uma exposição detalhada da regulamentação do artigo 34/18 da SUDENE, já que nosso objetivo era analisar como os bancários apreenderam e questionaram no desenrolar do movimento, a atuação do Estado, transformando-a em ponto de partida do processo de mobilização.

"Um lado muito positivo da greve foi não despertar no seio do empresariado uma reação negativa contra a greve, uma vez que a reivindicação fundamental era a regulamentação do artigo 34 da SUDENE. A própria classe empresarial foi sensibilizada com esse argumento porque no fundo ela seria a grande beneficiada". (Entrevista com G).

"A greve de equiparação extrapolou o ciclo do movimento sindical e partiu para a institucionalização definitiva do banco, de uma forma sólida. Ele saiu do âmbito estritamente sindical e passou a ter repercussão econômica e política para a região no momento em que abraçou a luta pela regulamentação do artigo 34". (Entrevista com H)

Terminada a greve de equiparação do pessoal do Banco do Nordeste ao do Banco do Brasil, o sindicato se engajou nos movimentos de apoio deflagrados pelo Pacto aos posseiros de Cabreiro⁴⁹, aos operários têxteis na luta por aumento salarial; aos universitários em greve pela participação de 1/3 nos órgãos colegiados da Universidade, segundo as diretrizes do Conselho da União Nacional dos Estudantes - UNE.

Em articulação com as entidades filiadas o Pacto discute os seguintes problemas:

- "1º) Lançamento de um manifesto ao povo cearense sobre o perigo de golpe de estado e conclamação por um Ministério formado de nacionalistas;
- 2º) Telegramas de sindicatos operários cearenses ao presidente João Goulart, solicitando que as en-

⁴⁹ Em Cabreiro (município de Aracati) surge um movimento de posseiros de terras devolutas, contra a perseguição que estes vinham sofrendo por parte de grileiros, que se diziam donos das referidas terras.

tidades trabalhadoras sejam ouvidas também na formação do novo Conselho de Ministros;

3º) Apoio aos posseiros de Cabreiro e aos estudantes universitários em greve". (O POVO, 14.6.62)

No dia 19 de junho de 1962 o Pacto se reúne para discutir a sua posição com relação ao manifesto das Confederações, Federações e Sindicatos nacionalistas, exigindo do Presidente da República a escolha de um novo Conselho de Ministros, a ser formado por democratas e nacionalistas que se comprometessem a atendê-los. (O POVO, 19.6.62)

A partir de então, os esforços e atuação do Pacto são concentrados na crise política que eclodiu com a renúncia de Tancredo Neves e que culminará com a resposta dada através da greve de 5 de julho.

Greve Política de 5 de julho de 1962

A renúncia de Tancredo Neves ao cargo de Primeiro Ministro e de seu gabinete no dia 26 de junho daquele ano, pôs a nu a crise social em que estava envolvido o País, com uma inflação desenfreada, intensificando assim a "carestia de vida". Nos grandes centros urbanos, como Pernambuco, Rio e São Paulo, faltavam gêneros alimentícios para o consumo popular. Analisando o contexto, Moniz Bandeira ressalta que "por trás da crise social, havia também a especulação, que provocava a escassez dos gêneros de primeira necessidade nos grandes centros urbanos, com o objetivo político de desgastar o Governo Federal". (BANDEIRA, 1977:57)

A queda do Primeiro Ministro abre o espaço de luta e crises entre Goulart e o Congresso, pela posse do poder político. "A crise de gabinete que ocasionou a greve eclodiu devido à falta de visão dos idealizadores do Ato Adicional. Esse ato estabeleceu o regime parlamentarista no compromisso que permitiu a volta de Goulart em 1961. A crise se configurou em face da inflexibilidade do Parlamento quando esta eclodiu. O ato deixou de alterar o dispositivo

constitucional do sistema presidencial que requeria que os legisladores pretendentes à reeleição renunciassem a todos os cargos de nomeação 90 dias antes da eleição. A permanência desta exigência sob um governo de gabinete no regime parlamentar era um absurdo, pois implicava a renúncia do gabinete, que teoricamente é o executivo, três meses antes de uma eleição. O governo deveria então permanecer com um gabinete interino, composto por legisladores que não pretendiam continuar suas carreiras políticas nas eleições de setembro.

"Despeitados pelo pedido de plebiscito para restabelecer a supremacia presidencial feito por Goulart em seu discurso no Dia do Trabalho, os legisladores quiseram irritar o presidente. Rejeitaram a emenda constitucional por ele proposta com o fim de eliminar tal dispositivo. Como o gabinete deveria renunciar em julho, a escolha do novo gabinete ocasionou uma crise nacional". (ERICKSON, 1979:149-150)

A 28 de junho, o Ministro do Exterior, San Tiago Dantas, então indicado por Goulart para ocupar o cargo de Primeiro Ministro, e ligado, portanto, ao programa de reivindicações proposto pela liderança sindical nacionalista, teve o seu nome recusado pelo Congresso. O motivo da recusa, além de sua posição de defesa no programa dos sindicalistas, provinha de sua atitude, quando na Pasta das Relações Exteriores, posicionando-se a favor de uma política externa independente. Nesse mesmo dia, em Assembléia Geral em seu sindicato, os bancários aprovam a proposição de manter a entidade em assembléia permanente "a fim de que a classe pudesse acompanhar vigilante o atual momento político do país e no qual estão envolvidos sindicatos de trabalhadores". (POVO, 28.6.62)

No dia 30 de junho o Pacto de Unidade Sindical pressionando às instâncias federais por um Conselho Nacionalista, divulga o Programa de reivindicações, junto ao qual afirmava: "Não assumiam, nem asumirão compromissos com pessoas para a organização do novo Governo e reafirmam sua posição em torno de objetivos claros". (O POVO, 30.6.62)

O programa de reivindicações estava consubstanciado em 18 pontos e tinha sido apresentado neste ínterim ao Governo Federal. Ei-lo na íntegra:

- "1. Luta concreta e eficaz contra a inflação e carestia, mobilizando todos os meios de transporte para a condução de gêneros essenciais dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, se necessário, até ao confisco dos estoques existentes;
2. Reforma agrária radical e, de imediato, reconhecimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;
3. Reforma urbana como única solução para o problema da casa própria;
4. Reforma bancária, com a nacionalização dos depósitos;
5. Reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das Forças Armadas e a instituição da cédula única para as eleições de 7 de outubro;
6. Reforma universitária e a participação de 1/3 de estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários;
7. Ampliação da atual política externa do Brasil, pela conquista de novos mercados em defesa da paz, do desarmamento total e da autodeterminação dos povos;
8. Repúdio e desmascaramento da política do Fundo Monetário Internacional (FMI);
9. Aprovação da lei que assegure o direito de greve, nos termos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em suas conferências e congressos;
10. Encampação, com tombamento, de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos;

11. Controle na inversão de capitais estrangeiros no país e limitação da remessa de lucros;
12. Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;
13. Revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais;
14. Fortalecimento da PETROBRÁS com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria patroquímica e a encampação das refinarias particulares;
15. Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da ELETROBRÁS;
16. Criação da AEROBRÁS, instituindo o monopólio estatal na aviação comercial;
17. Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-se-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas, na importação e exportação, às embarcações mercantis nacionais;
18. Aprovação da lei que institui o pagamento do 13º salário".

A 3 de julho, o nome do senador Auro de Moura Andrade era homologado pelo Congresso para Primeiro Ministro. Este, por sua vez, constituiu um gabinete não favorável ao pleiteado programa de reformas. O presidente Goulart inflexível, recusou-se a ratificar o gabinete apresentado, forçando, assim, a renúncia de Auro antes de assumir o aludido cargo.

No dia seguinte é lançado um manifesto⁵⁰ à Nação, assinado por integrantes do Comando Geral da Greve. As 22 horas o Pacto de Unidade Sindical, seguindo as diretrizes do movimento nacional, decreta greve geral a partir de zero hora do dia 5 de julho.

⁵⁰ Sobre o manifesto ver (BANDEIRA, 1977:58-59).

Os bancários cearenses, em Assembléia à noite, defragam greve atendendo à determinação do Pacto e da CONTEC. A liderança bancária ao ser interpelada pelo jornal O POVO se pronuncia sobre as perspectivas do movimento: "Somente amanhã voltarão ao trabalho se for encontrada uma solução que atenda aos anseios do povo. Se isso não ocorrer o movimento paredista continuará". (O POVO, 5.7.62)

Os estabelecimentos bancários permaneceram fechados durante todo o dia.

O Pacto assume a direção da greve, a nível local. Organiza uma concentração na Praça Waldemar Falcão, onde se instala o Comando Geral da Greve. Através de uma amplificadora os grevistas concitam o povo a defender "a constituição de um gabinete nacionalista que dê solução aos problemas básicos do país". (O POVO, 5.7.62)

Por volta das dez e trinta da manhã, com a aglomeração de grande número de portuários à Praça, realiza-se uma passeata pelo centro da cidade, finalizando com um "comício relâmpago" na Praça José de Alencar, onde foi solicitado ao Presidente da Assembléia e aos líderes das bancadas no Legislativo Estadual, sustarem "a tramitação da emenda que institui o sistema parlamentarista no Estado". Reforçam novamente a reivindicação de "constituição de um Gabinete de Ministros de conteúdo democrático e nacionalista, que as segure a vigência das liberdades públicas". (O POVO, 5.7.62)

Após entendimentos entre o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT e o presidente João Goulart, foi decretado o fim da greve.

O movimento foi considerado de grande amplitude e sucesso, pois atingiu todo o país e o seu principal objetivo foi alcançado - a formação de um gabinete nacionalista que apoiasse o programa de reformas apresentado. Assume o gabinete Francisco Brochado da Rocha, comprometido com a política de Goulart.

Outra vitória assinalada pela greve foi a posse de um Ministro de Trabalho que fosse favorável aos reclamos da

liderança sindical nacionalista. Para o cargo foi empossado Hermes Lima, que no seu discurso de posse pediu a contribuição "das lideranças sindicais nos debates que determinariam as características específicas do desenvolvimento nacionalista brasileiro". (ERICKSON, 1979:153)

Para os estudiosos da greve - ERICKSON, MIGLIOLI, MONIZ BANDEIRA e outros - o principal fator que contribuiu para o sucesso do movimento foi a situação econômica em que se encontrava o país, com a inflação galopante. Esta, por sua vez, agravava as precárias condições de vida dos trabalhadores o que ajuda a explicar a extensão da greve. A curva do salário mínimo real estava novamente em seu ponto mais baixo, sendo responsável por uma reação dos trabalhadores. "Os salários reais estavam 26% abaixo da última elevação de novembro de 1961 e haviam caído aos níveis mais baixos desde de julho de 1956!" (ERICKSON, 1979:151)

Outro fator também favorável a mobilização eram as constantes crises políticas por que passava o país, desde a renúncia de Jânio Quadros, nas lutas entre as diversas facções políticas pelo poder central. Nessas crises, segundo Jorge Miglioli, registrava-se "mudanças de nomes nos postos governamentais, sem, com isso, mudar a política do governo e sem melhorar a situação das amplas camadas populares, mas, pelo contrário, piorando sempre" gerando "o descrédito do Governo. Já não se podia confiar em que ele, por si só, sem forte pressão popular, fosse realizar as reformas necessárias". (MIGLIOLI, 1963:125) O programa de reformas proposto pela liderança sindical exigia assim, medidas reclamadas por grande parte do povo, não se restringindo, portanto, à defesa de posições e interesses exclusivos da classe trabalhadora.

E, por último, a greve demonstrou o grau de unificação e amadurecimento sindical, não apenas para defender reivindicações de natureza econômica e trabalhista, mas também para influir nas decisões de poder da esfera estatal, em sua política e mesmo em sua composição, de acordo com o pro

grama apresentado. Alertando ademais, o Parlamento a não mais ignorar a necessidade urgente de mudanças estruturais.

A análise realizada pelo Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, após o final da greve, fornece elementos para uma melhor compreensão de sua deflagração, seu significado e objetivos alcançados. Contribuindo para esse entendimento, segue em anexo o manifesto no qual o CGT faz a aludida análise.

No interregno entre as duas greves políticas de 1962, o sindicato dos bancários articula-se na organização das comissões sindicais nos bancos, a fim de facilitar a arregimentação para a campanha salarial daquele ano. As comissões visavam também estudar o programa de reivindicações, tendo como base de referência o reajustamento proposto pelo sindicato da Guanabara.

Conforme uma das resoluções da Convenção Nacional da categoria em agosto do mesmo ano, e dando continuidade às lutas dos bancários, a Campanha Salarial, tal qual a do ano de 1961, deveria ocorrer simultaneamente à mesma época para toda a categoria e com bases reivindicativas idênticas, a fim de unificar a luta nacionalmente.

Além dessa mobilização de natureza econômica, o Sindicato participa da III Convenção Nacional dos Bancários em São Paulo nos dias 14, 15 e 16 de agosto do mesmo ano. O encontro foi programado e realizado pela CONTEC. As resoluções aprovadas naquele conclave foram encaminhadas ao IV Encontro Nacional Sindical, promovido pelo Comando Geral dos Trabalhadores, em São Paulo, logo após a Convenção Nacional dos Bancários. Ao mesmo tempo, realiza-se no Rio o II Encontro Nacional da corrente oposicionista a dos nacionalistas, os democratas, organizado pelo Movimento Sindical Democrático.

Ao final do IV Encontro Nacional Sindical foram aprovadas resoluções que posteriormente foram cristalizadas no seguinte programa de reivindicações da greve política de setembro:

1. revisão imediata dos atuais níveis salariais;
2. imediata aprovação dos projetos de salário-família; aposentadoria aos trinta anos de trabalho; direito de greve (projeto da Câmara);
3. jornada de trabalho de seis horas para as mulheres;
4. intensificar a luta em defesa das liberdades sindicais e democráticas, da unidade e solidariedade entre os trabalhadores;
5. realizar, de 24 a 30 de setembro daquele ano, a semana de luta:
 - contra a carestia;
 - pela reforma agrária;
 - pela limitação da remessa de lucros para o exterior;
6. a aplicação das resoluções do IV Encontro, ficando o "Comando Geral dos Trabalhadores" responsável pela entrega das resoluções ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro e ao Parlamento;
7. o Comando Geral dos Trabalhadores, acompanhado de outros líderes sindicais, no próximo período, de "esforço concentrado", dirigir-se-ia a Brasília para articular-se com os parlamentares no sentido de obter a aprovação das reivindicações aprovadas no IV Encontro. (O POVO, 23.8.62)

Muitas das resoluções apresentadas dizem respeito aos projetos em tramitação no Congresso Nacional sobre as reformas estruturais propostas pelos nacionalistas, que deveriam ser discutidas em regime de prioridade pelos sindicatos, preparando-se, assim, para uma possível greve, caso as reivindicações não fossem aprovadas pelos parlamentares. Defendem o ponto de vista de que somente através dessas reformas poderia o país emergir de sua crise econômica, política e social e conseguir sua emancipação econômica.

No início de setembro a direção do Pacto viaja para

Brasília, para participar do "Esforço Concentrado"⁵¹ deliberado por ocasião do certame em São Paulo. Esse esforço consistiu no acompanhamento das ações do Parlamento em reunião em Brasília para votação de proposições do Gabinete de Ministros, como também sobre a realização do Plebiscito pleiteada para o dia 7 de outubro daquele ano. Pressionavam assim para que, no mesmo dia fixado para as eleições estaduais, fosse realizado o Plebiscito, objetivando, dessa forma, tanto as mudanças de governo a nível estadual, como a restauração dos poderes presidenciais, reduzidos pela adoção do regime parlamentarista. Com essas medidas previam uma mudança geral nos centros de poder político do País, tanto a nível local, como nas instâncias federais.

Enquanto isso o Congresso relutava em delegar ao Primeiro Ministro Francisco Brochado da Rocha os poderes necessários solicitados por este para a realização das reformas de base e fixação do Plebiscito na data reivindicada pelo CGT.

Seguindo essas diretrizes, o Pacto passou o interregno compreendido entre o IV Encontro até a deflagração da greve no dia 15 de setembro, discutindo em torno das resoluções daquele conclave e mobilizando as entidades sindicais locais para pressionar a aprovação dos tópicos pleiteados.

Greve Política de 15 de setembro de 1962

No dia 11 de setembro, o Comando Geral dos Trabalhadores, coordenando as mobilizações de âmbito nacional, ameaça o Congresso com uma decretação de greve geral para o dia 15, caso até lá não fosse marcado o Plebiscito para a data pleiteada e aprovadas as medidas propugnadas pelo Primeiro Ministro Brochado da Rocha.

⁵¹ Na pesquisa realizada identificou-se como "esforço concentrado" as reuniões de cúpula dos dirigentes sindicais nacionalistas convocadas pelo CGT por ocasião das mobilizações a favor das reformas propugnadas nas greves políticas de 1962.

Acionando o dispositivo sindical de pressão contra o Congresso, que não apoiava o Presidente Jango, o CGT o ultima com um Programa reivindicativo no qual incorpora tanto as modificações econômicas como os temas nacionalistas do momento:

- 1ª) - Plebiscito no dia 7 de outubro;
- 2ª) - revogação da Lei de Segurança Nacional;
- 3ª) - aumento de 100% nos salários mínimos, com a manutenção da hierarquia salarial para os demais trabalhadores;
- 4ª) - Reforma da Lei Eleitoral, sem discriminação de candidaturas e votos para os analfabetos e soldados;
- 5ª) - aprovação do projeto de Lei de Greve, conforme projeto originário da Câmara Federal;
- 6ª) - imediato enquadramento e readaptação de todos os funcionários públicos independente dos estudos do DASP;
- 7ª) - Reforma Agrária radical, dando terras e meios aos camponeses;
- 8ª) - rejeição do projeto de reforma bancária, de autoria da Comissão Especial da Câmara, e delegação de poderes ao Conselho de Ministros para proceder a essas reformas e a todas as outras necessárias à emancipação econômica do país;
- 9ª) - congelamento imediato dos preços dos gêneros de primeira necessidade, com intervenção no mercado produtor e retalhista.

No dia 14 de setembro, o Primeiro Ministro não conseguindo o pleiteado ao Parlamento, renuncia, às 4 horas da madrugada, ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros, juntamente com o seu gabinete.

Deflagrado o impasse, o CGT, através de um dos seus dirigentes, Dante Pelacani, informa à imprensa carioca que "está pronto o dispositivo para a greve geral, podendo ser

iniciada a zero hora de amanhã" (dia 15). Adiantou mais ainda que a prisão de líderes sindicais e da direção do CGT "não implicaria no adiamento da greve, porquanto já estava formado um comando secreto, que dirigirá o movimento em todo o país". (O POVO, 14.9.62)

Enquanto isso o Pacto se reúne extraordinariamente para debater o programa entregue ao Presidente Goulart, o agravamento da crise política com a renúncia do Conselho de Ministros e as medidas sobre a greve a ser deflagrada tão logo chegasse a palavra de ordem do CGT.

Além dessas providências o Pacto lança um manifesto "sobre a atual situação, proclamando que o problema do plebiscito é de somenos importância frente aos grandes problemas do povo, cuja solução depende das reformas reclamadas pelos trabalhadores através de repetidos pronunciamentos em congressos e conferências nacionais". (O POVO, 15.9.62). Simultaneamente realiza um comício na Praça José de Alencar, concitando os trabalhadores a se manterem coesos com o objetivo de garantir o sucesso do movimento.

A greve foi decretada pelo Pacto, às primeiras horas do dia 15, conforme instruções do CGT por telegramas.

Enquanto o Pacto concentrava seus esforços nas mobilizações para o êxito do movimento, o Trabalhador Unido propagava a ida dos operários ao trabalho, com o objetivo de esvaziar o movimento a favor das reivindicações do comando, mormente a do Plebiscito: "O Trabalhador Unido vai desenvolver ampla ação contra o atual estado de coisas reinante no país, tendo em vista a realização do Plebiscito. A campanha a ser desfechada será de mostrar ao povo os interesses incontestáveis daqueles que estão sonhando com o retorno ao Presidencialismo, visando com isso jogar areia nos olhos do povo". (O POVO, 16.9.62)

A greve, a nível local, encontrou receptividade maior entre os ferroviários, portuários, marítimos, têxteis, bancários e gráficos. (O POVO, 16.9.62)

Em assembléia geral no seu Sindicato, os bancários aderiram ao movimento paredista em evolução, atingindo em

pouco tempo os demais setores econômicos.

No desenrolar do movimento o CGT acrescenta outras reivindicações ao programa apresentado no dia 11. São elas: "um encontro pessoal com Goulart; o direito de organizar sindicatos de camponeses e aplicação estrita da Lei de Remessa de Lucros". (ERICKSON, 1979:155)

Por volta das 19 horas do dia 15 foi sustada a greve em Fortaleza, não obstante orientação contrária do CGT em âmbito nacional, em face de o Presidente da República ter-se comprometido a atender as reivindicações pugnadas, excluindo o item sobre o Plebiscito, sobre o qual o Congresso adiantou-se, aprovando uma lei de compromisso, convocando-o para três meses após as eleições estaduais. Acrescenta-se a essas vitórias a não punição dos grevistas e libertação dos líderes presos. (O POVO, 17.9.62)

Se na greve de 5 de julho as reivindicações foram por mudanças na estrutura de poder através da formação de um Conselho de Ministros que defendesse as reformas pleiteadas, a greve de 15 de setembro já não mais exigia isso, mas impunha diretamente ao Conselho de Ministros e à Câmara suas reivindicações. Para tanto acionaram o IV Encontro Sindical e as reuniões de cúpula da liderança sindical nas pressões aos parlamentares em Brasília no período dos "Esforços Concentrados".

Como não obtiveram resultado e dado a aceleração da crise nos centros de poder, com a renúncia do Conselho de Ministros, investiram contra o Congresso e, acelerados por Goulart, acionaram o dispositivo sindical da greve geral.

Com as resistências do Congresso, compreenderam que o Parlamentarismo constituía-se um entrave ao Programa de Reformas pleiteado. A partir dessa compreensão passaram a exigir a data para o Plebiscito, quando foram redobrados os esforços para a campanha a favor do Presidencialismo.

A greve de setembro, tanto quanto a de julho, representou um passo no processo de amadurecimento que vinha sofrendo a classe trabalhadora desde a renúncia de Quadros. Não obstante a unidade e amadurecimento alcançados na últi-

ma parede, a vitória foi parcial e de amplitude menor do que a de 5 de julho. Entre os fatores explicativos para a afirmação acima, ressalta-se a não consecução da data do Plebiscito para a época pleiteada pelo CGT. Acrescente-se a este aspecto, a sua ocorrência ter sido em um dia inapropriado - dia de sábado -, quando grande parte da vida econômica do país encerrava suas atividades ao meio-dia para o final da semana, tais como os setores comerciário, bancário e fabril.

Avaliando o movimento no contexto nacional global, ERICKSON destaca importantes aspectos que, segundo sua argumentação, contribuíram para a vitória, ainda que parcial, do mesmo. Ressalta como primeiro fator a atitude dos militares, contribuindo com a não repressão ao movimento. "Como na greve de julho, os trabalhadores encontraram valiosos aliados nos militares. Uma vez que os objetivos da greve eram simpáticos ao presidente, Goulart usou seus dispositivos militar e sindical para pressionar o Congresso. As Forças Armadas não somente protegeram os grevistas, como haviam feito em julho, mas os líderes militares empreenderam uma campanha por conta própria para conseguir o plebiscito. Na sua intensa campanha pelo plebiscito, os líderes militares naturalmente apoiaram os grevistas que pretendiam o mesmo objetivo". (ERICKSON, 1979:155-156)

Outro aspecto enfatizado foi a postura de independência e não manipulação do movimento sindical nacionalista quanto às pressões de Goulart para sustar o movimento logo após a aprovação no Parlamento da Lei Capanema-Valadares⁵², às primeiras horas do dia 15. A firmeza de continuar o movimento paredista até o prazo pré-estabelecido, em que pese algumas interrupções havidas, como em Fortaleza, demonstrou o poder de independência e de não manipulação frente às pressões presidenciais. Em anexo segue o manifesto do CGT

⁵² A Lei Capanema Valadares, foi a lei de compromisso aprovado pelo Parlamento às primeiras horas do dia 15, a qual estabelecia o Plebiscito para depois de três meses das eleições estaduais ou, mais exatamente, para janeiro de 1963.

analisando essa segunda greve.

Campanha Salarial de 1962

Acabada a greve política, o sindicato retoma o trabalho de mobilizar a categoria para a Campanha do reajustamento salarial, cujo prazo do acordo de 61, estava prestes a se expirar. A primeira medida tomada foi enviar um memorial aos Sindicatos dos Bancos tratando do novo acordo, cujas cláusulas seguiam as bases da proposta do Rio, onde se iniciou o movimento naquele ano. Os bancários fazem uma proposta cujos itens são os seguintes:

- 1º) - aumento de 65%;
- 2º) - mínimo de Cr\$ 12 mil tanto para a capital como para o interior;
- 3º) - comissão mínima de Cr\$ 6 mil, inclusive para caixas;
- 4º) - salário profissional na base de uma vez e meia o salário mínimo regional;
- 5º) - gratificação de Cr\$ 400 por ano de serviço;
- 6º) - acordo com vigência de um ano, mas com um novo reajustamento de 30% a partir de 1º de março de 1963. (O POVO, 25.9.62)

Os banqueiros, em reunião em seu sindicato, discutem a proposta e remetem uma contra-proposta de 60%, não fazendo referência às demais reivindicações.

Os bancários, em assembléia geral, discutem e repudiam a contra-proposta, antes mesmo do pronunciamento da diretoria do sindicato. "Vários oradores se fizeram ouvir, todos eles fazendo reparos à atitude dos banqueiros locais... A elevação do custo de vida e a instabilidade da categoria foram os principais pontos atacados na defesa da proposta inicial dos bancários". (O POVO, 25.9.62). Nessa mesma assembléia decidem que se até o dia 27, não fossem atendidos em suas reivindicações, decretariam greve a partir de zero hora do dia 28.

A ameaça de decretação de greve para o dia 28 de se

tembro abala a indiferença demonstrada, desde o início das mobilizações, pelos banqueiros. A pressão crescente da categoria e de seu poder de organização e união, evidenciados nas mobilizações anteriores, leva o Sindicato dos Bancos formular uma nova proposta, que é encaminhada aos bancários, constituída dos seguintes itens:

- 1º) - aumento geral de 60% sobre os salários resultantes do último acordo;
- 2º) - mais 30% de aumento após seis meses, isto é, a partir de 1º de março de 1963;
- 3º) - mais Cr\$ 2 mil por quinquênio de serviço prestado ao mesmo empregador;
- 4º) - mais Cr\$ 2.500 mensais de comissão de chefia;
- 5º) - aumento mínimo de Cr\$ 8 mil cruzeiros para a capital e Cr\$ 6 mil para o interior. (O POVO, 27.9.62)

Neste ínterim São Paulo e Salvador entram em acordo na base de 60% e outros pontos reivindicados pela categoria, afastando assim a perspectiva de greve ameaçada pelos primeiros e pondo fim à greve dos bancários de Salvador. (O POVO, 27.9.62)

A segunda proposta patronal encaminhada à categoria atende parte das reivindicações pleiteadas, criando impasse nos seguintes itens:

- 1º) ao limite para o salário mínimo da categoria. Os banqueiros querem de Cr\$ 8.000 para a capital e Cr\$ 6.000 para o interior, enquanto os bancários reivindicam uma padronização desse mínimo em torno de Cr\$ 12.000;
- 2º) sobre o aumento para funcionários menores de 18 anos, reivindicado também pela categoria e não constante na última proposta patronal e
- 3º) sobre a percentagem do aumento de março de 63. A categoria defende que esta deve incidir sobre o resultado do acordo a ser feito, o que não era aceito pelos banqueiros. (O POVO, 2.10.62)

Como bancários e banqueiros não conseguiram chegar

a um acordo sobre os itens acima citados, cria-se um impasse nas negociações. Diante dessa situação o sindicato dos Bancos suscita ao Tribunal da Justiça do Trabalho o dissídio, procurando uma forma conciliatória judicial para a celebração do acordo salarial de 62. (O POVO, 4.10.62)

Com a aproximação das eleições estaduais⁵³ a liderança sindical bancária desvia suas atenções para o momento pré-eleitoral, face a candidatura de seu presidente a um cargo eletivo na municipalidade cearense. Todos os esforços são concentrados para aquele fato, impossibilitando, dessa forma, o andamento das negociações do acordo entre as partes em litígio.

Passada a fase eleitoral, o sindicato retoma os entendimentos na solução do dissídio causado em razão do não atendimento do reajustamento salarial proposto pela categoria.

Seguindo às diretrizes gerais de unificação da época da Campanha Salarial, formuladas pela CONTEC, a direção do sindicato se apressa em encontrar uma forma conciliatória para por fim ao litígio. Como na maioria dos estados os acordos firmados foram feitos na base de 60% de aumento e como os banqueiros seguindo essa diretriz também formulam, desde o início das conversações, sua proposta nesta base, o sindicato percebe que é inútil continuar lutando pelos 65%.

No dia 11 de outubro, seguindo as instruções da CONTEC para unificar a época da Campanha Salarial em todo o País, é assinado o acordo entre bancários e banqueiros. Faz parte do mesmo as seguintes cláusulas:

- 1ª) - aumento de 60%;
- 2ª) - comissão mínima de Cr\$ 2.500,00;
- 3ª) - aumento mínimo de Cr\$ 8.000,00 para a capital e Cr\$ 6.000,00 para o interior;
- 4ª) - quinquênio de Cr\$ 2.000,00;
- 5ª) - abono de 30% após seis meses, isto é, a par-

⁵³ Sobre este acontecimento ver tópico - As eleições de 1962 no Ceará.

tir de 63. (O POVO, 12.10.62)

Fazendo uma comparação entre a proposta inicial dos bancários e a do acordo homologado pela Justiça do Trabalho, vê-se que a forma conciliatória final não satisfez inteiramente aos apelos da categoria diante do constante aumento do custo de vida, argumentado por ela.

O acordo assim homologado satisfaz em parte a categoria, ao conseguir, pelo menos, manter o nível do salário real frente à espiral inflacionária crescente. Por isso o aumento conseguido representou somente a conservação dos padrões de vida e não uma real melhoria nas condições de vida da categoria. Outro item do acordo celebrado que fundamenta essa conclusão é o tocante à padronização do piso salarial, pleiteado pela categoria. Os bancários em sua proposta inicial e no decorrer de todo o desenvolvimento da campanha lutam por essa padronização, não conseguindo prevalecer seu ponto de vista no acordo. É a proposta dos banqueiros que prevalece em uma das cláusulas finais do dissídio. Ressalte-se também o impasse não resolvido sobre o item referente ao aumento salarial dos menores, também reivindicado no decorrer da luta.

Não obstante tais aspectos, a ameaça de greve decretada pela categoria atinge a indiferença dos banqueiros. O poder de barganha e organização, juntamente com a experiência adquirida nos eventos anteriores aumentou o poder de pressão da categoria, dando maior força e unidade aos bancários nessa campanha salarial.

A greve como um dos melhores mecanismos de pressão na luta entre o capital e o trabalho já é enfatizado por SOUZA, discutindo as mobilizações dos ferroviários cearenses: "O apelo a greve, pressupondo organização e unidade, taticamente preparado, é historicamente conhecido como o mais operativo para encaminhar resoluções de conflitos entre o capital e o trabalho". (SOUZA, 1979:123)

As eleições de 1962 no Ceará

A ascensão que o movimento sindical nacionalista experimentava desde o início de 60 deve-se muito às crises políticas por que passavam as instâncias federais do poder no país. A resistência das Forças Armadas às manobras golpistas da extrema direita em diversas ocasiões, estimulava às mobilizações da classe trabalhadora.

É neste contexto de convulsão político-social que a liderança sindical nacionalista é levada a estabelecer aliança com líderes e partidos populistas, tendo em vista o fortalecimento do Estado nacionalista em gestação.

No Ceará, a concepção desse objetivo passaria pelas mobilizações a favor da SUDENE e das Reformas de Bases, propostas no avanço das lutas populares de âmbito nacional. A liderança sindical nacionalista assumia essas bandeiras de lutas como representante dos interesses gerais da classe trabalhadora local, não obstante as divergências políticas internas entre as diversas facções ideológicas e as lutas intestinas entre o Pacto de Unidade Sindical e o Trabalhador Unido.

Apesar da lacuna existente entre a liderança sindical politizada e as bases, a formação do pacto representou uma ampliação do raio de intervenção dos sindicalistas nas questões políticas do Estado.

Esse raio de atuação será alargado por ocasião das eleições estaduais de 1962, na qual o Pacto participa através da candidatura de seu Presidente à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

SOUZA, estudando a conjuntura política cearense no período de 1961-1962, analisa a formação das duas principais frentes para a disputa das eleições estaduais de 1962. "Em 1961-1962, dá-se o rompimento entre Parsifal Barroso e Carlos Jereissati. Criado o PTN = Partido Trabalhista Nacional, estavam estabelecidas as condições atribuídas por Parsifal Barroso para dar um passo à frente, "casando" UDN-PSD... daí saiu a "União pelo Ceará"..."

"Articulado todo o esquema da "União pelo Ceará", Carlos Jereissati, que aspirava tornar-se senador, juntou o PTB com outros pequenos partidos e mais o Pacto de Unidade Sindical e a União Estadual dos Estudantes, juntamente com outros grupos, que em tal situação, apresentavam-se como não conservadores, tendo sido chamados de "progressistas". (SOUZA, 1979:195). Assim a autora situa em sua análise e formação da "Coligação Trabalhista".

A "União pelo Ceará" congregava em suas hostes os seguintes partidos: PSD - Partido Social Democrático; UDN - União Democrática Nacional; PTN⁵⁴ - Partido Trabalhista Nacional; PRT - Partido Rural Trabalhista, enquanto a Coligação Trabalhista reunia uma facção do PSD; PDC - Partido Democrático Cristão; PST - Partido Social Trabalhista; PSB - Partido Socialista Brasileiro; PR - Partido Republicano e PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. (SOUZA, 1979:192-197)

SOUZA enfatiza em suas análises da atuação da Coligação Trabalhista "as divergências partidárias, em virtude das posições político-ideológicas que a própria situação política do país e a pressão dos trabalhadores tratavam de encaminhar" (SOUZA, 1979:196). Essas discordâncias políticas no momento pré-eleitoral foram ressaltadas pelo presidente do Pacto em sua entrevista.

"Eu fui candidato exclusivamente pelo Partido Socialista. Todos os partidos nos negaram legenda, inclusive o PTB. O PTB desobedeceu até ordem da direção nacional para me dar legenda aqui, e o Partido se negou terminantemente. Só sobrou umas 48 horas antes das eleições e só tinha um partido sem candidato. Era o Partido Socialista. E assim mesmo o diretório local não queria dar a legenda. Dr. x mandou um emissário aqui para exigir que o diretório se manifestasse. Convocaram o diretório e por 16 votos contra 15 concedeu a legenda ao Pacto, que queria lançar um candidato independente de qualquer compromisso".

⁵⁴ O PTN - Partido Trabalhista Nacional foi criado por Parsifal Barroso ao romper com João Goulart. (Informação extraída de SOUZA, 1979; a principal fonte de dados para subsidiar o presente tópico.)

A preocupação de não ter compromisso partidário de vinculação pessoal era respaldada pela postura ideológica que eles defendiam.

"Nós queríamos fazer uma campanha livre de compromisso, tanto assim que antes de registrar como nós estávamos querendo uma legenda, o próprio PSD mandou nos oferecer a legenda. Eles deixariam de apoiar o Murilo Borges se nós oferecêssemos 6 secretarias da Prefeitura. Tinha 12 e eles queriam 6. E o emissário já respondeu dizendo que nós não daríamos nenhuma. Para não assumir compromisso com ninguém. E por isso quase que não concorriamos às eleições por falta de legenda".

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 1962*

I - Governo do Estado e Senado

Frentes	Cargo	Candidato	Partido	Resultado
União pelo Ceará	Governador	Virgílio Távora	UDN	Vitória
	Vice-Gov.	Joaquim de F. Correia	PSD	Vitória
	Senador	Wilson Gonçalves	PSD	Vitória
	Senador	Tancredo Halley de Alcântara	PTN	Derrota
Coligação Trabalhista	Governador	Adahil Barreto	PTB	Derrota
	Vice-Gov.	Fausto Cabral	PTB	Derrota
	Senador	Carlos Jereissati	PTB	Vitória
	Senador	Olavo Oliveira	PSP	Derrota

* Fonte: SOUZA, 1979:195.

II - Para Prefeitura Municipal de Fortaleza**

Murilo Borges (PL)	34.328 votos
Péricles Moreira da Rocha (PR)	33.022 votos
José de Moura Belezá (PSB)	29.424 votos
José Cláudio de Oliveira (PSD)	4.079 votos
Esmerino Arruda (PTN)	3.123 votos

** Fonte: SOUZA, 1979:195

Pelos dados apresentados vê-se que o resultado das eleições favoreceu os candidatos da "União pelo Ceará" no âmbito das instâncias do poder estadual. Por outro lado a "Coligação Trabalhista" obteve maioria na Câmara Municipal com 20 cadeiras, ao passo que a "União" ficou com 16. Entre os vereadores eleitos pela Coligação três eram bancários e um da UEE - União Estadual dos Estudantes, que ocupava à época a presidência da entidade. (O POVO, 29.10.62).

O resultado das eleições locais constituiu-se, assim, um dos pontos de apoio da oposição civil e militar a Goulart, e aos setores do movimento operário que o apoiavam, tal como os sindicalistas nacionalistas. A partir de 63 as mobilizações e as greves políticas não tiveram mais a aquiescência das instâncias governamentais e militares, alterando "as relações entre o governo do Estado e os sindicatos, gerando conflitos que iniciam por colocar maior distância entre os políticos e sindicatos" (SOUZA, 1979:198). Fortalecendo a oposição a Goulart, pretendiam assim intimidar os setores militares nacionalistas e as esquerdas, afastando-os, depois, do presidente. É o que verificou-se a partir das mobilizações em torno do plebiscito, no início de 63, indo até março de 1964.

A partir das eleições de 62, além dos aspectos acima configurados na conjuntura local, começam a deteriorar-se e derruir as alianças entre os sindicalistas nacionalistas e o sistema político-institucional.

3.4.5 - Luta do movimento sindical nacionalista por sua emancipação

A campanha em torno do Plebiscito Popular

O Pacto de Unidade Sindical comandando a campanha em favor do Presidencialismo convida o Presidente da República para visitar o Ceará com o objetivo de ocupar espaços no sistema de relações de força que se delineava em to-

dos os níveis. Nesse sentido organiza um programa de atividades, no qual estava previsto um encontro do Presidente com a liderança sindical. Nesse encontro seria apresentado um programa apontado como o conjunto de soluções para os problemas dos trabalhadores e outros de caráter mais geral.

Ampliando o raio de mobilização no decorrer da Campanha, o Pacto realiza uma concentração na Praça José de Alencar com o apoio de entidades estudantis e políticas, convocando os trabalhadores a participar do pleito popular "votando por um dos dois sistemas, a fim de fortalecer o regime democrático e evitar possíveis conturbações que surgirão, caso seja elevado o número de abstenções". Toda a preocupação da entidade era a de "levar os sindicatos de trabalhadores a uma ampla cobertura em favor da participação no Plebiscito". (O POVO, 3.1.63)

O sindicato dos bancários participa ativamente através de sua diretoria, na mobilização a favor do Plebiscito conclamando seus associados a comparecerem às urnas e votarem **não** ao Parlamentarismo. (O POVO, 5.1.63)

A visita do Presidente da República ao Ceará às vésperas do Plebiscito, demorou apenas 4 horas, restringindo-se, apenas, a cumprir o programa oficial elaborado pelo governo estadual, não se concretizando assim as intenções do Pacto de uma articulação pessoal com o Presidente. A interferência do governo do Estado nas pretensões da liderança sindical indica uma ação de desestabilização do governo João Goulart efetivado pelas elites políticas conservadoras locais, aliadas às forças retrógradas nacionais e ao capital estrangeiro. O cerco estava se fechando contendo o movimento sindical longe da influência de Jango, isolando-o, assim, do sistema de forças em que se apoiava para levar seu projeto reformista à frente.

Não obstante as manobras do Governo estadual e do Trabalhador Unido contrários às mobilizações do Pacto, o resultado do pleito popular foi favorável ao retorno do regime presidencialista, devolvendo os plenos poderes presidenciais a Jango. Dos 159.001 votantes do Estado, 92.129 opta-

ram pelo **não** ao parlamentarismo (SOUZA, 1979:234). A vitória deu lugar à intensa movimentação do CGT e outras entidades nacionalistas que se tornaram ardorosas defensoras das Reformas de Base.

Luta dos bancários pela extinção do trabalho aos sábados e pelo pagamento da gratificação anual

A jornada semanal de trabalho dos bancários compreendia 33 horas, das quais três durante o sábado.

No sentido de eliminar o trabalho aos sábados, o Sindicato dos Bancários celebra em meados de 62 um acordo experimental com os banqueiros, mediante o qual o expediente de segunda a sexta-feira foi acrescido de mais meia hora.

Com o advento da Lei nº 4.178, de 11 de dezembro de 1962, que extinguiu o trabalho aos sábados, a CONTEC inicia a mobilização de toda a categoria, objetivando a revogação do acordo anteriormente firmado, apoiando-se nos ditames da Lei.

Os bancários cariocas, no dia 11 de janeiro de 63, declaram-se em greve. O movimento paredista opunha-se: 1) à tentativa dos banqueiros de impor a jornada de trabalho semanal de 33 horas para a categoria, com base no artigo 224 da CLT, o que contrariava a Lei nº 4.178 que extinguiu o trabalho aos sábados;

2) à extinção da gratificação anual, pelos banqueiros, sob a alegativa do pagamento do 13º mês de salário, estabelecido pela Lei nº 4.090, de autoria do senador Sérgio Marinho, em meados de 1962.

O Sindicato dos Bancários local, juntamente com os de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, ameaçam deflagrar greve, endossando as reivindicações dos bancários do Rio de Janeiro.

No desenrolar dos entendimentos entre as partes em litígio, os bancários ampliam seu leque de reivindicações com a bandeira de luta pela Reforma Bancária.

No plano local, por não se ter chegado a um acordo sobre o pagamento da gratificação, o Sindicato dos Bancos de Fortaleza suscita dissídio ao Tribunal Regional do Trabalho, para decidir sobre a obrigatoriedade ou não do pagamento da gratificação, além do 13º mês de salário.

No final de janeiro de 63 o Tribunal da Guanabara apresenta uma proposta conciliatória determinando o pagamento imediato da gratificação, até o resultado do dissídio quando seria interpretado o texto da Lei 4.090 e sua regulamentação. (O POVO, 27.1.84) Quanto à primeira reivindicação, foi atrelada às demais bandeiras de luta no decorrer do ano de 1963.

No dia 15 de fevereiro de 1963, o Tribunal do Ceará homologa o acordo, a favor dos bancários. Não obstante essa decisão, os bancos mineiros com agências em Fortaleza e as cooperativas locais resistem em cumprir a determinação judicial. O sindicato dos bancários ameaça deflagrar greve dando um prazo de 48 horas para realizarem o pagamento. Concomitantemente o Governo do Estado interfere tentando resolver o litígio: "O Governador do Estado esteve em ligação telefônica com os dirigentes dos Bancos em Belo Horizonte, solicitando que fosse autorizado o pagamento das gratificações, a fim de ser evitada a greve". (O POVO, 20.2.63). Reuniu-se também com os diretores de cooperativas locais com o mesmo objetivo.

No final de março de 63 foi encerrada a luta pelo pagamento das gratificações, por parte dos bancos mineiros e cooperativas locais, independente do pagamento do 13º mês de salário, também efetivado.

A intermediação do Estado na resolução do impasse, demonstrou a preocupação do Governo de conter o movimento bancário evitando a expansão da crise econômica em gestação no setor têxtil, acentuada com a deflagração da greve dos operários desse setor no início de março de 63⁵⁵. A catego-

⁵⁵ A greve dos têxteis teve início no dia 13 de março, pegando os empresários de surpresa. Sobre o movimento ver (SOUZA, 1979: 241/6).

ria reivindicava 70% de aumento, ao invés de 40% previsto pelo Plano Trienal⁵⁶. Pleiteava também a regulamentação da jornada de trabalho em oito horas.

Os bancários engajam-se com o Pacto nas mobilizações de apoio e de solidariedade à greve dos têxteis. O Pacto lança a ameaça de greve geral caso não fossem atendidas as reivindicações dos operários do setor têxtil dentro de 8 dias e prosseguissem as violências policiais contra os grevistas. O movimento iniciaria com a adesão dos ferroviários, depois dos bancários, portuários, estivadores, expandindo-se gradativamente às demais categorias aliadas ao Pacto. (O POVO, 26.3.63)

O sindicato participa também de passeatas e comícios de protestos contra o custo de vida; de movimentos de pressão ao Governo Federal pela realização das Reformas de Bases e de denúncia ao Plano Trienal afirmando que "o mesmo institui uma política financeira que impõe maiores sacrifícios às massas consumidoras e deixa intactos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, as vultosas subvenções dos latifundiários e exportadores de café, as grandes rendas de grupos econômicos". (O POVO, 10.2.63)

Luta pelas Reformas de Base

O Plano Trienal elaborado por Celso Furtado para combater os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro e ao processo inflacionário ascendente, absorvia algumas das reformas exigidas pelo CGT por ocasião das greves políticas de 1962 e do IV Encontro Sindical Nacional⁵⁷. Não obstante atender parte daquelas reivindicações, o Plano apresentava uma série de restrições, exigindo austeridades e sacrifícios dos diversos setores da sociedade brasileira, principalmente dos assalariados.

⁵⁶ O Plano Trienal será discutido no tópico seguinte "Luta pelas Reformas de Base".

⁵⁷ Sobre esse Encontro ver p. 115 do presente trabalho.

As mudanças estruturais que o Plano pretendia implementar foram apresentadas em dois grupos: aquelas que diziam "respeito à racionalização da ação do governo, entre as quais destacaríamos a reforma administrativa e a bancária". E aquelas que se referiam "à eliminação dos entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção, entre as quais sobressaíam-se a fiscal e a agrária". (O POVO, 4.1.63)

A crise econômico-social aprofundava-se com a oposição geral da sociedade ao Plano no início de 1963. A liderança sindical nacionalista local posiciona-se sobre o mesmo. "A execução do Plano Trienal exigirá uma alta quota de sacrifício para os trabalhadores, deixando as classes privilegiadas isentas de qualquer contribuição para a recuperação econômica do país. Trata-se do prosseguimento de uma política que vem sendo praticada arbitrariamente em prejuízo dos menos favorecidos". (O POVO, 10.2.63)

A oposição conservadora ampliava a campanha contra a execução do Plano. Na Assembléia Legislativa, na imprensa, nas associações patronais fazia-se uma objeção sistemática e alarmista, com o fim de desestabilizar o Governo. "As associações rurais e comerciais se erigiram contra o anteprojeto de reforma agrária, que tramitava no Congresso". (BANDEIRA, 1978:98). As chamadas classes produtoras do Ceará se posicionaram contra o Plano, "principalmente nos pontos referentes a redução de empréstimos e financiamentos para o desenvolvimento da indústria e da agricultura". (POVO, 10.2.63)

A crise econômico-social aprofundava-se no redemoinho do processo inflacionário, cristalizando-se numa série de crises políticas que corroía o poder e o prestígio de Jango. O cerco ao Plano Trienal se fazia tanto pela direita quanto pela esquerda, forçando o Presidente a abandoná-lo de modo definitivo em junho de 1963.

No início de maio de 63, uma caravana do CGT vai à Brasília pressionar o Congresso Nacional pela votação das Reformas de Bases e apresentar um programa reivindicativo

de interesse dos trabalhadores. Ameaçam decretar uma greve geral de apoio às Reformas de Base e pelo atendimento da reivindicação de 70% de aumento exigido pelos funcionários públicos civis e militares. Davam o prazo até o final de maio para o Governo atendê-los. Se até lá o Governo não respondesse de modo satisfatório às suas reivindicações acionariam o dispositivo sindical de greve geral.

Os bancários cearenses no dia 24 de maio de 63, em assembléia geral, acatam a posição do CGT. "Mais de quatrocentos bancários compareceram à assembléia, falando, vários oradores, apoiando a liderança do CGT, quanto a greve programada para os próximos dias, com o fim de pressionar as autoridades e o Congresso para a urgente votação das Reformas de Base em debate no Congresso, como também à conquista de direitos reclamados pelos trabalhadores, tais como o salário família⁵⁸, a reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas⁵⁹ e outros". (O POVO, 25 e 26.5.63)

No dia 3 de junho o Pacto toma providências na organização e direção da greve geral, escolhendo os membros que comporiam o Comando Central e organizando as diversas comissões encarregadas da divulgação e manutenção da greve geral a ser acionada a qualquer momento pelo CGT.

A crise política neste ínterim com a renúncia de San Tiago Dantas e Celso Furtado de seus postos no aparelho do Estado, leva o CGT a esvaziar a ameaça de greve geral.

⁵⁸ O Projeto Lei nº 3.628 de 1961, de autoria do ex-Ministro Franco Montoro estabelecia o salário-família ao trabalhador conforme o seu artigo 1º. "O salário-família instituído por lei, será devido pelas empresas vinculadas à Previdência Social a todo o trabalhador, como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração, e na proporção do respectivo número de filhos". A retomada da luta por essa conquista foi encabeçada em Fortaleza pela Federação dos Círculos Operários de Fortaleza. O Pacto alia-se à Federação nessa campanha. (O POVO, 28.2.63)

⁵⁹ O Projeto de reformulação da Consolidação das Leis do Trabalho previa uma nova estrutura orgânica para os sindicatos. Desapareceria a tradicional hierarquia de funções administrativa como presidente, secretário, tesoureiro etc., transformando-se em departamento ou comitês que, de modo coletivo, dirigiriam os sindicatos. Os defensores dessa transformação argumentavam a seu favor o desaparecimento definitivo da figura do pelego sindical, o dirigente que permanecia no cargo aproveitando-se de certas regalias, isolava-se dos demais membros da diretoria e da base. (O POVO, 20.2.63)

As pressões sindicais e populares sobre o Congresso Nacional para a aprovação das Reformas de Base, principalmente a agrária, prosseguiram nos meses seguintes, desaguando no célebre comício de 13 de março de 1964, onde o Presidente João Goulart anuncia as reformas que remeteria ao Congresso para sua aprovação. Elas foram assim sintetizadas:

- Reforma agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro.
- Reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré, segundo a doutrina de que "os alistáveis devem ser elegíveis".
- Reforma universitária, assegurando plena liberdade e abolindo a vitaliciedade de cátedra.
- Reforma da Constituição para delegação de poderes ao Presidente da República.
- Consulta à vontade popular, através de plebiscitos, para o referendun das reformas da base. (BANDEIRA, 1978:164)

O tema central do comício era as reformas. Além de las Goulart anunciou uma série de medidas que seriam adotadas através de decretos "como a encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos". (BANDEIRA, 1978:163)

Goulart encerrou seu discurso afirmando sua disposição de concretizar as Reformas de Base: "O Governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto ao analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil". (JORNAL DO BRASIL, 14.3.64:3)⁶⁰

⁶⁰ Íntegra do discurso publicado pelo Jornal do Brasil.

Luta pela criação da Confederação Geral dos Trabalhadores

No início de 1963, o sindicato dos bancários visando à organização e unificação nacional do movimento sindical, segundo a orientação do CGT⁶¹, propõe o desmembramento da Federação dos Bancários do Norte e Nordeste, sediada em Recife, em duas federações. A proposta formulada era a seguinte: um órgão reuniria os sindicatos dos bancários da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, cuja sede seria na capital pernambucana. A outra federação congregaria os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas com sua entidade sediada em Fortaleza. (O POVO, 21.1.63)

Preenchendo todos os espaços legais, o CGT pretendia, posteriormente, pressionar o Governo Federal para a criação de um organismo de cúpula que congregasse todos os trabalhadores brasileiros em uma só entidade, a Confederação Geral dos Trabalhadores, institucinalizando assim o já existente Comando Geral dos Trabalhadores.

O então Ministro do Trabalho, Almino Afonso, procurando atender às exigências e pressões do CGT pela realização das Reformas de Base, baixa uma portaria no início de 1963, permitindo a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores e revogando, ao mesmo tempo, a de nº 129, de 23 de setembro de 1954, que considerava ilegais as associações que exerciam atividades atribuídas às entidades sindicais.

Com aquela portaria alterou-se temporariamente a estrutura sindical brasileira, que não permitia, como ainda hoje não permite, a existência de um órgão de cúpula que unifique e dirija oficialmente todos os trabalhadores.

Rebatendo todos os esforços e pressões do CGT o Movimento Renovador Sindical divulga um manifesto opondo-se a essa tentativa e concitando os trabalhadores a se mante-

⁶¹ O CGT orientava a ocupação de todos os espaços organizacionais previstos pela CLT, aumentando assim o número de entidades legais nas pressões para seu reconhecimento e posterior institucionalização como órgão de cúpula máxima dos trabalhadores brasileiros.

rem vigilantes contra as investidas do CGT.⁶²

Contra a participação do CGT e de outras entidades populares no processo político aliam-se as mais diversas facções das classes dominantes. A "hostilidade contra o movimento sindical, sobretudo contra sua participação na política, aumentava nas Forças Armadas... As associações rurais e comerciais, as confederações das indústrias, enfim, todas as entidades patronais podiam expressar-se, livremente, inclusive insuflar a guerra civil e a deposição do Governo, sem qualquer constrangimento. Os sindicatos dos trabalhadores, não. O proletariado não tinha o direito de participar na política, pois as classes dominantes julgavam que somente elas deviam influir nas decisões de seu Estado. A democracia não podia ser tão democrática assim. Seria comunismo. A legalidade, subversão. Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam a burguesia. O CGT, as Ligas Camponesas e outras organizações de massa, por mais débeis que fossem, eram como espectros que lhe tiravam o sono". (BANDEIRA, 1978:120/1).

O acirramento da crise brasileira evoluía, assim, para um impasse total, tanto em conseqüência da dinâmica interna da luta de classe, quanto do confronto cada vez mais aberto com as forças imperialistas, que se opunham às Reformas de Base.

Nessa conjuntura de agonia do regime populista e retração da burguesia nacional, na aliança Estado populista-sindicalismo populista-burguesia-nacional, não se deu por incapacidade dessa última de assumir o ônus econômico de que nos fala WEFFORT, mas por perceber que o capital estrangeiro representava uma ameaça menor ao seu "status quo" que seus aliados internos com seu projeto reformista.

O CGT acelerando o processo de sua institucionalização divulga o Programa de Ação, que deveria ser realizado, logo após seu reconhecimento. Este foi sintetizado nos seguintes pontos:

⁶² Sobre o manifesto divulgado, veja trechos do mesmo na pág. 91, do presente trabalho.

1. semana de 5 dias de trabalho;
2. período de 30 dias de férias;
3. estabilidade aos 5 anos de serviço;
4. licença-prêmio de 6 meses aos 10 anos de trabalho;
5. direito à família do trabalhador que morrer, à metade da indenização a que teria direito em vida;
6. aposentadoria por velhice, aos 55 anos para homens e aos 50 para mulheres;
7. inclusão, dentre os dependentes do trabalhador, da companheira ou concubina;
8. aposentadoria para os desempregados;
9. salário-família, inclusive para os aposentados.
(O POVO, 16.4.1963)

Com o golpe o CGT não foi institucionalizado e, conseqüentemente, seu programa de ação com uma série de melhorias para os trabalhadores não foi concretizado, embora alguns itens tenham sido posteriormente concedidos pelo governo pós-64.

A proposta de desmembramento da Federação Norte e Nordeste dos Bancários em duas entidades foi também desativada com a intervenção no Sindicato dos Bancários no dia 8 de abril de 1964.

NOTAS FINAIS

O objetivo principal do trabalho foi reconstituir a busca da autonomia sindical através da análise da prática desenvolvida pelo sindicalismo bancário cearense no período 1955-1964. Simultaneamente a esta reconstituição ressaltamos aspectos contraditórios desta procura, que se configurava em negar uma relação de dependência ao Estado numa conjuntura na qual esta relação estava atrelada à aliança política entre a corrente sindical nacionalista e facções da burguesia nacional.

O que faremos, pois, é tão somente suscitar algumas questões sobre a trilha percorrida nesta busca, já que ao longo do trabalho, além de levantar informações sobre as bandeiras de luta da entidade em cada conjuntura concreta, analisamos o significado de cada mobilização, permeando, assim, o estudo, de conclusões parciais.

Tomando-se o conjunto de fatores que contribuíram para a emergência de uma oposição sindical, transformando a vida da entidade e oferecendo cursos alternativos de ação, podemos concluir que este surgimento foi determinado muito mais pelo próprio momento político nacional do que por uma proposta política definida pela corrente nacionalista, visando uma transformação revolucionária da estrutura econômico-social vigente.

A emergência da ideologia nacional-desenvolvimentista traz à tona a discussão de temas que perpassam as diversas facções políticas que lutavam no Pacto Populista pela emancipação da economia nacional. Para a concretização deste objetivo formam-se alianças com a liderança sindical nacionalista, propondo reformas estruturais em troca de apoio ao "Estado Nacional" em gestação.

A elevada capacidade de reivindicação da categoria, a politização crescente de sua ação reivindicativa, expressa

pela participação nas mobilizações de temas políticos mais gerais suscitados pelo CGT e outros setores civis da sociedade, e o engajamento do sindicato na luta pela unificação e fortalecimento do movimento sindical, foram os indicadores da busca da autonomia identificados na reconstituição histórica da atuação do Sindicato dos Bancários no Ceará, especificamente na fase que tem início em 1959, quando a corrente nacionalista assume a direção da entidade.

O dinamismo da categoria manifestou-se ao longo de sua participação nos movimentos da classe trabalhadora em geral, e de sua categoria de modo particular. Mobilizações em defesa de interesses dos bancários, destacando-se a elevação do nível de lutas e conquistas da categoria no período e mobilizações mais abrangentes, coordenadas pelo Pacto de Unida de Sindical centradas em pressões por reformas estruturais ou "de base".

À proporção que o CGT avançava com suas bandeiras de reformas nos Encontros Sindicais Nacionais, fortalecia-se no meio sindical, a concepção de que as conquistas por melhores condições de vida e de trabalho para a classe trabalhadora, ligavam-se ao crescente poder de barganha da corrente nacionalista no âmbito do Estado. A análise dos pronunciamentos desta corrente, a partir de 1962, revela que as reivindicações econômicas eram colocadas em segundo plano em relação às de cunho mais político, não obstante as primeiras tivessem de ser enfatizadas como tática para garantir o apoio das bases, e a ampliação do raio de poder das próprias lideranças.

Num contexto de crise da conjuntura populista, o movimento sindical nacionalista é chamado a participar e ampliar as bases de sustentação do Estado e ao seu projeto de reformas, em troca de uma maior participação e influência nas grandes decisões políticas que reforçassem a opção de um desenvolvimento de cunho nacionalista.

O atrelamento sindical ao programa de reformas proposto pelo Estado, constitui um dos limites na busca de autonomia, demonstrando assim a ausência de uma perspectiva

histórica definida para o movimento sindical, capaz de transformar o sindicato num órgão de classe independente. Isso nos leva a inferir que as questões em torno da liberdade e autonomia sindical à época estudada, surgiam de forma dispersa e segundo o momento político e não como resultado de uma proposta política clara.

O projeto de "autonomia sindical" encabeçado pela corrente nacionalista, tanto a nível nacional, pela simbiose entre o CGT e o Governo Goulart, como a nível local pelas articulações com os órgãos previdenciários e trabalhistas, é marcado pela ambiguidade. Parte-se do pressuposto que a autonomia da classe trabalhadora equivale a autonomia da nação, e que ambas só podem ser conquistadas através de reforma do Estado, que se torna, ele próprio, o núcleo gerador da ideologia e Pacto Nacionalista.

As mobilizações populares de apoio ao projeto de desenvolvimento nacionalista tinham assim a aquiescência do governo, que acreditava poder mantê-las sob controle. Entretanto como ressalta SOARES os "limites e o alcance da "aliança popular", da mesma forma que do "pacto populista", ligavam-se de um lado, à "mobilização controlada" da classe operária, e, de outro, ao consentimento de setores do bloco dominante. A extrapolação destes horizontes para a construção de um esquema hegemônico alternativo teria que se dar portanto, pelo rompimento dos liames deste duplo condicionamento, perspectiva que não constava do projeto das direções nacionalistas ou comunistas". (SOARES, 1982:134)

A crescente influência da liderança sindical nacionalista das decisões políticas do Estado¹ e a tentativa de participar no sistema de poder institucional através da ocupa-

¹ Foram as seguintes as vitórias consignadas nas greves políticas de 1962:

- 1) regulamentação do art. 34 do Plano Piloto da SUDENE, após o fim da greve de equiparação dos funcionários do Banco do Nordeste aos do Banco do Brasil;
- 2) greve política de 5 de julho de 1962:
 - formação e posse de um gabinete nacionalista que apoiasse o programa de reformas proposto pelo CGT;
 - escolha de Hermes de Lima para Ministro do Trabalho, por ser favorá-

ção do cargo da municipalidade cearense em 1962, aumentou por um lado, o poder de barganha da liderança sindical nas reivindicações da categoria mas, por outro lado, acirrou os antagonismos de classes, expressos na oposição civil e militar a João Goulart e à liderança sindical que apoiava o programa de desenvolvimento nacionalista defendido pelo Presidente.

A vitória de Virgílio Távora ao Governo do Estado e a de Murilo Borges a Prefeitura de Fortaleza, em 1962, fortalece a corrente de adversários - compactuados na "União pelo Ceará" - das greves em geral e de João Goulart em particular. Para consolidar essa ação contrária empenham seus esforços na construção de uma reação na opinião pública contra o CGT e as greves, constituindo-se, assim, mais um entrava ao projeto nacionalista.

A ascensão da corrente se dá portanto, em meio às crises que permeiam o final do regime populista, que passa a ter contra si facções das classes dominantes, tanto de âmbito local como nacional que, naquele momento, jogavam na organização e estruturação de outro pacto político, sob a hegemonia do capital estrangeiro associado com a burguesia nacional e sustentado no sentimento anti-reformista e conservador de parte das Forças Armadas, demonstrando, assim, que o sistema político institucional não era um todo monolítico, mas, cindia-se em composições políticas antagônicas que lutavam entre si pelo controle da máquina estatal.

Quando a partir de 63 as greves extrapolam os limites fixados pelo próprio Estado alteram-se as suas relações com as lideranças sindicais que passam a sofrer repressões configurando-se assim, a corrosão do pacto entre o Governo Goulart e o movimento sindical.

-
- vel às reivindicações da corrente nacionalista;
 - assinatura do Decreto-lei nº 4.090 que instituiu o décimo terceiro (13º) mês de salário;
 - 3) greve política de 15 de setembro de 1962:
 - imposição ao Conselho de Ministro a data do Plebiscito para o retorno ao regime presidencialista;
 - o direito de organizar sindicatos de trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBUQUERQUE, J.A.G. (coord.) - Classes médias e política no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
2. ALEXANDER, Robert J. - A organização do trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
3. AMORA, Zenilde Baima - As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste. São Paulo, 1978. (Dissertação de Mestrado, USP)
4. BANDEIRA, Moniz - O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
5. BAUSBAUM, Leôncio - História sincera da República (1930 a 1960). São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
6. _____ - História sincera da República (1961 a 1967). São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
7. BASTOS, Tocary Assis - Anotações sobre a greve dos bancários em Minas. Rev. Bras. de Estudos Políticos. Belo Horizonte, (14):111-128, fev. 1962.
8. BNB. CERBE - Da necessidade e possibilidade da equiparação BNB/BB. Fortaleza, 1959.
9. BNB - Origens I. Fortaleza, 1958.
10. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita - O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política, 1956-1961. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
11. BRAVERMAN, Harry - Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
12. CAMARGO, Aspásia Alcântara de - Autoritarismo e Populismo. Bipolaridade no Sistema Político Brasileiro. Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, (12):22-45.
13. CANEDO, Letícia Bicalho - O sindicalismo bancário em São Paulo no período de 1923-1944: seu significado político. São Paulo, Símbolo, 1978.

14. CARVALHO, Abdias V. de - Crise política e transformação do Estado: algumas reflexões sobre o Estado brasileiro (1930-1945). Brasília, UNB, 1978. (Série Sociológica, 13) mimeografado.
15. COHN, Amélia - Crise regional e planejamento. (O processo de criação da SUDENE). São Paulo, Perspectiva, 1976.
16. DIAS, Everardo - História das lutas sociais do Brasil. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1977 (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, Série J, História, 14).
17. ENGELS, F. - Sobre o sindicalismo. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1974.
18. ERICKSON, Keneth P. - Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979.
19. FAUSTO, Boris - A revolução de 1930 - Historiografia e História. São Paulo, Brasiliense, 1976.
20. FÜCHTNER, Hans - Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
21. GTDN - Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro, Deptº de Imprensa Nacional, 1959.
22. IANNI, Octávio - A formação do Estado populista na América Latina. Rio, Civilização Brasileira, 1975a.
23. _____ - O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975b.
24. _____ - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
25. Jornal "O Povo" anos 1933 e 1954-1964. Fortaleza.
26. Jornal "UNITÁRIO" anos 1960-1964 e 1978. Fortaleza.
27. LESSA, Carlos - Quinze anos de política econômica. Campinas, UNICAMP, 1975. (Cadernos, 4)
28. LOYOLA, Maria A. - Os sindicatos e o PTB (Estudo de um caso de Minas Gerais). Petrópolis, Vozes, 1980.
29. MALLOY, James M. - A política de Previdência Social no Brasil: Participação e Paternalismo. Dados - Revista

- de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, (13):93-115, 1976.
30. MARTINS, Heloísa de S. - O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil. São Paulo, HUCITEC, 1979.
 31. MORAIS FILHO, Evaristo - O problema do sindicato único no Brasil (seus fundamentos sociológicos). 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
 32. OLIVEIRA, Francisco de - A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP. São Paulo, (2):3-82, out./nov./dez. 1972.
 33. _____ - Elegia para uma re(li)gião: SUDENE Nordeste Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977a.
 34. _____ - A economia de dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977b.
 35. _____ - Problemas teóricos da divisão social do trabalho. Estudos CEBRAP. São Paulo, (24):139-168.
 36. O PODER, Sindical - Escrita, 2(4), 1978.
 37. ROBOCK, Stefan - Desenvolvimento econômico regional. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
 38. RODRIGUES, Leôncio Martins (org.) - Sindicalismo e Sociedade. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
 39. RODRIGUES, Leôncio Martins e MUNHOZ, Fábio A. Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. Estudos CEBRAP. São Paulo, (7):153-171, jan./fev./mar., 1974.
 40. ROWLAND, Robert - Classe operária e Estado de compromisso (origens estruturais da legislação trabalhista e sindical). Estudos CEBRAP. São Paulo, (8):7-40, abr./mai./jun. 1974.
 41. SÁ JÚNIOR, Francisco - O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. In: Questionando a economia brasileira. 2ª ed., Rio de Janeiro, Brasiliense, 1976. (Seleções CEBRAP, 1).
 42. SAES, Décio - Tendências do sindicalismo de classe média no Brasil, 1930-1964. In: Trabalhadores, Sindicatos e Política. São Paulo, Coleção Cultura e Política. CEDEC/GLOBAL, s.d.

43. SKIDMORE, Thomas - Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
44. SOARES, José Arlindo - Nacionalismo e crise social: o caso da frente de Recife (1955-1964). Recife, 1981.
45. _____ - A frente do Recife e o Governo do Arraes, nacionalismo em crise - 1955/1964. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
46. SOUZA, M^a A.A. - Estado e movimento operário: sindicalismo ferroviário no Ceará (1961-1964). Tese de mestrado à UFB, Brasília, (mimeografado), 1979.
47. SOUSA, M^a do Carmo Campello de - Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Alfa-Omega, 1981.
48. TAVARES, M^a da Conceição - Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
49. TROYANO, Annez Andraus - Estado e sindicalismo. São Paulo, Símbolo, 1978.
50. VIANA, Luiz Werneck - Estudos sobre sindicalismo e movimentos operários: Resenha de algumas tendências. Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, (3):9-24, 1978.
51. _____ - Liberalismo e Sindicato no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
52. WEFFORT, Francisco C. de - O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978a.
53. _____ - Os sindicatos na Política (Brasil: 1945-1964). Rio de Janeiro, s.d. (Ensaio de Opinião, 7)
54. _____ - Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). Estudos CEBRAP. São Paulo, (4):67-105, abr./mai./jun. 1973.
55. _____ - Sindicato e Política. São Paulo, USP, s.d. (Tese apresentada para concurso de Livre Docência).
56. VILLALOBOS, andré - Nota sobre "trabalhos produtivo/trabalho improdutivo" e classes sociais. In: Classes sociais e trabalho produtivo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

QUADRO 1

BNDE — APLICAÇÃO DE RECURSOS — Operações em moeda nacional

SETORES	ATÉ 1956	1957	Colaboração Financeiras Autorizada - 1952/62				1962	TOTAL 1952/62	%
			1958	1959	1960	1961			
TRANSPORTE	10.247,7	1.629,6	530,0	1.925,6	646,7	222,0	—	15.201,60	15,3
Ferrovias	10.027,2	1.540,2	—	1.658,6	626,7	222,0	—	14.074,7	14,1
Navegação, Portos, Dragagem	144,5	89,4	330,0	267,0	20,0	—	—	850,9	0,9
Outros meios de transporte	76,0	—	200,0	—	—	—	—	276,0	0,3
ENERGIA ELÉTRICA	3.050,7	4.668,1	5.548,8	3.583,9	1.366,6	15.703,8	10.706,1	44.628,0	44,9
Indústrias Básicas	1.598,6	1.838,9	5.679,7	4.339,0	11.482,6	7.175,7	3.728,8	35.853,3	36,2
Metalurgia	147,3	1.040,0	4.419,1	1.592,9	11.080,0	6.390,7	762,8	25.432,8	25,6
Siderurgia	93,0	590,0	4.039,0	1.409,2	11.040,0	6.128,0	762,8	24.062,0	24,2
Metalurgia dos não-ferrosos	12,3	450,0	249,3	13,0	—	262,7	—	987,3	1,0
Metalúrgicas diversas	42,0	—	130,8	170,7	40,0	—	—	383,5	0,4
Mecânica	15,0	25,0	222,8	47,0	—	82,0	36,0	427,8	0,4
Material ferroviário	50,0	—	47,0	91,8	60,0	—	—	248,8	0,3
Automobilística	194,3	187,7	421,8	1.106,6	156,0	—	—	2.066,4	2,1
Construção Naval	—	—	—	1.122,0	—	189,0	340,0	1.651,0	1,7
Material Elétrico	128,0	205,9	—	40,0	166,1	—	—	540,0	0,6
Celulose e Papel	66,7	150,0	354,0	277,1	—	84,0	—	931,8	0,9
Química	993,3	230,3	200,0	61,6	—	400,0	2.560,0	4.449,2	4,5
Outras	—	—	15,0	—	20,5	30,0	40,0	105,5	0,1
SETORES COMPLEMENTARES DA AGRO PECUÁRIA	483,9	309,1	483,2	184,0	59,1	771,0	1.328,0	3.618,3	3,6
Matadouros industriais	94,0	200,0	25,0	184,0	46,5	31,0	50,0	630,5	0,6
Armazéns de silos	299,0	109,1	458,2	—	12,6	340,0	942,0	2.160,9	2,2
Armazéns frigoríficos	90,9	—	—	—	—	400,0	336,0	829,9	0,8
TOTAL	15.380,9	8.445,7	12.241,7	10.032,5	23.555,0	23.872,5	15.772,9	99.301,2	100,0

Fonte: Relatório do BNDE

QUADRO II - LEVANTAMENTO DAS GREVES NACIONAIS OCORRIDAS ENTRE 1955 a 1964 QUE ENVOLVERAM O CEARÁ

PERÍODO 1955-1960

DATA		LOCAL	CATEGORIA	Nº DE EMPREG. E CATEG.	TIPO DE EMPRESA	OBJETIVOS	ORGANIZAÇÃO	MEDIACÃO	OCORRÊNCIA
INÍCIO	TÉRMINO								
06.06.57	n/consta	São Luiz - MA Fortaleza - CE	Teleg.	1	U.P.	aum. salarial	n/consta	n/consta	N/C
11.11.57	14.11.57	nacional	Aeroviário	CAT	privada	aum. salarial/ luta c/arestia	sindicato	M. Trab.	N/C
18.07.56	24.07.56	nacional	Aeroviários	geral	privada	aum. salarial	n/consta	n/consta	pol./pr.
21.09.56	25.09.56	nacional	Marítimos	categ.	U.P.	aum. salarial	Federação	M.T.	pol.
21.01.58	28.01.58	nacional	Marítimos	cat.	pública	cump. leis, acordos, portarias, circulares.	sindicato	M.T.	piq./pr. pol.
15.05.58	26.05.58	nacional	Telegrafistas Radiot./radio tel.	cat.	U;P.	aum. salarial	sindicato	políticos	N/C

PERÍODO 1961

DATA		LOCAL	CATEGORIA	Nº DE EMPREG. E CATEG.	TIPO DE EMPRESA	OBJETIVOS	ORGANIZAÇÃO	MEDIAÇÃO	OCORRÊNCIA
INÍCIO	TÉRMINO								
20.10.61	27.10.61	Fortaleza - CE	Bancária	todos	-	solidariedade aos companheiros do Sul e aum. salarial	sindicato	n/consta	piquete e passeatas
18.10.61	26.10.61	Rio de Janeiro	Bancária	todos	-	aum. salarial	sindicato	T.R.T.	manif.
20.10.61	27.10.61	São Paulo - SP	Bancária	2	pub./priv.	aum. salarial/ solidariedade	sindicato	n/consta	piquete/ concentração
19.10.61	n/consta	Vitória - ES	Bancária	todos	-	aum. salarial	sindicato	n/consta	piquete
20.10.61	26.10.61	J. Pessoa - PB	Bancária	todos	-	aum. salarial	sindicato	n/consta	passeata
24.10.61	n/consta	Santos/S. Vicente/Guarujá - SP	Bancária	todos	-	aum. salarial	sindicato	n/consta	passeata
22.10.61	26.10.61	Salvador - BA	Bancária	todos	-	aum. salarial	sindicato	J.T.	N/C
22.10.61	N/C	São Luiz - MA	Bancária	todos	-	aum. salarial	sindicato	n/consta	passeata
20.10.61	N/C	Recife - PE	Bancária	todos	-	aum. salarial	n/consta	T.R.T.	N/C
? .10.61	N/C	Aracaju - SE	Bancária	2	púb./priv.	aum. salarial	n/consta	n/consta	N/C
20.10.61	N/C	Curitiba - PR	Bancária	todos	-	aum. salarial	n/consta	T.R.T.	N/C
26.10.61	N/C	Campinas - SP	Bancária	1	pública	aum. salarial/ solidariedade	sindicato	n/consta	N/C
10.11.61	10.11.61	Fortaleza - CE	Coletiva	todas	U.P.	aum. tarifas	n/consta	n/consta	pr./pol.
N/C	14.11.61	Fortaleza - CE	Ferrovário	1	U.P.	subst. diretor	n/consta	n/consta	depr.

* Estendendo-se a várias cidades do interior, paralisando quase todos os estabelecimentos de crédito do Estado. Aderiram ao movimento as cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Limoeiro do Norte, Nova Russas, Itapipoca, Crateús e Senador Pompeu. Somente em Russas e Aracati funcionaram as agências do Banco do Brasil. (O POVO, 24.10.61)

PERÍODO 1962

DATA		LOCAL	CATEGORIA	Nº DE EMPREG. E CATEG.	TIPO DE EMPRESA	OBJETIVOS	ORGANIZAÇÃO	MEDIÇÃO	OCORRÊNCIA
INÍCIO	TÉRMINO								
02.06.62	16.06.62	Brasília - DF	Bancária	várias	pr./pub.	aum. salarial	sindicato	D.R.T.	pol./pr.
12.05.62	03.06.62	Natal/Interior -RN/Fort. - CE	Bancária	1	ec. mista	equip. sal. do BNB ao Banco do Brasil	sindicato	n/consta	piquete/ passeata
30.05.62	31.05.62	nacional	radiotel.	7	priv./ púb.	vantg. econom.	sindicato	Min. just.	n/consta
05.07.62	05.07.62	nacional	port./colet./ ferrov./pe- trol./gráfi- cos/bancários	-	U.P./ priv.	escolha Cons. Ministros Naciona- lista e Democráti- co e de apoio ao Pres. J. Goulart	CGT	n/consta	piquete pr. inq.
15.09.62	16.09.62	nacional	geral	várias catego- rias	publ./ pr. U.P.	luta p/realização do plebiscito	C.G.T./ CNTI	n/consta	piq./pr./ pol. (ex) CH
08.11.62	14.11.62	Porto Alegre Novo Hamburgo S. Leopoldo/ RS	Bancária	várias empresas	privada	aum. salarial	sindicato	n/consta	N/C
05.12.62	07.12.62	São Paulo/ Brasília/GB	Bancária	vários	pub./ priv.	Protesto contra as reformas bancária e tributária e modi- ficações na lei 4.090	CONTEC/ sindicato	n/consta	piquete/pol.
06.12.62	26.01.63	Fortaleza(amea- ça)	Bancária	vários	pub./priv.	aum. salarial/ volta ao escalon- amento hierár- quico	sindicato	Gov. Fed. e M.T.	Il./inq.
21.12.62		nacional	Marítimos	-	U.P.				

PERÍODO 1963

DATA		LOCAL	CATEGORIA	Nº DE EMPREG. E CATEG.	TIPO DE EMPRESA	OBJETIVOS	ORGANIZAÇÃO	MEDIÇÃO	OCORRÊNCIA
INÍCIO	TÉRMINO								
11.01.63	11.01.63	R.J./G.B.	Bancária	Cat.	privada	pagtº 13º salário	sindicato	n/consta	N/C
22.01.63	22.01.63	São Paulo	Bancária	várias	privada	13º sal./vant. econ.	sindicato	TRT	piq./pol.
N/C	04.02.63	Curitiba-PR	Bancária	várias	privada	aum. salarial	n/consta	TRT	N/C
05.02.63	N/C	Rio-GB	Bancária	1	privada	pagtº. gratif. anual	sindicato	n/consta	N/C
07.02.63	20.02.63	Rio-GB	Bancária	4	púb./priv.	pagtº 13º sal.	n/consta	TRT	N/C
13.03.63	N/C	Natal - RN	Bancária	1	privada	solidariedade	n/consta	n/consta	n/consta
N/C	N/C	Natal - RN	Bancária	Cat.	N/C	pagtº gratif. anual	n/consta	n/consta	n/consta
26.07.63	01.08.63	Rio - GB	Bancária	3	priv.	pagtº gratif. semestral	sindicato	TRT	Il.
24.09.63	24.09.63	Brasília - DF	Bancária	várias	priv.	aum. salarial	N/C	N/C	N/C
24.09.63	03.10.63	SP/Rio	Bancária	1	pública	vant. ec.	sindicato	N/C	pol./pr.
18.09.63	12.20.63	nacional	Bancária	cat.	púb./priv.	aum. salarial	sindicato	Pres./TRT	Il. piq. dem. pr.
03.10.63	05.10.63	Porto Alegre Rio Grande/ Pelotas/RS	geral	-	U.P./pr.	solidariedade dos bancários	N/C	N/C	N/C

FONTE: Folha de São Paulo para o período 1954-1964.

In: WEFFORT, Francisco C. - "Sindicatos e Política". São Paulo, USP (Tese apresentada para concurso de Livre Docência),

CONVENÇÕES UTILIZADAS:

1 - As "categorias" registradas não correspondem sempre à classificação legal das categorias sindicalizadas.

- Em muitos casos, registrou-se o ramo industrial em que se deu a paralisação.

- Nos casos de greves de funcionários públicos, sempre que possível indicou-se o setor profissional (professores, médicos, operários etc.) classificando-o como "publ." na coluna "tipo de empresa".
- Os trabalhadores da zona portuária foram classificados em "portuários" - abrangendo o pessoal de terra mesmo que desempenhando tarefas a bordo - e "marítimos" - abrangendo o pessoal embarcado ou cuja atividade é ligada permanentemente às embarcações.
- 2 - A abreviatura "colet." indica transportes coletivos rodoviários, urbanos ou não; o ramo dos transportes rodoviários de carga é designado por "colet.";
- 3 - A sigla U.P. utilizada na coluna "tipo de empresas" refere-se aos serviços considerados de utilidade pública e que, por essa razão, têm preços administrados pelo Estado. Nessa classificação entram portuários, marítimos, ferroviários, transportes coletivos e de carga, comunicações. Quando há indicações precisas de que se trata de empresa pública, anota-se "publ."
- 4 - Quando a relação de reivindicações econômicas é muito extensa e detalhada, é designada por "vantagens econômicas ou "vant. ec." na coluna de "objetivos.
- 5 - Na coluna "organização", a anotação "F.S." indica não intervenção do sindicato ou deflagração do movimento fora do sindicato (mesmo que em seguida o sindicato tenha assumido a direção). A anotação "comissão" é utilizada quando há menção explícita desse organismo extra-sindical no noticiário referente ao movimento.

ANEXO III**"ÍTEGRA DA REGULAMENTAÇÃO DO ART. 34 DA SUDENE**

Eis o texto do regulamento, baixado através do decreto nº 1.165, de 8 de junho de 1962, publicado no Diário Oficial da União do mesmo dia:

"O presidente do Conselho de Ministros, usando da atribuição que lhe confere o artigo 18, item III, do Ato Adicional, e tendo em vista o disposto no artigo 34 da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961,

Decreta:

Artigo 1º - A pessoa jurídica de capital 100% (cem por cento) nacional poderá deduzir até 50% (cinquenta por cento) do imposto de renda a que estiver sujeita, para aplicação ou reinvestimento em indústria considerada pela SUDENE de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

§ 1º - A dedução a que se refere este artigo não poderá exceder de 50% (cinquenta por cento) da importância destinada a reinvestimento ou aplicação, na qual não se computarão os investimentos feitos mediante cooperação financeira de Bancos oficiais e mediante aplicação de recursos derivados do benefício a que alude este Decreto.

§ 2º - O benefício a que se refere este Decreto poderá ser utilizado, pela mesma pessoa jurídica, em um ou mais Projetos industriais aprovados pela SUDENE.

§ 3º - Quando o montante do investimento exceder ao dobro da dedução efetuada nos termos deste Decreto, admitir-se-ão novas deduções do imposto de renda, durante o período de execução do Projeto, até o máximo de três exercícios consecutivos, observados os limites do "Caput" e do § 1º deste artigo.

§ 4º - Considera-se pessoa jurídica de capital 100% (cem por cento) nacional, para os efeitos deste decreto, aque

la que não tenha participação estrangeira em seu capital social e do qual não participem empresas de capital estrangeiro, segundo o registro competente na Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

§ 5º - Compete à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) declarar as indústrias que poderão beneficiar-se das vantagens oriundas deste artigo.

Artigo 2º - Para pleitear o benefício referido neste decreto, a pessoa jurídica deverá preliminarmente satisfazer às seguintes formalidades:

I - indicar, na sua declaração de rendimentos, que pretende obter a vantagem prevista no artigo 34 da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961, mencionando expressamente o total da importância a reinvestir ou a aplicar em indústria no Nordeste;

II - recolher, ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), até 50% (cinquenta por cento) do imposto de renda a que estiver sujeita, em conta bloqueada, sem juros, a qual somente poderá ser movimentada mediante autorização prévia da SUDENE e nas condições que a mesma estabelecer.

§ 1º - O recolhimento a que se refere o item II, supra, poderá ser efetuado de uma só vez ou parceladamente, de conformidade com o disposto no artigo 85 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 47.373, de 7 de dezembro de 1959.

§ 2º - As repartições lançadoras do imposto de renda, ao expedirem a notificação a que aludem os artigos 76 e 83 do Regulamento mencionado no parágrafo anterior, cientificarão às pessoas jurídicas interessadas no favor referido neste Decreto dos prazos em que deverão efetuar o recolhimento de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - No exercício de 1962, as pessoas jurídicas que pretenderem beneficiar-se do mencionado favor, mesmo que não tenham preenchido a formalidade prevista no item I, supra, poderão, quando notificadas para o pagamento do imposto de renda, solicitar da respectiva repartição lançadora a

substituição de até 50% (cinquenta por cento) do citado pagamento, pelo recolhimento de que trata o item II, deste artigo.

§ 4º - Ao atender a solicitação, a que alude o parágrafo anterior, a repartição lançadora do imposto de renda fixará os prazos em que deverá ser efetuado, no Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), o recolhimento substitutivo de que trata o mesmo parágrafo.

§ 5º - O Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), nos locais onde não possuir dependências autorizadas a receber depósitos, indicará os estabelecimentos bancários que possam aceitar, em seu nome, o recolhimento de que fala o item II, deste artigo.

§ 6º - O Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) comunicará mensalmente, à repartição lançadora do domicílio fiscal da pessoa jurídica interessada, os recolhimentos feitos de acordo com este artigo.

§ 7º - A não efetivação do recolhimento de que trata o item II, nos prazos fixados pelas repartições lançadoras, implicará automaticamente na extinção do direito ao benefício, cuja concessão dependerá, sempre, do atendimento das exigências indicadas nos artigos seguintes.

§ 8º - O favor de que trata este Decreto não se aplica ao imposto de renda referente a exercícios anteriores ao de 1962, bem como ao imposto devido por lançamentos, "ex-officio" ou suplementares.

Artigo 3º - Para efeito de verificação de seu direito ao favor de que trata este decreto, a pessoa jurídica interessada, dentro de oito meses, a contar do último recolhimento a que estiver obrigada, apresentará à SUDENE os seguintes documentos:

a) - certidão da repartição lançadora do imposto de renda, do seu domicílio fiscal, de que foi efetuado, regularmente, o recolhimento de que trata o item II, do artigo 2º, e de que a pessoa jurídica não tem débito para com o imposto de renda, o imposto adicional de renda e os adicionais resti

tuíveis, ressalvados os débitos pendentes de decisão na esfera administrativa ou judicial.

b) - certidão da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) de que não há registro de participação de capital estrangeiro no seu capital social nem no das pessoas jurídicas que dele participarem;

c) - cópia autêntica de todos os atos constitutivos e respectivas modificações, relativos à pessoa jurídica interessada e àquelas que participarem de seu capital social;

d) - projeto detalhado, obedecidas as especificações e exigências formuladas pela Secretaria Executiva da SUDENE, do empreendimento industrial no qual se pretende aplicar importância equivalente ao duplo do recolhimento previsto no item II do artigo 2º, ou indicação do projeto aprovado pela SUDENE, para efeito de investimento com recursos oriundos do artigo 34, da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, em que será feita a aplicação.

Artigo 4º - A SUDENE terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da apresentação dos documentos e completa instrução do projeto mencionado no artigo anterior, para manifestar-se, mediante parecer fundamentado de sua Secretaria Executiva, submetido ao seu Conselho Deliberativo, sobre a satisfação, pela pessoa jurídica interessada, dos requisitos indispensáveis ao gozo do benefício previsto no artigo 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

§ 1º - As decisões do Conselho Deliberativo da SUDENE sobre a matéria, serão irrecorríveis, na esfera administrativa.

§ 2º - Na hipótese de que o Conselho Deliberativo da SUDENE não considere de interesse para o desenvolvimento do Nordeste o empreendimento de que cogite pessoa jurídica de capital 100% (cem por cento) nacional, ser-lhe-á facultado apresentar à SUDENE, para exame, novo projeto ou pleitear o investimento da importância de que trata o item I, do artigo 2º, em projeto já aprovado pela SUDENE para efeito de obtenção de benefício previsto no artigo 34, citado.

§ 3º - Aprovado o projeto apresentado pela pessoa jurídica interessada, a Secretaria Executiva da SUDENE autorizará, de acordo com o calendário de inversões do citado projeto, a liberação parcial ou total da importância recolhida ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) nos termos do item II, do artigo 2º.

§ 4º - A liberação referida no parágrafo anterior somente será autorizada mediante a comprovação, a critério da Secretaria Executiva da SUDENE, de que foi investida, no empreendimento beneficiário, quantia pelo menos equivalente à da liberação pleiteada, não computados nessa quantia os investimentos feitos mediante cooperação financeira de bancos oficiais e mediante aplicação de recursos derivados dos benefícios a que alude o presente decreto.

§ 5º - No caso de que a pessoa jurídica não aplique as importâncias liberadas, a critério da Secretaria Executiva da SUDENE, de acordo com o projeto aprovado, aquela Secretaria comunicará o fato à repartição lançadora do imposto de renda, do seu domicílio fiscal, ficando, automaticamente obrigado o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) a recolher, à referida repartição, os saldos porventura existentes na conta de que trata o item II do artigo 2º.

§ 6º - Recebida a comunicação de que trata o parágrafo anterior, a repartição lançadora do imposto de renda, incontinenti notificará a pessoa jurídica para recolher a importância devida dentro de quarenta e oito horas; se não o fizer, tomará a mesma repartição, imediatamente, providências necessárias à cobrança executiva do débito, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis a espécie.

§ 7º - Para os efeitos do que dispõe o parágrafo 5º "in fine", a Secretaria Executiva da SUDENE remeterá ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) cópia da comunicação que fizer à competente repartição lançadora do imposto de renda.

§ 8º - Na hipótese de que a pessoa jurídica interessada, no prazo de três anos seguintes ao recolhimento de que trata o item II do artigo 2º, não tenha seus investimentos

aprovados pela SUDENE e realizados, a Secretaria Executiva da SUDENE comunicará o fato ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) para efeito de recolhimento pelo mesmo, à competente repartição lançadora do imposto de renda, da importância depositada naquele Banco em nome da pessoa jurídica, nos termos do citado item.

§ 9º - O Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) prestará à SUDENE, independentemente de indenização, considerado o disposto no item II do artigo 2º toda e qualquer cooperação técnica que lhe for solicitada para a análise e controle dos projetos de que trata este Decreto, tarefas que poderão ser delegadas no todo ou em parte àquele Banco.

Artigo 5º - Os títulos de qualquer natureza representativos dos investimentos decorrentes da aplicação da importância recolhida nos termos do item II do artigo 2 deste decreto serão sempre nominativos e não poderão ser transferidos durante o prazo considerado pela SUDENE como de vida útil do projeto beneficiário salvo em casos excepcionais reconhecidos em parecer da Secretaria Executiva aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE.

Artigo 6º - À SUDENE e à Divisão do imposto de renda competente, no âmbito de suas atribuições privativas, expedir as instruções que se fizerem necessárias à boa execução do presente decreto.

Artigo 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de junho de 1962, 141º da Independência e 74º da República." (O POVO, 13.06.62)

ANEXO IV**Manifesto divulgado pelo CGT após a greve de 5 de julho de 1962**

"A Classe Trabalhadora alcançou grandiosa vitória ao realizar pela primeira vez na história do movimento sindical brasileiro, uma greve geral em todo o território nacional. O dia 5 de julho, data da afirmação da luta libertadora, já agora se tornará, também, uma data histórica do proletariado brasileiro, que reúne em torno de sua ação as forças progressistas de nosso povo.

Nosso movimento, conforme reiteradas manifestações anteriormente dadas a público, tem objetivos claros e definidos, consubstanciados nos itens do programa que apresentamos à Nação, para cuja realização consideramos imperiosa a constituição de um governo democrático e nacionalista. Neste propósito, forçoso é reconhecer que nossa greve de 24 horas constituiu firme e serena advertência aos quadros dirigentes do País, do amadurecimento político e progressiva tomada de consciência da classe trabalhadora. Demonstramos, de maneira inequívoca, que os trabalhadores, como também os demais setores patrióticos do povo brasileiro - civis e militares - que não estão dispostos a assistir passivamente aos jogos de interesse que, em seu nome, são feitos na defesa de grupos nacionais e estrangeiros que exploram a nação brasileira. Demonstramos, na prática, que a Classe Trabalhadora é hoje uma força organizada e independente, disposta a lutar com todas as camadas sociais de nosso povo para tornar efetivas as reformas de base, consolidar e ampliar as liberdades democráticas e sindicais, defender e ampliar a política externa que vem sendo executada. Por isso mesmo não silenciaremos sobre as violências praticadas contra grevistas e populares que pacificamente defendiam suas prerrogativas democráticas, exigindo que sejam imediatamente libertados os que sofreram atenta

dos à sua liberdade, bem como punidas aquelas autoridades que cometeram essas violências e, até mesmo, assassinaram populares em via pública.

A formidável demonstração de unidade e combatividade dada pelos trabalhadores, que já se haviam pronunciado pela greve em suas Assembléias Sindicais, foi a melhor resposta que se poderia dar aos pronunciamentos golpistas, antidemocráticos e antipopulares dos conhecidos agentes do latifúndio e do capital estrangeiro em nossa terra.

Obtidos esses resultados imediatos, resolvemos determinar a suspensão da greve às 24 horas de hoje, dia 5, em todo o território nacional. Com esta trégua que concedemos, apontamos às forças progressistas as amplas perspectivas da formação do governo democrático e nacionalista que reclama a Nação.

Não discutimos, agora, a forma de governo - parlamentarismo ou presidencialismo. Num ou noutro, o que exige o Povo brasileiro - e os trabalhadores como sua parcela combativa - é um governo que seja capaz de realizar as reformas indispensáveis ao País e, de imediato, adotar medidas práticas e eficazes contra os sonegadores dos gêneros alimentícios e a fome que atinge os lares brasileiros.

Como está claro, nossa luta não terminou. Impõe-se, portanto, que todas as organizações procedam ao imediato exame de sua atuação na presente greve, corrijam as possíveis falhas constatadas, reforcem o comando e a mobilização de suas forças e permaneçam atentas ao desenvolvimento político do País, de forma a podermos, com presteza e eficiência, voltar a cumprir o patriótico papel que nos está destinado, caso as condições assim o determinem.

Companheiros:

Devemos manter bem nítido em nosso pensamento o sentido de nossa luta grevista. Cada um de nós soube honrar a Classe Trabalhadora e saberemos continuar sendo dignos combatentes nesta luta pelos objetivos e programa de nossa heróica e vitoriosa GREVE GERAL! " (IN: Jorge MIGLIOLI - **Como são feitas as greves no Brasil**. Civilização Brasileira, 1963, pp. 120-122.)

ANEXO V**Manifesto publicado pelo CGT depois da greve de 15 de setembro de 1962.**

"Fomos mais uma vez à greve. De Norte a Sul, em todos os rincões de nosso País, os trabalhadores desfraldaram a bandeira de sua grande arma - a Greve.

Fomos à greve, principalmente, para lutar contra a ação criminosa das forças pró-imperialistas e latifundiárias, os entreguistas que dominam as cúpulas de certos partidos, da maioria parlamentar que impede as reformas profundas que todos os brasileiros exigem. Reclamávamos a realização do plebiscito junto às eleições gerais porque achamos que o povo é que deve escolher as formas institucionais que julgar convenientes.

Realizamos esse grande movimento de unidade, numa demonstração política que pôs a classe trabalhadora como a força mais expressiva e mais decisiva na sociedade brasileira. Fomos à greve para exigir a efetivação de soluções reais de problemas que tanto angustiam e afligem o povo: combate à exploração e à miséria, pela imediata elevação de 100% no salário mínimo e majoração de todos os salários; pela realização da reforma agrária e à aplicação da legislação social aos trabalhadores do campo; pela aplicação efetiva da lei que disciplina a remessa de lucros para o exterior; por medidas contra o alto custo de vida, como o congelamento imediato dos preços de gêneros e artigos de primeira necessidade.

A greve, plenamente vitoriosa, foi mais uma demonstração pujante da poderosa unidade, organização e combatividade da classe trabalhadora, que assume, desta forma, o seu decisivo papel na vida nacional.

A classe trabalhadora e suas organizações sindicais, sob a direção e orientação do Comando-Geral dos Trabalhadores

res, cumpriu, mais uma vez, seu patriótico dever. Com a greve derrotamos a intransigência de uma maioria parlamentar reacionária e retrógrada. O caminho do plebiscito foi aberto e, também, ao Presidente da República foram concedidas todas as condições para a constituição de um governo nacionalista e democrático.

Se não foram maiores as vitórias nesta luta pelos objetivos do programa de salvação nacional aprovado em nosso memorável IV Encontro Sindical Nacional, é porque outras forças nacionalistas e democráticas não atuaram com a mesma intensidade e vigor, como o fizeram os trabalhadores em sua greve geral.

Mais uma vez a classe trabalhadora, em greve, deu ao Brasil uma grande e efetiva contribuição, evitando a consumação do retrocesso, da vitória da reação, do avanço das forças reacionárias que tudo fazem para manter nosso País em atraso, miserável e subjugado aos imperialistas e latifundiários.

Saímos dessa grande e vitoriosa greve mais unidos, mais organizados, com força multiplicada e com uma posição de relevo em todo o desenvolvimento da vida econômica e política do País.

O compromisso assumido pelo governo com a classe trabalhadora, além de respeitar o pleno gozo das liberdades democráticas, nos garante, de imediato, a mais rápida revisão do salário mínimo, o início e a continuação de medidas para se ir realizando a reforma agrária, efetiva aplicação da Lei de Remessa de Lucros e daquelas medidas indispensáveis a por um paradeiro à desenfreada exploração do povo, tais como a intervenção governamental nos trustes que asfixiam a economia nacional e o congelamento dos gêneros e artigos de primeira necessidade.

Com a greve vitoriosa, o povo está em condições de exigir ser ouvido na formação do novo ministério, que deve ser composto de autênticos nacionalistas e de provados democratas, o que, em nome dos milhares de valentes grevistas e valorosos combatentes da classe trabalhadora, o Comando-Ge-

ral dos Trabalhadores, aliado a outras forças democráticas e patrióticas, passará a fazer desde este momento.

O resultado mais importante de nossa greve vitoriosa foi o grau de unidade e consciência alcançado com o apoio de milhões de brasileiros da cidade e do campo, que é fator decisivo pela conquista dos objetivos do programa de salvação nacional e do governo nacionalista e democrático.

A luta, porém, continua, cada vez mais vida, cada vez mais profunda e mais ampla. estas conquistas têm de ser ampliadas e consolidadas. Agora temos junto à nossa classe mais forças de outras camadas sociais, todas, como nós, interessadas na luta contra os imperialistas e latifundiários e pela constituição de um governo que represente essas forças democráticas e progressistas.

Companheiros trabalhadores:

Em cada organismo sindical, em cada local de trabalho, em cada lar operário, devemos debater os resultados de nossa greve vitoriosa, realizando assembleias sindicais e concentrações populares; pôr em prática suas conquistas; multiplicar os efetivos de nossa organização; manter nossa mobilização e ampliar nossa pujante unidade. Formamos, com os camponeses, estudantes, intelectuais, servidores do Estado e patriotas das Forças Armadas uma poderosa e invencível frente única que luta pela emancipação nacional.

O caminho aberto pelas vitoriosas greves de 5 de julho e 14 de setembro possibilita a caminhada patriótica da classe trabalhadora e seus aliados, até a vitória final, que apresenta a libertação de nossa Pátria, o bem-estar de nosso povo e a felicidade da Nação brasileira.

Viva a pujante e vitoriosa GREVE GERAL DE 14 DE SETEMBRO! Pela constituição de um Governo Nacionalista e Democrático! Pelas Reformas de Base! Pela unidade e organização dos trabalhadores e sua união crescente com os camponeses, estudantes, intelectuais, militares patriotas e de todas as forças nacionalistas e democráticas." (IN: Jorge MIGLIOLI - **Como são feitas as greves no Brasil**. Rio, Civilização Brasileira, 1963, pp. 122-124)